

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

-----**ATA NÚMERO SSESSENTA E OITO**-----

----- Aos doze dias do mês de Maio de dois mil e quinze e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em segunda sessão ordinária, terceira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira,

DRAFT

Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nelson Pinto Antunes, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Rua Pires, Artur David Cunha Reis, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Ana Luísa Flores de Moura Regedor, Maria Margarida Matos Mota, Patrícia Caetano Barata, António José do Amaral Ferreira de Lemos, Gabriel Maria Baptista Fernandes e Nelson Pinto Antunes.

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrário*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires, Natacha Machado Amaro. -----

----- Carlos Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu. -----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida cavaleiro Madeira. -----

----- João Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Regedor. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por dois dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- Diogo dos Santos Moura (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Carlos Apoim Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Artur David Cunha Reis -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Catarina Vaz Pinto, Duarte Cordeiro, Rui Franco, Jorge Máximo e José Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, António Prôa e Alexandra Barreiras Duarte. ---

----- Às catorze horas e cinquenta minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria dar algumas explicações como se vai proceder a sessão de hoje e em muito particular, eu já irei explicitar melhor, mas dou as boas-vindas a todos, aos Senhores Deputados Municipais, às pessoas que estão a assistir, a quem está a acompanhar pela internet e aos nossos Dirigentes e Assessores. -----

----- Senhores Deputados Municipais, nesta sessão temos o prazer de ter connosco uma Delegação da Assembleia Municipal de Maputo, uma Cidade com a qual Lisboa está geminada desde 1982. Já tivemos ocasião de ter uma breve troca de cumprimentos, alguns representantes dos partidos políticos estiveram presentes e de facto constatámos que há muitas semelhanças no funcionamento da Assembleia municipal de Maputo e da Assembleia Municipal de Lisboa e todo o interesse e vantagem em estreitarmos os nossos laços e as nossas formas de cooperação.-----

----- Pedi à Senhora Deputada Municipal Carla Madeira que estava a representar a Segunda Comissão, que é a Comissão nesta Assembleia Municipal que tem competências na área das Relações Internacionais que agora promovesse a nível da Segunda Comissão uma chamada do Senhor Vereador das Relações Internacionais, da UCCLA, enfim, todas as entidades que ligam com a cooperação com outras cidades e Lisboa para que a Assembleia Municipal possa acompanhar mais de perto os trabalhos dessas diferentes formas de relacionamento.-----

----- Neste momento os nossos convidados da Delegação da Assembleia Municipal de Maputo, aqui constituídos pelo Senhor Vice-Presidente da Assembleia Municipal, pelo Senhor Secretário da Mesa, pelo representante da Bancada da FRELIMO, pelo Senhor Representante da Bancada do MDM e por mais uma Senhora Deputada Relatora de uma das Comissões, eu pedia a todos os Senhores Deputados Municipais, vamos levantarmo-nos e vamos aplaudir de pé estes nossos convidados e companheiros de funções. -----

----- Pedia naturalmente para que fossem portadores junto da vossa Assembleia Municipal dos calorosos, das calorosas saudações da Assembleia Municipal de Lisboa e da nossa vontade de nos mantermos em estreita cooperação. Muito obrigada.” -----

----- **Voto de Saudação nº. 1/68 - Homenagem ao Professor Catedrático Luiz Alberto Mendes-Victor;**-----

----- (O Voto de Saudação nº. 1/68 está inserido como Anexo I na presente Ata fazendo dela parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Nós vamos agora continuar os nossos trabalhos, nesta Sessão de hoje está previsto logo no início dos nossos trabalhos promovermos uma homenagem ao Professor Mendes Vítor, um grande especialista de engenharia sísmica e meteorologia, um homem que dedicou a sua vida a lutar por estas causas, em particular com estudos muito importantes que fez na cidade de Lisboa, na zona de lagos no Algarve e por uma brilhantíssima carreira internacional nestas matérias, colocou efetivamente esta matéria na agenda não só portuguesa mas também internacional. -----

DRAFT

----- Eu vou pedir ao Professor Carlos Sousa Oliveira, distinto e ilustre especialista em engenharia sísmica que venha aqui à tribuna porque nos fazer uma apresentação do que foi a obra e importância do Professor Luiz Alberto Mendes-Victor.-----

----- Temos presente também na tribuna do centro familiares do Professor Luiz Alberto e pessoas da Sociedade de Geografia e da Comissão Nacional de Homenagem ao Professor Mendes-Victor.-----

----- Lembrar-vos também que a homenagem que o Município de Lisboa está a fazer a esta figura se insere nos 260 anos que passam este ano do Terramoto de Lisboa, não é propriamente uma comemoração porque uma catástrofe não se comemora, mas é uma efemérida importante para não nos fazer nunca esquecer o que aconteceu e o que, esperemos que não, pode voltar a acontecer e, portanto, precisamos muito de ser lembrados destas matérias e eu iria dar a palavra, mas antes de lhe dar a palavra, Senhor Professor, dizer um pouco quem é o Professor Carlos de Sousa Oliveira.-----

----- O Professor Carlos de Sousa Oliveira é naturalmente também um grande especialista e investigador nestas matérias da engenharia sísmica, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, especialista exatamente na área da dinâmica de estruturas e engenharia sísmica, autor de inúmeros artigos publicados quer a nível nacional quer a nível internacional, editou em colaboração vários livros, tem realizado inúmeras conferências, faz parte do grupo redatorial de várias revistas internacionais muito importantes nesta matéria, tem colaborado com a Fundação de Ciência e Tecnologia para avaliação de candidaturas a bolsas de avaliação e avaliação de projetos também nestas áreas. É membro da Ordem dos Engenheiros, da Academia de Engenharia, da Academia das Ciências, foi Presidente da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, Presidente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura do Instituto Superior Técnico, fez parte da Comissão Permanente da Associação Europeia para Engenharia Sísmica e Vice-Presidente do Associação Internacional para a Engenharia Sísmica.-----

----- Foi também Presidente de uma Comissão Organizadora que fez a 15ª Conferência Mundial para a Engenharia Física em Lisboa em 2012 e finalmente a Sociedade Portuguesa de Engenharia Civil ainda criou em 2014 um prémio que tem o nome do Professor Carlos de Sousa Oliveira para premiar os trabalhos de Engenharia Sísmica, estamos portanto aqui na presença de um grande especialista que nos vai ajudar a conhecer melhor e a prestar a nossa homenagem a Luiz Alberto Mendes-Victor.-----

----- Faça o favor Senhor Professor.”-----

----- **O Senhor Professor Catedrático Carlos de Sousa Oliveira** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito boa-tarde meus Senhores e minhas Senhoras, em primeiro lugar queria cumprimentar a Senhora Presidente da assembleia Municipal do Concelho de Lisboa Helena Rose, Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia das Ciências e da Sociedade de Geografia, Senhores Vereadores, Membros Deputados da Assembleia Municipal, outros funcionários da Câmara Municipal de Lisboa, Presidente da Comissão Ad Hoc de homenagem à figura do Professor Mendes-Victor,

colegas, uma última referência à família do Senhor Professor Mendes-Victor que está aqui representada.-----

----- Ora bom, pediram-me que fizesse hoje, integrada nas ações de homenagem ao Professor Mendes-Victor, na sua vertente de intervenção pioneira no Concelho de Lisboa. É com muita honra e imenso gosto que venho aqui expor algumas das ideias e iniciativas do Professor e como elas têm servido de semente para a prossecução de novos trabalhos, é uma reposição da minha apresentação já realizada a 16 de Setembro na Sociedade de Geografia com alguns acrescentos próprios para a presente Sessão.-----

----- Nessa altura a minha apresentação foi com slides, que é como eu costumo normalmente fazer mas hoje dado o significado desta cerimónia será apenas uma leitura que vou fazer.-----

----- Ora bom, relativamente à biografia do Professor Mendes-Victor basta dizer que se graduou pela Universidade de Coimbra em 1955, estudou em Estrasburgo, ele recebeu o doutoramento em 1966. Em 1970 passou a ser professor da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Ciências, onde foi Catedrático e ensinou geofísica, sismologia, prospeção geofísica e hidrologia.-----

-----Teve diversos lugares importantes, foi Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de 77 a 87, onde criou o Instituto e aonde o fez crescer. Teve uma série de importantes lugares, foi por exemplo Chairman do Centro Europeu da Previsão do Tempo a Médio Prazo entre 80 e 86, foi membro do Instituto Nacional de Investigação Científica de 75 a 80, foi Chairman do Comité de Coordenação Científica do Centro Universitário Europeu de Bens Culturais de Ravel de 86 a 98, foi Diretor do Centro de Geofísica da Universidade de Lisboa de 75 a 2001, do Instituto Geofísico Infante Dom Luís de 97 a 2004, foi Chairman da Comissão Sismológica Europeia entre 98 e 2002 tendo organizado em Lisboa uma das conferências com mais interesse nesta área. Foi Avaliador da Previsão de Sismos, foi Chairman do Instituto de Ciências da Terra e do Espaço e Chairman da Secção Portuguesa da União Internacional Astronómicas e Geodésica de Geodesia e Geofísica.-----

----- Bom, há aqui um conjunto enorme de lugares que o Professor Mendes-Victor desempenhou e digamos que eu poderia referir que recebeu uma Comenda da Ordem Militar do Infante, de Santiago de Espada em 2005 e recebeu em 1996 um prémio que se chama Soloviev Medol European Commission Society, portanto, o que representa um acontecimento deveras importante para toda a sociedade científica portuguesa.-----

----- Ora eu conheço o Senhor Professor Mendes-Victor desde os tempos em que tendo chegado dos estados unidos, onde fiz Doutoramento, comecei a trabalhar em sismologia, estávamos em meados de 1970, o Professor era então o Diretor de Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e começavam-se a dar os primeiros passos de modernização em Portugal da Geofísica em geral e da Sismologia em particular.-----

----- Até então a monitorização dos fenómenos sísmicos era escassa e privilegiavam-se as campanhas para estudo da crosta terrestre, alguns deles foram feitos aqui na zona de Lisboa segundo alguns perfis ao longo do país, da Península Ibérica e também do

Arquipélago dos Açores. Quem começava a trabalhar no campo com estas estações da mais alta resolução eram alunos do Professor que frequentavam as cadeiras do Curso de Geofísica da Faculdade de Ciências e que atualmente se encontram em posições de destaque, posições diretivas na mitigação dos riscos sísmicos. -----

----- Ora bom, mas não é por isso que eu estou aqui a falar, venho aqui essencialmente relatar-vos algumas das áreas da Engenharia Sísmica e das Ciências da Terra e recordar um ou outro episódio em que participámos juntos. -----

----- O Professor Mendes-Victor teve um papel muito importante por exemplo em várias organizações, como já disse para trás, uma delas foi por exemplo o 2º. Seminário Nacional sobre a Previsão dos Sismos que teve lugar aqui em Lisboa e que chamou um conjunto enorme de profissionais e de cientistas de todo o mundo e que deu origem depois a uma revista chamada Natural Hazards e que viu a luz do dia já depois do seu falecimento. -----

----- A relação que mantive com ele durante estes 40 anos foi de respeito de parte a parte, com certeza salpicada de altos e baixos como em todas as relações de longa duração. -----

----- Ora muito bem, deixei as ideias mais importantes da minha ligação com o Professor Mendes-Victor que abrangem a parte científica e académica que se traduziu mais notoriamente no facto do Professor ter estado em todos os júris de concursos que eu fiz tanto no LNEC como no IST onde continuo a dar aulas. -----

----- Numa síntese muito rápida podemos dizer que o Professor Mendes-Victor foi um homem que compreendeu bem os problemas sísmicos em Portugal encarando sempre a ideia que Portugal tinha grandes responsabilidades nesta área do saber por ter tido um dos maiores terramotos de que há memória científica, estou-me a referir como todos já devem ter compreendido ao Terramoto de 1755, o Professor desde cedo deu passos essenciais para o desenvolvimento da geofísica e da sismologia em Portugal preparando gente, como referi, traçando projetos, estando presente em muitas conferências, fóruns, proferindo inúmeras palestras quer em Portugal quer pelo mundo fora. -----

----- Criou escola educando muita gente que hoje em dia está, como já referi, na frontline das ciências, em especial na sismologia, engenharia sísmica e na gestão das catástrofes. Criou imensas instituições a que deu grande desenvolvimento, algumas que já existiam e outras fê-los crescer. Entre os primeiros lembro o CERU, o Centro de Estudos de Riscos Urbanos, o ICTE, a APMG, o INMG, o IGDL. -----

----- Deixou um vasto espólio de publicações e escritos, apresentações e relatórios, interessou-se por inúmeros temas que lhe granjearam uma forte adesão de muitos quadrantes da classe científica nacional e internacional na apetência pelas diversas matérias abrangendo várias áreas do saber. Este é um aspeto que eu queria salientar, o Professor Mendes-Victor não se situou na sismologia, ele trabalhou em sismologia, trabalhou em engenharia sísmica, trabalhou na gestão das catástrofes e nos últimos anos preocupou-se muito com problemas de natureza económica e social. -----

----- Uma palavra para incentivar toda uma geração que trabalhou com o Professor Mendes-Victor para que não deixe de continuar na senda de estudo e aplicar o seu

saber para poder mitigar o risco sísmico, portanto, esse é a minha mensagem que eu queria aqui transmitir, é com uma palavra de estima e de regozijo que termino esta primeira parte de apresentação de um amigo que já partiu, com quem tive o privilégio de compartilhar desafios e tempos extremamente interessantes e importantes. Um Bem-Haja por isso! -----

----- Desde 1977 para cá que como já disse tive a oportunidade de privar com o Professor Mendes-Victor e queria referir alguns aspetos muito importantes no que diz respeito ao seu trabalho para a cidade de Lisboa, eu creio que muito do seu trabalho foi pensando na cidade de que todos gostamos e queremos que continue a progredir e a ser uma cidade segura. -----

----- Colaborou em diversos estudos na altura dos anos 80 no âmbito do Serviço Nacional de Proteção Civil mas os trabalhos foram sempre realizados para a cidade de Lisboa e devia referir aqui o primeiro simulador sísmico para o Concelho de Lisboa que foi feito sob a sua orientação. -----

----- Ora bem, presidiu à Comissão de Catálogo Sísmico Nacional para tentar a obtenção de um documento de maior interesse para todas as temáticas da sismologia, é fundamental nós conhecermos bem o que é que se passou no passado, porque já sabemos o que se passou no passado irá certamente passar-se no futuro. Nesta Comissão ele conseguiu juntar, cá está uma das suas grandes áreas de trabalho, juntar a geografia, a história, a arquitetura, as ciências básicas da engenharia e da sismologia. -----

----- Ora bom, eu vou passar aqui algumas outras, a outros trabalhos que foram extremamente importantes e que é sempre bom lembrarmo-nos, falou-se há pouco no trabalho que fez para Lagos, é verdade, fez e um Seminário que organizou em 2001 em que já nesta altura falava, portanto estamos a falar há 14 anos, o Professor Mendes-Victor falava sobre alarme precoce quer para *tsunamis* e um pouco também para as ações sísmicas, portanto, este alarme precoce que é extremamente importante para uma cidade como Lisboa pode funcionar, pode salvar muitas vidas, pode salvar muitos bens. Ele tem estado a ser desenvolvido mas digamos que o primeiro lançamento foi exatamente a partir de uma ideia do Professor Mendes-Victor. -----

----- Participou também num chamado Grupo de Trabalho sobre a Previsão dos Sismos em que eu também tive a honra de participar com mais três colegas, era uma espécie de um fórum onde se discutia uma agenda sobre a sismologia em Portugal, sobre a geotecnia, sobre a proteção civil, sobre a planificação do território, portanto, isto são digamos que algumas pinceladas de todo o seu trabalho, das inúmeras conferências também referir um trabalho importante desenvolvido na Fundação Luso Americana sobre o Desenvolvimento em que falou sobre o ensino da sismologia e exatamente há 10 anos estive na organização do chamado 250 Anos Após o Terramoto de 1755, que foi uma grande Conferência que foi organizada aqui em Lisboa precisamente para se fazer a revisitação dos ensinamentos sobre o terramoto de 1755, com a participação de inúmeros especialistas nacionais e estrangeiros que mais se interessam por esta temática, portanto foi um Encontro extremamente interessante e de grande valor, saiu um livro que foi publicado uns anos mais tarde,

em 2008 e que continha digamos tudo aquilo que se sabia à altura, portanto, estávamos em 2005. Estamos hoje em 2015 e vamos tentar organizar, já estamos a organizar sessões semelhantes e um Seminário como irei falar daqui a nada. -----

----- Ora bom, o Professor Mendes-Victor como tinha muitos conhecimentos pelo mundo inteiro patrocinou a vinda de muitos especialistas estrangeiros, a vinda a Portugal e apresentar trabalho, só para dar dois ou três nomes temos Victor Davidovich, Zoran Milutinovic, Kellys Barroc, Robert Gueller, Juliano Panza, Bruce Volk, Max Suisse, Arachat, etc., muitos deles que estiveram em contacto com a Câmara Municipal de Lisboa onde tiveram a oportunidade de trazer os seus apports que foram muitos. -----

----- Ora muito bem, também não queria deixar também de aqui referir o grande número de projetos internacionais em que o Professor Mendes-Victor esteve envolvido e que constituem um conjunto de maior relevância para o nosso país, projetos sobre tsunamis para deteção de sismos e tsunamis, para a propagação de ondas, para a localização dos sismos, etc., etc., portanto, variadíssimos estes tipos de trabalho. -----

----- Sobre esta matéria eu queria referir que o Professor Mendes-Victor dedicou muito do seu tempo de investigação ao estudo do que terá sido a fonte sísmica que originou aquilo que foi o sismo de 1755, começou com o apoio de estudos de *tsunamis*, com a chegada das ondas do tsunami a vários pontos da costa e este tipo de trabalho foi pioneiro e está a ser continuado por especialistas mais novos e que neste momento já são conhecidos do mundo inteiro e têm lugares de primeiro plano, portanto, eu queria referir que estes trabalhos sobre os tsunamis, modelos numéricos de propagação de ondas oceânicas se reproduziram com muito cuidado e muito detalhe onde é que eventualmente poderia estar a fonte sísmica. -----

----- Seguiram-se outros estudos de prospeção da crosta superficial para tentar encontrar uma estrutura geológica, todos nós sabemos que os sismos estão associados a falhas que rompem e o grande problema é onde está essa falha, como é que nós nesta situação que temos entre nós, que é uma situação de convergência entre a placa euro asiática e a placa africana, uma situação algo eu diria inóspita, é diferente do que se passa no Japão ou se passa nos Andes, etc., mas que digamos que produz sismos de grande relevância com uma periodicidade que é difícil referir, têm sido feitos outros tipos de trabalhos em que envolvem a chamada arqueo sismologia, para ver para atrás de 1755 que outros sismos é que poderão ter ocorrido daquela magnitude e muito deste estudo foi feito. -----

----- Uma das suas grandes alegrias, partilhadas por muitos outros especialistas, quer portugueses quer estrangeiros seria encontrar essa dita estrutura que origina o Terramoto de 1755, infelizmente e mau grado todos os grandes avanços nessas matérias ainda hoje não temos uma solução para o problema, portanto, é qualquer coisa, como vos direi já de seguida, que vamos tentar avançar e muitos estudos têm sido feitos neste sentido. -----

----- É de salientar que ao longo dos anos manteve uma constante relacionamento com entidades internacionais a nível europeu e internacional tendo trabalhado no

Conselho da Europa, na UNESCO, na IAISPAI e no IPG por exemplo com a Springer, um *publicher de pappers*. Deu também o seu apoio a missões a zonas atingidas por sismos destruidores tendo participado em três ou quatro delas, eu diria que se estivesse cá teria já porventura partido para o Nepal a propósito do sismo que abalou a região de Katmandu a 25 de abril e que tem feito, como sabem, estragos e danos elevadíssimos. -----

----- Ainda hoje de manhã houve uma repetição de um sismo, não tão grande como o primeiro mas que uma vez que as casas já estavam em situação muito debilitada causou muitos danos, ainda não sabemos quantos porque é difícil este problema da estimativa do que é que aconteceu, vai evoluindo com os dias e se se recordam no dia 25 de abril do Nepal as informações que vinham é que tinham morrido 200 ou 300 pessoas, neste momento estão quantificadas 8 mil e 400, por aí, sendo o número de feridos da ordem dos 15 mil. Hoje de manhã as informações eram que tinham morrido 36 pessoas ou 40 pessoas mas que havia feridos da ordem dos 2 mil ou 3 mil outra vez e portanto isto é qualquer coisa que mete impressão a toda a gente e que nós queremos de maneira ou por maior das razões afastarmos este espectro da nossa vista. -----

----- Como elemento pitoresco queria só referir mais dois aspetos ou um outro aspeto de como o Professor Mendes-Victor trabalhava a nível dos seus areópagos internacionais, ele conhecendo meio mundo, desculpem esta expressão, tinha uma ação primordial nesses areópagos internacionais. Só para contar umas histórias que serão dois minutos, uma delas teve a ver com o que se passou durante a Conferência Mundial de Engenharia Sísmica, que teve lugar no México em 1996 e que digamos que os representantes dos países queriam levar a nova conferência, que era 4 anos depois, para a Indonésia, nesta altura estava Portugal em grande colisão com as autoridades da Indonésia por causa de Timor. Foi então já durante quase a sessão final de votação que o Professor Mendes-Victor conseguiu movimentar-se e conseguiu levar a que os delegados não votassem na Indonésia e fossem votar na Nova Zelândia, portanto, este também é um aspeto que eu queria salientar que foi muito importante na carreira do Professor Mendes-Victor. -----

----- Um segundo episódio também muito curto é que ele conseguiu convencer, com outras pessoas claramente os parceiros científicos a votarem em Portugal para a realização de 15ª Conferência Mundial de Engenharia Sísmica que teve lugar aqui em Lisboa em 2012, se calhar muitos dos presentes não estão lembrados disso, mas para cima de 3 mil e 500 pessoas e que foi uma das grandes iniciativas e das grandes ações que Portugal conseguiu fazer. -----

----- A sua saúde degradou-se muito desde 2008 até 2012 mas mesmo assim, com grandes dificuldades de fala ainda foi Chairman de uma das Sessões em 2012, talvez tenha sido a última onde esteve presente e eu tenho muita honra e muito gosto em falar destes aspetos. -----

----- Para terminar, que já vai longa a minha intervenção, queria referir as inúmeras iniciativas que a Câmara Municipal de Lisboa tem levado a cabo nos últimos tempos e que seguem de perto os principais ideais pelos quais o Professor Luiz Alberto Mendes-Victor tanto pugnou. Ora eu vou aqui citar algumas destas iniciativas, que eu

acho que tem sido desenvolvidas pela Câmara Municipal e que não sei se são do conhecimento de todos mas passam a ser, a realização de parcerias entre a Câmara Municipal de Lisboa e Universidades, Laboratórios do Estado, de forma a desenvolver projetos de mitigação, acordos de parceria foram discutidos muitos. A Doutora Helena Roseta estava a presidir a esses trabalhos de identificação de estudos para serem levados a cabo. -----

----- Foi, diria que foi feito o lançamento de estudos para a avaliação da vulnerabilidade sísmica do edificado existente em Lisboa, é um trabalho que está feito e precisa de ser implementado, a definição de estratégias para a definição de prioridades na utilização de fundos para a reabilitação do edificado mais vulnerável, portanto, é um trabalho que também está a ser desenvolvido, redefinição das áreas inundáveis por um possível terramoto, no fundo a revisão do atual PDM.-----

----- Para o ano de 2015 foi lançado com a colaboração do Pelouro da Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa os chamados Reviver os 260 Anos Após o Terramoto de 1755, algumas dessas manifestações que são do seguinte teor: elaborar sessões de ensino em diversos tipos de escolas para transmitir aos mais novos o que é que é um sismo e como é que se devem comportar perante a ocorrência de um terramoto que possa ocorrer, já agora queria referir que hoje de manhã a comunicação social referia que o comportamento da população neste segundo sismo do Nepal tinha sido muitíssimo melhor porque as pessoas acataram as recomendações feitas pelos órgãos locais para que as pessoas se comportassem com deviam de se comportar durante o sismo e daí o menor número de vítimas, portanto isso era qualquer coisa que aparentemente até que funcionou quase que no intervalo de duas ou três semanas. É importantíssimo nós irmos buscar estes saberes aos outros! -----

----- Ora também uma nova campanha com indicações símbolos, portanto, com folhetos para a população em geral, para as escolas com explicações e regras a ter em conta na preparação para o sismo, portanto, isto são manifestações e ações que estão a ser desenvolvidas pela Câmara Municipal de Lisboa, o apoio a candidaturas individuais de diferentes entidades a projetos europeus, falo por exemplo em duas candidaturas que quer o IST quer o LNEC têm, que estão a concorrer já o Projeto 20/20 mais diretamente a Bruxelas e que tem havido o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, o que é extremamente importante, o estabelecimento de cooperação entre Institutos Japoneses e a Câmara de Lisboa com o maior interesse de participar conjuntamente em instituições afins portuguesas para carrear experiências de comparação dos sismos do Japão em 2011 e o de 1755, foi realizada há 3 ou 4 meses atrás uma sessão nos Paços do Concelho em que uma Delegação de 6 ou 7 japoneses estiveram presentes e aonde nos contaram muita da sua experiência e de o que é que se pode fazer. Eu creio que uma Delegação da Câmara esteve já no Japão a propósito da Conferência de Hyogo que teve lugar há um mês atrás.-----

----- Finalmente a realização de uma Conferência Internacional para relatar os novos avanços no conhecimento do Terramoto de 1755 e consequências do que poderá ocorrer no caso da sua repetição. -----

----- O Professor Mendes-Victor foi um dos principais impulsionadores da Conferência anterior, em 2005, e conseguiu como já referi trazer mais de 300 especialistas.-----

----- Queria acabar a minha intervenção associando em nome individual e em nome de muitos colegas dos Centros de Investigação, de Sociedades como a SPES, a APMG, o IGIDL, o CERU o SPUDAC, etc., para apoiar vivamente a atribuição do nome de Luiz Mendes-Victor a uma rua de Lisboa, exatamente a Rua C do Aeroporto de Lisboa, onde se situa o Instituto que ele ajudou a criar e a desenvolver.-----

----- Queria terminar com uma palavra final para o poder político e aqui acho que faria palavras como se fosse o Professor Mendes-Victor a falar, a Comunidade Técnico-científica tem feito inúmeras sugestões desde 2000 para cá, transmitindo ao poder político e às entidades do sector da construção, incluindo ao nível da União Europeia e numerosos contactos diretos relativamente ao que poderá acontecer em Lisboa no caso de um sismo moderado a grande. Infelizmente estes apelos têm caído, desculpem o termo, em saco roto, apenas a Câmara Municipal de Lisboa tem sido das poucas instituições com envolvimento nestas matérias e pioneira em muitos trabalhos e eu saúdo aqui na presença da Senhora Presidente os trabalhos que foram desenvolvidos pela Câmara e que eu espero que continuem a ser digamos que apoiados e apostados, espero que isto continue para que um dia Lisboa não seja palco de alguma fatalidade como já aconteceu no passado, portanto, é essa a frase e o desejo, há muito que fazer de facto, é preciso manter uma motivação elevada para a temática dos riscos sísmicos.

----- Isto, normalmente, os sismos só aparecem quando há sismos noutros sítios e nós ficamos muito satisfeitos, desculpem o termo, foi na casa dos outros, não foi na nossa! Aumentar a perceção dos riscos pela parte dos cidadãos, portanto, aqui há uma campanha importantíssima a fazer conseguir convencer as autoridades para pôr os terramotos na agenda política, os terramotos não se comprazem com o tempo político das eleições dos 4 anos, é algo como digamos que os efeitos no território, no ambiente e, portanto, como finalmente apostar fortemente na prevenção como forma de resolver estes problemas dos sismos.-----

----- Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Professor.-----

-----Penso que este apelo final que nos deixa é da maior importância para todos, naturalmente que há muito a fazer e aqui como representantes eleitos na cidade de Lisboa temos bem consciência da necessidade de aprofundarmos estes conhecimentos e estes instrumentos, sobretudo a nível da prevenção e da precaução junto do público de como se devem comportar em caso de alguma dessas situações acontecerem e, portanto, eu queria agradecer-lhe em nosso nome o ter vindo aqui lembrar-nos a todos e trazer-nos essa lição de vida de inteligência e de cidadania que foi a do Professor Mendes-Victor e que á também a sua, já agora deixe-me dizê-lo.-----

-----Muito obrigada Senhor Professor.”-----

----- Nós agora vamos passar à leitura do voto, eu pedia ao Senhor Secretário da Mesa para não voltar a ler parte da biografia que já foi explicitada pelo Senhor Professor Carlos Sousa Oliveira, portanto, vamos ver a parte do teor mesmo do voto. -----

----- Eu pedia a atenção dos Senhores Deputados Municipais para podermos votar depois em consciência aquilo que será posto à vossa consideração.” -----

----- (O Senhor Primeiro Secretário Maximiliano Leitão leu uma parte do Voto de Saudação nº 1/68 e a Recomendação sobre o Voto de Saudação nº. 1/68, inserido na presente Ata como Anexo I) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, a parte deliberativa deste voto é esta parte final que é a saudação ao legado do Professor Mendes-Victor e a Recomendação à Câmara para a instituição de uma iniciativa conjunta com o nome do Professor Mendes-Victor para a investigação neste domínio em Lisboa.-----

----- Lembrar que a iniciativa toponímica já foi tomada, portanto, a Câmara de Lisboa já tomou decisões sobre isso e portanto não carece neste momento de uma Recomendação nossa nesse sentido e portanto a Recomendação que aqui se expressa é no sentido de se criar uma iniciativa de apoio à investigação que nos parece fundamental na cidade de Lisboa. -----

----- Pedia a vossa atenção Senhores Deputados Municipais e pergunto se algum Senhor Deputado quer intervir? O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS/PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Simplesmente para pedir se a Senhora Presidente me autoriza também a subscrever esse Voto?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bem, o Grupo Municipal do CDS/PP quer subscrever o Voto, eu penso que todos os Grupos Municipais quererão subscrever igualmente e portanto se não houver inconveniente já não será um Voto individual meu mas um Voto de todos os Grupos Municipais que tem assim uma expressão mais alargada dos Senhores Deputados Independentes também. -----

----- Sendo assim agradeço e vamos então pôr à votação. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. **O Voto de Saudação nº 1/68 e a Recomendação relativa ao mesmo estão aprovados por unanimidade** e eu proponho que aprovemos **por aclamação**.-----

----- Muito obrigada senhores Deputados Municipais, terminada esta singela homenagem que fazemos. Agradecemos a presença dos familiares, das Instituições que apoiaram este momento de homenagem. -----

----- Vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Neste Período de Antes da Ordem do Dia foram apresentadas uma série de Votos, um Voto e uma série de Recomendações dos vários Grupos Municipais e como habitualmente a Mesa vai dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais que se inscreveram para apresentarem os seus documentos, após o qual esses documentos serão votados.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, boa-tarde ao Executivo da Câmara, aos Senhores Deputados Municipais e estimado público. -----

----- Eu venho falar sobre a Recomendação nº. 7, do Bloco de Esquerda, que foi apresentada hoje para discussão e que envolve uma crítica, por sinal transcrita do Jornal Público” de sábado ou de domingo, no qual esta crítica tem a ver com as podas registadas na Freguesia do Areeiro, ali na Guerra Junqueiro e na Praça de Londres. ----

----- Senhores Deputados Municipais, é certo que não estamos em altura de atuar no espaço público desta forma, mas como sabem pela delegação de competências em março do ano passado foram transferidos para todas as freguesias o arvoredo e a nós coube-nos, para além de outras zonas a do arvoredo residente na Guerra Junqueiro e na Praça de Londres. -----

----- Passados dois meses a Câmara Municipal fez-nos chegar à mão um relatório datado de 2012, repito que de 2012, que o pedido da Câmara foi feito nessa altura e onde foi notado pelo Instituto Nacional de Agronomia que as árvores da Guerra Junqueiro e da Praça de Londres eram perigosas na sua área quanto à segurança dos transeuntes e dos peões e de todos os cidadãos que ali passavam e até do próprio património. -----

----- Bom, posto isto nós aguardámos e pedimos um novo estudo à Câmara no final do ano passado acerca disso para reavaliar o estado das árvores e o estudo que a Câmara fez indicou-nos que se mantinha o estado de perigosidade e que até aumentou, haviam penso que mais seis árvores para abater. -----

----- Eu estranhei que a Câmara nestes dois anos não tivesse atuado e tivesse posto em causa a segurança dos bens e principalmente de todos os cidadãos que passam ali! Nós este ano tivemos cerca de, não posso precisar, pensava que hoje não era discutida esta Recomendação, mas de qualquer forma penso que este ano caíram cerca de oito ou nove ramos, atingiram sete ou oito viaturas e nós pagámos os danos dessas viaturas, no ano passado também caíram e nós assumimos essa responsabilidade perante os donos das viaturas, mas digo-vos uma coisa, estou muito satisfeito, muito satisfeito e registre-se que os danos que nós pagámos foi sobre viaturas, felizmente não tivemos um único caso de acidentes de pessoas, felizmente não ocorreu nenhuma situação que nos viesse a confrontar para de futuro e a mim propriamente, pessoalmente, que houvesse alguma desgraça e fizéssemos cair sobre uma família uma perda enorme. -----

----- Esta Recomendação meus Senhores é uma Recomendação que vão votar como entenderem, mas esta votação tem a ver com duas coisas distintas, ou a favor ou contra. Nós podemos estar contra as podas e estamos contra a segurança dos cidadãos

ou estamos a favor das podas e estamos a favor da segurança dos cidadãos, os Senhores são livres de votarem no sentido que entenderem, eu já fiz o meu voto, não hoje, já fiz há muito tempo o meu voto, o meu voto é pela segurança das pessoas! Os cidadãos de Lisboa merecem percorrer as ruas com segurança e descansados, não podem temer por passar naquela avenida seja um risco de vida! Eu já fiz, espero que os Senhores o façam também e aqui publicamente nesta Assembleia é fundamental que os munícipes da cidade sejam e vejam pelos seus próprios olhos aquilo que a nós nos preocupa como autarcas, mas mim eu já fiz o meu voto, vou votar contra obviamente e o meu Partido penso que também, mas de qualquer forma o que está aqui em causa é a segurança ou não segurança dos cidadãos, deixo ao vosso critério e ao vosso sentido de voto esta Recomendação. Muito obrigado. -----

----- (A Recomendação nº. 7/68 está inserida como Anexo II na presente Ata, fazendo dela parte integrante) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN), Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caras e Caros Convidados e presentes. -----

----- Venho aqui para defender uma Recomendação nº. 2/68, com a qual me identifico, apresentada pelo Partido Socialista relativamente a algum equipamento do Parque das Nações, da minha Freguesia. Pese embora eu ser de algum modo também o destinatário dessa Recomendação eu não tenho qualquer dificuldade em subscrevê-la também porque de facto é um alerta e é de facto um incentivo, um estímulo à nossa Câmara Municipal de Lisboa sobretudo porque é dela e do seu impulso que dependerá em grande parte aquilo que se pretende com a Recomendação. -----

----- A Junta de Freguesia tem aqui no fundo poderes muito limitados e mesmo de influência, porque de outros não tem sequer, mas mesmo de influência, mas que importa de facto resolver rapidamente. -----

----- Pronto, o Pavilhão de Portugal é aquela vergonha que nós sabemos, parece que finalmente terá um destino que esperemos que seja digno e que não demore de facto em concretizar-se, mas já a Torre da Galp por exemplo é um monumento que está ali abandonado, houve de facto esta situação caricata e desagradável que todos lamentamos de quando da visita da 7ª. Comissão desta Assembleia àquele espaço a Parque Expo ter sido solicitada a franquear a entrada aos Senhores e às Senhoras Deputadas que ali se dirigiram e à última hora não comparecerem e nem sequer terem tido, tanto quanto eu me apercebi uma palavra de justificação por essa lamentável ausência, mostra de facto desinteresse. -----

----- Nós de facto relativamente àquilo, àquele equipamento, temos tido já várias entidades interessadas em aproveitá-lo, fazer ali alguma coisa, nomeadamente muito recentemente uma organização de jovens criadores portugueses, juventude que está agora a começar a dar os seus passos nessas suas atividades, que precisam de um espaço para trabalhar dentro da nossa cidade e não têm, aquele é um espaço que tem todas as condições para eles poderem desenvolver ali naquele nicho todos eles as suas

atividades, são os pequenos ateliers e de facto se não houver aqui uma intervenção da Câmara no sentido de rapidamente a propriedade daquele equipamento passar para a Câmara ou para alguma outra entidade conjuntamente com a Câmara e a Freguesia, que possa digamos que alavancar estas iniciativas e levar a que estas pessoas, estas entidades possam ali desenvolver os seus trabalhos, a Torre vai continuar a degradar-se e lamentavelmente é uma pena porque é um ex-libris também do nosso espaço, foi a única referências que ficou do passado da história daquele espaço e que afinal custou milhões e que nós vamos assistindo à sua degradação e qualquer dia se calhar não nos resta outra solução, o encargo da sua recuperação será tão caro e não faltarão vozes nesse sentido, mais vale demolir!-----

----- De facto é preciso fazer e rapidamente alguma coisa nesse sentido, mas há ali outras situações além daquelas e vou terminar Senhora Presidente, que importante também a Câmara rapidamente definir e ver como é que elas se resolvem, refiro-me por exemplo aos quiosques, há ali quiosques, nomeadamente alguns já estão encerrados mas há ali nomeadamente um próximo do Hotel Miríade com as esplanadas com as cadeiras amontoadas no espaço público, as ervas a crescerem ali como mato, nem sequer permitem uma limpeza do espaço, é preciso que a Câmara rapidamente agarre e tome conta daqueles quiosques e se estiver disponível para isso a Junta de Freguesia está, que os transite para a Junta mediante contratos de comodato, como acontece com outras freguesias, porque nós melhor do que ninguém poderemos de facto arranjar forma de lhes dar vida naqueles espaços em que estão. -----

----- Termino aqui para não alongar mais e muito obrigado Senhora Presidente pela sua tolerância.”-----

----- (A Recomendação nº. 2/68 está inserida como Anexo III na presente Ata, fazendo dela parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal, mal seria que não desse alguma tolerância a um Grupo Municipal que passa a vida a dar tempo aos outros Grupos, portanto, naturalmente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobre Antunes (PEV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde a todos e a todas.-----

----- O Partido Ecologista “Os Verdes apresenta hoje para deliberação deste plenário duas Recomendações e uma Saudação.-----

-----No caso da Saudação, recorda-se que se comemorou no passado dia 8 de Maio o Dia da Segurança Social, uma das funções consagrada nos Direitos e Deveres Sociais do Estado para com os seus cidadãos no texto da Constituição da República Portuguesa.-----

----- É aliás a própria Constituição quem reconhece a Segurança Social como um bem público, solidário e universal de todos e para todos, para o qual o seu financiamento deve garantir, de forma sustentada, as condições de vida das famílias e, em particular, dos mais carenciados.-----

----- Como a Segurança Social tem um papel essencial para a coesão social, para a concretização dos valores da solidariedade laboral e entre gerações, é fundamental que o Estado promova a execução de políticas de pleno emprego com salários justos, com pensões e prestações sociais que permitam às famílias fazer face aos riscos que enfrentam.-----

----- Porque o sistema público de Segurança Social representa uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril, que nos cabe preservar e defender, e que é imperioso respeitar os princípios, os valores e os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, “Os Verdes” propõem que se saude o sistema público, solidário e universal da Segurança Social, bem como os seus trabalhadores e a sua luta em defesa dos direitos e da qualidade de vida dos portugueses em geral.-----

----- No caso da recomendação sobre os Postos de Socorro Avançados, recorda-se que a CML elaborou um Plano Municipal de Emergência, tendo em vista a reorganização e reabilitação das infraestruturas do Regimento de Sapadores Bombeiros, onde previa a construção de uma dezena de novos PSA, todavia sem calendarizar o início das obras. -----

----- Ora acontece que, segundo a avaliação do próprio município, a maioria dos quartéis do RSB encontra-se localizada em zonas sísmicas de magnitude elevada, o que poderá dificultar a necessária e esperada celeridade na prestação de socorro à população.-----

----- Neste sentido, “Os Verdes” propõem que se requiera informação à CML sobre quais os locais concretos e o calendário previstos para a edificação dos novos Postos de Socorro Avançados, divulgando depois publicamente esses projetos de edificação. Finalmente, quanto à 2ª recomendação, “Os Verdes” recordam que, em 2009, o município aprovou o Regulamento Municipal de Proteção de Espécimes Arbóreos e Arbustivos e, já em meados de Agosto de 2012, o próprio Presidente da CML tinha exarado um Despacho no qual instituiu um conjunto de normas e procedimentos sobre a manutenção e remoção de árvores, onde se estipulava que qualquer abate de árvores requeria a emissão de pareceres prévios e a obrigatoriedade de antecipadamente se informar os cidadãos.-----

----- Ora acontece que com a passagem de parte da manutenção do património arbóreo para responsabilidade das Juntas, tal não tem sido salvaguardado, para além de também não estarem a ser solicitados pareceres fitossanitários, situações que carecem de uma clarificação no sentido de se definir uma orientação integrada de procedimentos referentes às operações de manutenção do arvoredo da cidade de Lisboa, por meio de um manual de boas práticas. -----

----- Nesse sentido, “Os Verdes” propõem que sejam normalizados os procedimentos de manutenção, poda, abate e substituição de árvores de grande porte, não apenas pela importância ecológica do arvoredo citadino, como pela necessidade de existir, previamente às operações de abate, o indispensável parecer da entidade com competências fitossanitárias.-----

----- E Senhora Presidente, informamos também que já entregámos à Mesa uma nova versão revista desta nossa Recomendação. Muito obrigado.”-----

----- (O Voto de Saudação nº. 2/68 está inserida como Anexo IV na presente Ata, fazendo dela parte integrante)-----

----- (A Recomendação nº. 5/68 está inserida como Anexo V na presente Ata, fazendo dela parte integrante)-----

----- (A Recomendação nº. 6/68 está inserida como Anexo VI na presente Ata, fazendo dela parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa dirá na altura exata exatamente quais são as alterações desta versão revista, mas são duas alterações no texto dos pontos 2 e 3 da parte deliberativa, eu depois na altura lerei as alterações.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobre Antunes (PEV)** deu o seguinte esclarecimento:-----

----- “Eu posso esclarecer, designadamente onde está “regulamento” passa para “manual de boas práticas” e onde está “a Câmara” passou para “os diversos órgãos autárquicos” também por sugestão ali de um Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** fez a seguinte intervenção: ---

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, distinto público.-----

----- Uma primeira palavra para transmitir à associação do Grupo Municipal do PS ao Voto de Saudação nº. 1/68 que representa uma justa homenagem do Município de Lisboa a da Comissão Científica de homenagem nacional que invoca a fundo e muito dignamente a figura do ilustre cidadão Professor Luiz Alberto Mendes-Victor e o seu legado científico nos campos da sismologia, geofísica e meteorologia, assim como o seu contributo para os avanços quer na técnica quer na prevenção e reação possível a vários fenómenos de catástrofe natural.-----

----- Para além de assinalável reconhecimento internacional e nacional o Professor Mendes-Victor nos seus vários artigos e estudos escolhe frequentemente como objeto de estudo o grande Terramoto de Lisboa de 1755, por isso a cidade muito lhe tem a agradecer, a contribuição de sapiência até mesmo para aquela que é a história natural do Terramoto e da própria cidade de Lisboa.-----

----- Uma palavra obviamente ao Professor Carlos Sousa Oliveira que fez aqui uma brilhante oração de sapiência em homenagem à memória do Professor Mendos-Victor.

----- Em relação à Saudação nº. 2/68 hoje apresentada pelo PEV o Partido Socialista associa-se sem reserva à Saudação do Dia da Segurança Social, nomeadamente a uma segurança social pública e sustentável, assim como às referências feitas aos trabalhadores desta organização.-----

----- Passando agora a uma breve análise a algumas das recomendações presentes a esta Assembleia o Grupo Municipal do Partido Socialista orgulha-se de apresentar uma recomendação, a Recomendação nº. 2/68 relativa ao estado da Arte Pública ao abandono de alguns edifícios emblemáticos na área do Parque das Nações pelo que a sua subscritora irá a Senhora Deputada Municipal, Presidente da 7ª. Comissão,

Simonetta Luz Afonso, irá aqui fundamentar e detalhar com o rigor necessário esta temática.-----

----- Em relação à Recomendação nº. 1/68 do Bloco de Esquerda o PS subscreve de presente e de futuro a importância constitucionalmente assegurada, fundamentada pelo menos, do uso da linguagem inclusiva e renega obviamente quaisquer discriminações de género e outras que possam existir de antigas formulações de regulamentos ou quaisquer outros documentos municipais.-----

----- Face à Recomendação do MPT pela reabilitação do Campo das Salésias não podemos deixar de afirmar que a Junta de Freguesia tem feito a deservagem do espaço e já se candidatou também a um programa da EDP para a recuperação desse mesmo espaço e à criação de um programa social de apoio e incentivo ao desporto. O processo, segundo as informações que nós temos está a evoluir a bom ritmo, foi transmitida essa mesma informação pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda e daí que estejamos também de acordo com a vossa Recomendação para que a Câmara Municipal de Lisboa possa acompanhar de certa forma este projeto que queremos obviamente que resulte na reabilitação deste espaço emblemático.-----

----- Em relação à Recomendação do PCP e relativo ao estado dos pavimentos degradados lembramos que a Câmara Municipal de Lisboa atendendo aos recursos disponíveis para esta preocupação não esteve de todo de braços cruzados, pelo contrário, a Câmara Municipal de Lisboa já apresentou o Plano de Investimento Plurianual de Repavimentação da Cidade de Lisboa que visa não só delimitar uma estratégia de intervenção global na cidade como delinear uma metodologia de gestão dos pavimentos para o futuro. Este Plano abrange todas as Freguesias e compreende cerca de 550 mil m2 de reabilitação ou reconstrução de pavimentos, comporta um investimento de 13,5 milhões de euros, acrescido de 3,5 milhões de euros para empreitadas de pequenas recargas e tapa buracos, um dos princípios orientadores do Plano foi o desenvolvimento e a participação das Juntas de Freguesia e daquilo que sabemos a articulação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara tem sido feita com abertura e com flexibilidade, até mesmo em termos de priorização de alguns casos mais graves e urgentes como aquele que refere na recomendação.-----

----- Sabemo-lo porque essas propostas têm inclusivamente baixado aqui ao Plenário da Assembleia e mesmo a algumas Comissões para pareceres, algumas dessas obras de repavimentação referidas no Plano têm vindo a ser realizadas pela Junta de Freguesia através de delegação de competências antecipando assim a execução dessas mesmas obras, daí que a Recomendação em causa parece um tanto quanto extemporânea para o Partido Socialista.-----

----- A Recomendação dos Verdes relativo aos postos de socorro avançados carece da nossa abstenção por ser pública a intenção da Câmara Municipal nesta matéria, consta aliás do site da Câmara Municipal. Relembro aqui que no passado dia 10 de março de 2015, o dia em que o Município entregou novos fardamentos a vários efetivos do regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, o Vereador titular do pelouro da Proteção Civil, o Senhor Vereador Carlos Castro, afirmou que o processo de implementação dos postos de socorro avançados avançará até ao final do presente ano

civil, pelo que se deduz que as localizações concretas destes mesmos postos a construir serão conhecidas dentro desse mesmo prazo, bem como os cronogramas e os projetos de execução de todos os investimentos construções ou requalificações nesta matéria. -----

----- Isso também aliás já foi alvo de análise no seio da 8ª. Comissão numa reunião próxima passada bastante recente, sendo que também por isso da mesma forma como a recomendação do PCP nos parecia alvo de uma certa extemporaneidade, esta também no fundo é ferida do mesmo mal na nossa opinião. Obrigado.” -----

----- (A Recomendação nº. 2/68 está inserida como Anexo III na presente Ata, fazendo dela parte integrante). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- A Recomendação que apresentamos pela reparação urgente dos pavimentos extremamente degradados da cidade considera positiva a existência de um Plano de Repavimentação resultante das parcerias, nomeadamente do conjunto das freguesias, está aqui escrito, agora o que é do conhecimento geral e na prática é que há pavimentos que estão a necessitar de repavimentação e não era para amanhã, era já para há três ou quatro anos. -----

----- Cito por exemplo a Rua de Campo de Ourique, onde passo muitas vezes de autocarro, o pequenino, que salta imenso entre a Panificação e a Ferreira Borges, mas há vários casos e nós chamamos aqui a atenção para vários aspetos, Rua do Telhal, Rua das Pretas, Rua de cabo Verde, Rua de Timor, Estrada de Caselas, Rua da Penha de França, Rua Mestre António Martins, a Rua de Campo de Ourique, a Travessa dos Remolares, há muitas e estas precisam de uma intervenção ativa e imediata porque se ficam à espera do Plano de Repavimentação então durante muito mais tempo as empresas e os particulares que circulam naquelas ruas, nestas e noutras ruas sofrem os efeitos desta situação, portanto, esta Recomendação é feita de boa-fé no sentido de que defina a Câmara como prioritária e urgente uma intervenção nos pavimentos das artérias cujo estado de repavimentação de tal maneira grave que os danos provocados nas viaturas que ali circulam acarretam sérios prejuízos para cidadãos e empresas. -----

----- Quem estiver com os olhos abertos para a cidade votará favoravelmente esta Recomendação, pensamos nós e é por isso, em boa-fé que a fazemos, porque há urgência em intervir na cidade de Lisboa. Muito obrigado. -----

----- Queremos ainda já agora colocar uma questão à Câmara que tem a ver com o Regulamento dos chamados Tuk-Tuk, nós tivemos em 20 de janeiro deste ano de 2015, apresentámos um requerimento à Câmara Municipal, através da Senhora Presidente perguntando qual era a data prevista de apresentação do Regulamento. Em 28 de janeiro de 2015 foi aqui aprovado, creio eu, o relatório da Comissão Permanente de Economia Turismo e Inovação e Internacionalização com recomendações à Câmara Municipal sobre esta matéria, a Câmara envia uma informação em 5 de fevereiro de 2015 a comunicar que se encontra em fase avançada de preparação do respetivo regulamento, já passaram mais de três meses e

perguntamos para quando de facto a apresentação desse regulamento sobre os chamados Tuk-Tuk à Câmara e à Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

----- (A Recomendação nº. 4/68 está inserida como Anexo VII na presente Ata, fazendo dela parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Municipais, público presente. -----

----- O Partido da Terra coloca à consideração do Plenário um documento que pretende alertar para as condições de degradação do antigo Campo das Salésias, que outrora foi local do antigo Estádio do Clube de Futebol “Os Belenenses”. -----

----- O Campo das Salésias localizado na zona limítrofe entre as Freguesias da Ajuda e Belém foi inaugurado a 29 de janeiro de 1928 e esteve ativo até 9 de Setembro de 1956 recebendo dentro das quatro linhas glórias do futebol como Pepe, Matateu e Pedroto.-----

----- Foi aqui que alguns dos nomes mais emblemáticos do futebol português arrancaram aplausos e deram alegrias a muitos adeptos, ao longo do tempo foram avançadas diversas soluções para este espaço, sendo a última um protocolo assinado no final de 2014 entre a ESTAMO, proprietária do terreno, a Junta de Freguesia da Ajuda e o Clube de Futebol “Os Belenenses” para que estes últimos voltassem a ocupar o Campo das Salésias.-----

----- Em maio de 2015 o campo continua ao abandono, onde a placa que sinalizava o local já desapareceu, o matagal aumenta e a acumulação de lixo também! -----

----- O Partido da Terra acredita que com o apoio do Município o recinto poderá dar lugar a uma infraestrutura desportiva de serviço à população local bem como aos munícipes em geral. -----

----- Sobre os outros documentos em análise iremos obviamente acompanhar a maioria mas queremos destacar a Recomendação 6/68, os procedimentos de manutenção do arvoredo em Lisboa, apresentada pelo PEV. É uma proposta que vai de encontro a documentos já apresentados pelo MPT neste mandato, a saber: a Recomendação por uma gestão integrada do património arbóreo da cidade de Lisboa, aprovada em a 31 de março; a Moção 4/50 também do MPT de condenação de atos de vandalismo em árvores em meio urbano, aprovado a 25 de março de 2014 e por fim a Moção 1/52 do MPT contra as podas drásticas. Todas estas Deliberações foram aprovadas por maioria. -----

----- Também a Recomendação 5/68 de postos de socorro avançados, apresentada pelo PEV mereceu a nossa atenção visto que o Senhor Presidente na última Informação Escrita após a nossa intervenção afirmou que estava a ser preparado um novo documento de reprogramação do dispositivo de socorro da cidade de Lisboa. Esperamos que cumpra com a sua palavra! -----

----- Por fim e não menos importante salientar a Recomendação sobre o Parque das Nações no âmbito da Cultura o Partido da Terra acompanhará favoravelmente por considerar que não pode perder a oportunidade da necessidade de união de esforços de

forma a recuperar a qualidade do nível urbano daquele espaço que após a sua transferência para o Município de Lisboa se tem vindo a deteriorar cada vez mais.-----

----- Disse.”-----

----- (A Recomendação nº. 3/68 está inserida como Anexo VIII na presente Ata, fazendo dela parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, boa-tarde a todas e a todos. -----

----- O Bloco de Esquerda apresenta neste PAOD três Recomendações, começarei por aquele que já foi aqui evocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areiro sobre a manutenção e a poda das árvores. Com certeza que o Senhor Presidente leu com atenção a nossa Recomendação e percebeu que não é uma Recomendação contra a sua ação no exercício da sua função como Presidente da Junta do Areiro, também não é uma Recomendação que põe em pratos da balança distintos quem é a favor ou quem é contra a poda das árvores, pelo contrário é uma Recomendação que reconhece que existe um problema, um problema que surgiu da delegação de competências nesta matéria. -----

----- Nós concordamos que devem ser as Juntas de Freguesia, portanto, faz sentido que haja uma delegação de competências nesta matéria e que sejam as Juntas de Freguesia a gerirem e a garantirem a manutenção do património arbóreo, no entanto e porque sabemos que as Juntas de Freguesia não tinha experiência nesta matéria, não tinham know-how suficiente nesta matéria têm que naturalmente que recorrer externamente a empresas que o possam fazer e é essa a questão que esta Recomendação coloca em cima da mesa e damos como exemplo, como foi referido o caso da Guerra Junqueiro que foi noticiado recentemente e que, portanto resultou, de acordo com as informações veiculadas pelo Senhor Presidente à comunicação social de uma iniciativa, um aconselhamento por parte da empresa contratada para fazer este trabalho e que resultou, tal como é expresso publicamente por moradores e comerciantes daquela área numa descaracterização total da própria rua, da própria Avenida Guerra Junqueiro e, portanto, há uma necessidade por parte das Freguesias de proceder à manutenção do seu património arbóreo mas há também uma contradição que é ficarem nas mãos das empresas quer ficam com este trabalho, a quem é adjudicado este trabalho e, portanto, o que esta Recomendação sugere é que haja um acompanhamento, pelo menos num período de transição por parte dos serviços da Câmara que possam aconselhar as Freguesias nesta responsabilidade que têm de manutenção das árvores que estão no seu território e, portanto, não fiquem à mercê de empresas privadas porque naturalmente neste processo de manutenção do património arbóreo há muitas soluções para os problemas fitossanitários que existem a própria idade das árvores e, portanto, se algumas empresas poderão agir deontologicamente de uma forma correta outras perante soluções em que possam recuperar as árvores ou abatê-las e substituí-las por outras poderão naturalmente optar por aquela solução que lhes der mais rentabilidade. -----

----- E portanto o que sugerimos nestas intervenções de maior escala é que haja um acompanhamento dos serviços da Câmara aos trabalhos realizados pela Junta de Freguesia e que também haja, sobretudo nestas intervenções maiores uma consulta e uma informação prévia aos moradores daquela área porque com certeza que interfere na sua qualidade de vida, na sua vivência e no seu dia-a-dia. -----

----- Em segundo lugar apresentamos uma Recomendação, que também já foi aqui referida, sobre a linguagem inclusiva. Sabemos todas que a linguagem é um instrumento poderoso na exclusão e na opressão e é também como sabemos um instrumento poderoso na emancipação e portanto é importante que uma organização com tanto impacto como a Câmara Municipal de Lisboa, tão importante, com tanta produção de documentos tenha essa preocupação no uso da linguagem nos documentos que produz, aqui na Assembleia Municipal temos o exemplo da nossa Presidente, que preside à Mesa da Assembleia e que tenta sempre oralmente e nos textos que produz fazer uso dessa linguagem inclusiva e, portanto, deveremos também seguir esse exemplo e recomendar à Câmara que haja progressivamente uma adaptação dos seus documentos, uma linguagem inclusiva, seguindo naturalmente as recomendações que já existem do guia para a linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na Administração Pública. -----

----- Em terceiro lugar, em último lugar e para terminar, uma Recomendação sobre as dificuldades na habitação social. Temos tido aqui vários relatos no período de intervenção do público, relatos dramáticos de situações de dificuldade na habitação social e, portanto, temos que olhar para este problema e recomendar e arranjar soluções para o mesmo. -----

----- Sabemos das dificuldades que este Pelouro e esta Vereação enfrenta pela ausência de meios para responder à dimensão dos pedidos mas tem que haver naturalmente uma resposta a isto e por isso recomendamos que haja uma revisão dos Regulamentos para que casos como já vimos aqui não fiquem de fora da atribuição de casas, que haja uma suspensão de processos de despejo que naturalmente poderão não estar a existir mas que estão previstos nos regulamentos e não poderão existir em caso comprovado em que haja uma diminuição acentuada dos rendimentos dos moradores e por último que diligenciem junto dos moradores, em caso de haver uma diminuição de rendimentos para que possam fazer uso do Artigo 30º. do Regulamento da Gestão do Parque Habitacional, para fazendo prova da diminuição desses rendimentos possa haver um reajuste da sua renda.” -----

----- (A Recomendação nº. 8/68 está inserida como Anexo IX na presente Ata, fazendo dela parte integrante)-----

----- (A Recomendação nº. 1/68 está inserida como Anexo X na presente Ata, fazendo dela parte integrante

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, público em geral.-----

----- O PAN, analisadas as Moções e as Recomendações neste caso solidariza-se com todas elas, acha que todas elas são meritórias e por isso irá aprová-las globalmente, ou aliás, uma a uma, melhor dizendo. De qualquer forma há uma situação em especial que nos merece uma referência que é a questão do abate das árvores na Rua Guerra Junqueiro e na Praça de na Praça de Londres não nos parece que uma solução que não estando as árvores todas mortas ou doentes que seja solução fazer os cortes brutais que foram feitos da forma como foram feitos, por alguma razão os automóveis também têm inspeções periódicas e vão regularmente ver o que é que se passa e vão fazer as substituições que têm que ser feitas e concertar as avarias que têm em si. Parece-nos que não deveria ser diferente com as árvores de uma Avenida e não nos parece que faça muito sentido que porque algumas árvores estão doentes seja tudo cortado rente, como estava a ficar. -----

----- Atualmente está um bocadinho menos grave mas a situação é séria, não parece que a solução que tenha sido, o que foi encontrado, que seja uma solução boa. -----

----- Creio que a Recomendação que vai ser aprovada, espero eu, que possa resolver futuramente estas situações, aquilo que se pede é que não se confie tudo aos subcontratados, às empresas e que se façam estudos e que se pense duas vezes antes de pôr a motosserra nas mãos de alguém que não tem se calhar as qualificações para o efeito. -----

----- É tudo, muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados Municipais, com a intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça terminamos a primeira ronda, temos dos Senhores Deputados do Partido Socialista inscritos para uma segunda e terceira ronda, se houver mais alguém que se queira inscrever é a altura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- É o seguinte, os Deputados Municipais Independentes gostariam de fazer alguns comentários breves, primeiro à Recomendação do Bloco de Esquerda sobre as supostas dificuldades na habitação municipal, primeiro antes de mais fazer aqui um reparo nos considerandos. Dizem que de acordo com o Relatório e Contas da GEBALIS as dificuldades dos inquilinos são já superiores a 30% do número de famílias, este número do nosso conhecimento não é correto baseado noma notícia do Expresso que não corresponde à verdade, é na verdade um erro grosseiro porque existe aqui uma confusão entre a dívida que se acumulou ao longo de 20 anos e a dívida que têm neste momento, portanto, isto não são exatamente os dados que estão no Relatório e Contas da GEBALIS, mas independentemente desta questão dos considerandos o que realmente gostaríamos de referir sobre esta Recomendação é que não concordamos de todo com a sua parte deliberativa até porque é aqui proposto que

se iniciar um processo de revisão dos regulamentos e na realidade nesse processo de revisão dos regulamentos já está em curso. -----

----- Aliás em janeiro de 2015 foi publicado no Boletim Municipal precisamente um despacho para iniciar esta visão, portanto, não podemos concordar com a redação deste ponto, mas também muito menos com os pontos 2 e 3 em que se pede que se suspendam os processos de despejo da habitação municipal por incumprimento de pagamento ou que se diligencie junto dos arrendatários em mora a verificação se ocorrem estes pressupostos, reajustamento de renda porque isto é também feito pelo Município, portanto, o que temos conhecimento, também gostaríamos que a Câmara Municipal se pronunciasse, mas do que temos conhecimento o que sabemos é que a ação do Município é no sentido de assegurar ao agregado esta promoção da cobrança da dívida e não do despejo, como se pretende aqui fazer crer através do texto, até porque sabemos que é possível ser celebrado um acordo de regularização da dívida e, portanto, achamos que o propõe aqui o Bloco de Esquerda no fundo acaba por ser, portanto, não podemos votar a favor dado a inutilidade da proposta e destas medidas que estão em curso, mas também porque votar a favor daria a ideia de que a Câmara Municipal faz o contrário daquilo que é a sua prática e, portanto, o que propomos ao Bloco de Esquerda é que altere o texto de em vez “de início do processo determine”, em vez de “suspenda” “continue a promover a regularização da dívida em alternativa aos processos de despejo”, assim é que estaria correto ou em vez de “diligencie junto dos arrendatários” é “continue a diligenciar junto dos arrendatários esta verificação”, dado que se não houver esta mudança obviamente que não poderemos votar a favor. ---

----- Ainda relativamente a uma outra Moção do Bloco de Esquerda que foi também já aqui levantada várias questões, que é sobre a poda de árvores na Avenida Guerra Junqueiro, independentemente de compreendermos as preocupações demonstradas aqui pelo Bloco de Esquerda e que sabemos que poderão ser de alguns munícipes a verdade é que o que é aqui referido achamos que não é matéria para apreciação desta Assembleia Municipal porque o que se pede aqui é que após um processo de descentralização que passou para as Juntas venha depois a Câmara acompanhar e apoiar tecnicamente ou assegurar que intervenção prossiga na observância quando isto já é matéria e competência das Juntas de Freguesia, portanto, sugerimos ao Bloco de Esquerda que se apresente na Assembleia de Freguesia respetiva a esta Moção porque pensamos que assim é que seria o correto. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputado Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, imprensa e público presente. --

----- Eu trago hoje aqui a questão do Parque das Nações, que aliás também já foi referida pelo Presidente da Junta, a quem saúdo e esta Recomendação que eu trago hoje aqui é a consequência de longas conversas com o Presidente da Junta, com a Senhora Vereadora da Cultura em que partilhamos aqui, como cidadãos e como portugueses da mesma preocupação que o Parque das Nações tem que voltar a ser aquilo que foi, aquilo para que foi feito, foi de facto um importantíssimo investimento

da cidade para fazer cidade, numa zona que alguns dos mais novos certamente não se lembram, que era uma zona poluída que ninguém conhecia, absolutamente fora do contexto da cidade. -----

----- Hoje em dia faz parte da cidade, foi pena que tivesse demorado tantos anos a integrar verdadeiramente a cidade e só desde a Reforma Administrativa, portanto, há cerca de um ano é que podemos dizer que integrou a cidade. -----

----- Por conseguinte esta indecisão na passagem do Parque das Nações para a sua tutela natural, que é a cidade de Lisboa terá trazido algumas deficiências e alguma incúria que hoje a Freguesia do Parque das Nações herdou, na verdade não se admite que a escultura de todo um programa que foi concebido para o Parque das Nações de escultura e de arte pública esteja no estado em que se encontra, há peças muitíssimo importantes paradigmáticas dos artistas da década de 90, como um Rui Chaves, um José Pedro Kroft. -----

----- A arquitetura também e são os grandes nomes da arquitetura portuguesa! -----

----- Há excursões internacionais para verem a obra do Siza que começa no Pavilhão de Portugal e passam pelo Porto e chegam à Igreja do Marco e o Pavilhão de Portugal não tem futuro, não se sabe o que é que vai ser e continua fechado, bem como o gasómetro, a chamada Torre Galp e que é a memória do lugar, daquele sítio onde se fabricava o gás e de facto foi o edifício tratado, durante a Expo serviu de lojas, de bilheteiras, tem dois elevadores fantásticos que têm uma vista fabulosa sobre uma das zonas mais bonitas da cidade que é o Estuário do Tejo e o próprio sítio, porque é que não se abre ao público? Porque é que não é mais um elemento importante de atração para o Parque das Nações? -----

----- É preciso juntarmo-nos todos? É isso que eu vos peço, esta Recomendação tem esse sentido de nos juntarmos todos e de pedirmos à Câmara que se envolva num fim digno para o Parque das Nações e para a utilização do gasómetro e ao mesmo tempo para a Junta de freguesia e à Vereação da Cultura que se envolvam na recuperação, no restauro, na valorização deste conjunto de esculturas que deverão ser assinaladas, deverão ter a sua identificação deverão ser valorizadas, deverá fazer-se um circuito e assim certamente valorizaremos este grande investimento que Portugal fez na década de 90 para a Expo 98 e fez mais cidade. -----

----- Muito obrigada. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Caldas (PS)** fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, ilustres convidados e público presente -----

----- Convergimos todos na ideia de que deve ser preservada a importância ecológica das árvores de alinhamento e da arborização dos arruamentos, dos jardins e dos parques da nossa cidade. -----

----- Concordamos todos que devem ser seguidas as melhores práticas no tratamento do arvoredado na cidade de Lisboa, como aliás em todo o território nacional e até no mundo, convergimos todos no propósito de quanto mais arborizada e tratado o arvoredado melhor a qualidade de vida da nossa cidade e por isso queria cumprimentar o

Partido Ecologista “Os Verdes” por ter aceite algumas sugestões que o Partido Socialista formulou no sentido de melhor enquadrar a Recomendação que aqui apresentou com a natureza da reorganização administrativa da cidade de Lisboa. -----

----- É para nós hoje muito impressionante ao fim de mais de um ano de implementação em concreto da reorganização administrativa da cidade que ainda se ouça nesta Assembleia falar de delegação de competências. -----

----- O que se passou não foi uma cedência da Câmara Municipal de Lisboa às freguesias da cidade, o que se passou não foi uma concessão da Assembleia Municipal de Lisboa às freguesias da cidade, o que se passou foi uma escolha do legislador a propósito do modo como em concreto numa cidade como a cidade de Lisboa devem ser distribuídas as atribuições e as competências pelas autarquias que exercem responsabilidade neste território e não se confunde aquele que é o universo de responsabilidades do Município com aquele que é o universo de responsabilidades das freguesias, não é um problema de autonomia entre as duas autarquias é o problema de serem pessoas jurídicas completamente distintas, apenas com algum grau de convergência. -----

----- Termino já, é por isso que convergimos com o Partido Ecologista “Os Verdes” e rejeitamos a Recomendação do Bloco de Esquerda que ao contrário do que aqui disse o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles é uma intromissão da Assembleia Municipal nas decisões próprias de Freguesia do Areeiro, só própria de quem não exerce poder em nenhuma freguesia da cidade de Lisboa e, portanto, tem pouco para dizer sobre o assunto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Senhores Deputados Municipais, terminámos as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, a Câmara pediu a palavra para dar algumas explicações, a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto. -----

----- Lembro que a Câmara tem dez minutos, portanto, tem três pedidos de palavra da Câmara, peço para cumprirem o vosso tempo.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, vou ser muito rápida, só queria dizer aqui que estamos em contacto com a Junta de Freguesia do Parque das Nações para tratar do problema da arte pública naquela Freguesia, portanto, está previsto nesse acordo que vamos celebrar nas próximas duas semanas, dia 1 o mais tardar, é que a Câmara faça a recuperação da estatuária toda e faça nas obras de arte pública que estão mais degradadas, nomeadamente a obra do José Pedro Kroft e a do Rui Chaves, aliás, a do Rui Chaves a limpeza vai começar na próxima quinta-feira e a do José Pedro Kroft pensamos que irá começar até ao final do mês, portanto, já está o procedimento praticamente concluído e as outras seguir-se-ão. -----

----- O que vai ficar estabelecido nesse protocolo é que depois à Junta caberá a manutenção destas obras depois de recuperadas e também em conjunto vamos fazer

um roteiro, um roteiro que terá um suporte escrito e também espero que na página da Junta de Freguesia, um roteiro sobre as várias peças que estão no Parque e que como a senhora Deputada Municipal disse de facto é talvez o único programa de arte pública pensado integralmente para aquele espaço e no país é dos poucos que existem, portanto, tem um enorme valor, tem um grande potencial turístico que nunca foi potencializado e também um potencial muito importante de proximidade com a arte que também pensamos que deve ser feita a partir da divulgação junto das escolas e junto daqueles que visitam todos os municípios, os lisboetas e os portugueses que muitas as vezes ao fim-de-semana e mesmo durante a semana visitam o Parque das Nações, portanto, no fundo a ideia deste protocolo é relançar este projeto, valorizá-lo e divulgá-lo de uma forma mais sistemática. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- O Senhor Vereador Rui Franco.” -----

----- **O Senhor Vereador Rui Franco** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Em esclarecimento à intervenção do Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles sobre a Recomendação que o Bloco de Esquerda apresenta, dizer ou esclarecer três ideias fundamentais.

----- Primeiro que a própria definição de habitação social se traduz no arrendamento às famílias mais carenciadas com uma renda calculada em função do rendimento disponível, que esse é variável, portanto, a renda também é variável ao longo do tempo em função da variação do rendimento da família inquilina.-----

----- Número dois de que a Câmara tem neste momento em curso a revisão do Regulamento do Regime de Acesso à habitação Municipal e que terá naturalmente uma fase de consulta pública pelos cidadãos e forças políticas que podem e devem contribuir com as suas melhorias ou os seus contributos para a melhoria do Regulamento. -----

----- Em terceiro que o Município de Lisboa não despeja famílias carenciadas ou com dívida, antes adequa permanentemente a renda e contratualiza a amortização realista da dívida. Isto acontece quer a pedido quer pelo processo de verificação de ocupação e da condição de recursos com um processo trianual que está agora a terminar o primeiro ciclo, mas que esta redução da renda a pedido do inquilino e isto é também muito importante que fique claro acontece com o atendimento presencial em todos os Gabinetes de Bairro da GEBALIS e mesmo que haja atraso ou mesmo que haja demora na revisão em baixa da renda, e ela só é aplicada em baixa, ela é sempre aplicada com efeito retroativo à data do pedido e que em muitas circunstâncias os dois processos são feitos em paralelo, ou seja, de que é amortizada com um prazo absolutamente realista alguma dívida existente e atualizada a renda em função do rendimento atual do agregado inquilino. -----

----- Diferente é corrigir ocupações abusivas, que essas sim no nosso entender impedem a atribuição daquelas habitações às famílias que comprovadamente apresentam e concorrem com maior carência do que aquelas que as ocupem, portanto, não pode o Município deixar de impedir e de contrariar as ocupações abusivas porque essas pervertem a universalidade e a justiça do próprio sistema. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- O Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar um ponto prévio no que diz respeito à questão tão famigerada da ausência de respostas do Município às Recomendações da Assembleia Municipal, por exemplo neste fase ainda não sabemos se estas recomendações que temos estado aqui a discutir vão ser aprovadas ou não, mas a verdade é que o Município, o Executivo já respondeu a duas e eu penso que vai responder agora a uma terceira pela minha pessoa e portanto era importante nesta contabilização que também considerassem estas intervenções como respostas às Recomendações, para nós não estarmos sempre a perder na estatística. -----

----- Portanto, em relação a algumas Recomendações que eu queria diretamente referir, primeiro a questão dos pavimentos que muito bem o Partido Comunista trouxe à Assembleia Municipal. Dizer que compreendemos e partilhamos a preocupação com o estado de algumas vias, efetivamente nós neste momento temos empreitadas de tapa-buracos que temos que obviamente realizado para situações que nos parecem mais graves. Vamos ter um reforço quer das empreitadas tapa-buracos quer de repavimentações de recargas, as chamadas recargas, já no próximo mês, o que nos permitirá obviamente continuar a fazer esse trabalho. -----

----- Como é do conhecimento do Partido Comunista Português e foi aqui referido pelo Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro foram realmente aprovadas em Reunião de Câmara empreitadas de cerca de 8 milhões de euros que entrarão mais ao final do ano na perspetiva de reconstrução propriamente dita, mas até lá vão ser adjudicadas, portanto, formatos que já foram aprovados, portanto, nós acreditamos que se tudo correr bem até ao final do mês de junho adjudicaremos as tais duas empreitadas de manutenção de cerca de 750 mil euros cada e duas empreitadas de repavimentação também de cerca de 750 mil euros cada. -----

----- Portanto realmente temos consciência que há uma necessidade de recuperar um deficit grande nesta matéria, temos consciência e temos estado preocupados em receber todas as indicações, como as que o Senhor Deputado Municipal aqui nos trouxe hoje para irmos dar resposta às situações que têm sido levantadas, vamos fazer um enorme investimento que temos calculado em cerca de 15 milhões de euros entre 2015 e 2016 para tentar recuperar esse deficit, portanto, queremos acreditar realmente temos a consciência que há uma necessidade de recuperar um deficit grande nesta

matéria, tomos consciência e temo-nos estado preocupados em receber todas as indicações como as que o Senhor Deputado Municipal aqui nos trouxe hoje para irmos ir dar resposta a estas situações que têm sido levantadas. -----

----- Vamos fazer um enorme investimento que temos calculado em cerca de 15 milhões de euros entre 2015 e 2016 para tentar recuperar esse deficit, portanto, queremos acreditar que o vamos conseguir com as propostas que estão programadas ir ao encontro das situações mais graves, como aqui foram identificadas e estamos focalizados na necessidade de uma melhor resposta nesta matéria, portanto, quero agradecer a sua Moção em relação a esta matéria e dizer que contará com o empenho do Executivo neste assunto. -----

----- Dizer que pede-me o Senhor Vereador José Sá Fernandes que transmita que no que diz respeito a algumas matérias relativas às podas das árvores que a Câmara Municipal tem previsto um regulamento que apresentará em breve no que diz respeito à manutenção e à poda das árvores, e quer as questões relacionadas com os Postos Avançados quer o Campo das Salésias responderemos por escrito, como é tradição, por vezes nem sempre a horas, mas como é tradição da parte do Executivo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Estamos em condições de passar então à votação das Moções e Recomendações, vamos então passar agora à consideração dos documentos.” -----

----- **Voto de Saudação nº. 2/68- Dia da Segurança Nacional;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “ Este Voto de Saudação foi apresentado pelo Partido Ecologista “Os Verdes” sobre o Dia da Segurança Social, não há alterações. Vou pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Não há votos contra e não há abstenções. Está **aprovado por unanimidade**. -----

----- **Recomendação nº. 1/68- Adoção de linguagem inclusiva em todos os documentos municipais;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção: -----

-----“Esta Recomendação é apresentada pelo Bloco de Esquerda e diz respeito à linguagem inclusive em todos os documentos municipais. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem, se abstém? Abstenções do PSD. Votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. Está **aprovada por maioria**, com uma abstenção.” -----

----- **Recomendação nº. 2/68- Parque das Nações, estado de degradação da Arte Pública e abandono de alguns edifícios emblemáticos;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “Esta Recomendação tem uma pequena retificação na parte final, na parte que antecede o ponto deliberativo onde estava nestes termos “O Grupo Municipal do Partido Socialista na assembleia Municipal de Lisboa recomenda à Câmara Municipal de Lisboa/Junta de Freguesia”, fica “Recomenda à Câmara Municipal de Lisboa cooperando com a Junta de Freguesia”, portanto, em vez da barra fica “cooperando com”. Na verdade nós não podemos fazer recomendações às Juntas de Freguesia e, portanto, é uma correção que fica registada.-----

----- Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovada por unanimidade.**”-----

----- **Recomendação n.º. 3/68- Pela reabilitação do Parque das Salésias;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção:-----

-----“Esta Recomendação é apresentada pelo MPT, tem também uma pequena retificação logo no primeiro considerando uma vez que o Campo das Salésias está situado na Freguesia da Ajuda e não na Freguesia de Belém, ou de Belém, portanto, é a Freguesia da Ajuda, peço que façam essa retificação e os serviços também.-----

-----Vamos pôr à votação a Recomendação n.º, 3/68. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovada por unanimidade.**”-----

----- **Recomendação n.º. 4/68- Pela reparação urgente dos pavimentos extremamente degradados da cidade;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- “Esta Recomendação é do Partido Comunista Português e não tem alterações. Vamos pôr à consideração. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem, se abstém? Abstenções do PS e do PNP. Votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, e 6 IND. Está **aprovada por maioria.**”-----

----- **Recomendação n.º. 5/68- Postos de Socorro Avançados;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- “Esta Recomendação foi apresentada pelo Partido Ecologista “Os Verdes” sobre os Postos de Socorro Avançados. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem, se abstém? Abstenções do PS. Votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND. Está **aprovada por maioria**, com a abstenção do Partido Socialista.”-----

----- **Recomendação n.º. 6/68- Procedimentos de manutenção e substituição de arvoredo em Lisboa;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- “Esta Recomendação tem uma retificação, há várias retificações e eu vou passar a dizê-las oralmente: na parte deliberativa da proposta no ponto 2 onde estava “garanta que de acordo com o estipulando no despacho”, tal e tal, substitui-se esta expressão toda por “promova que”, desaparece o “despacho” e é “promova que”.-----

----- No ponto 3 falava-se em que “cria um Regulamento” e passa a ser “crie um Manual”. -----

----- No ponto 4 referia-se “um parecer vinculativo de entidades com competências fitossanitárias com quem a CML mantenha protocolos” e passa a ser que em vez de estar aqui a CML passa a ser “com quem os diversos Órgãos Autárquicos mantenham protocolos”, isto é para incluir naturalmente também as Freguesias. -----

----- Estão claras as retificações, não há dúvidas que vamos pôr à votação, portanto, a Recomendação n.º 6/68 com as retificações que foram dadas a conhecer. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem, se abstém? Não há abstenções. Está **aprovada por unanimidade.**” -----

----- **Recomendação n.º 7/68- Sobre a poda das árvores na Avenida Guerra Junqueiro;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “Esta Recomendação é sobre a poda de árvores na Avenida Guerra Junqueiro, não há retificações e vamos pôr à votação, foi apresentada pelo Bloco de Esquerda. Quem vota contra? Votos contra do PS e do PSD, do CDS/PP e PNP. Quem, se abstém? Dos Deputados Independentes e do MPT. Votos favoráveis dos restantes Senhores Deputados Municipais. **Foi rejeitada.**-----

----- O PSD informa que fará um Declaração de Voto. O CDS/PP também apresenta Declaração de Voto?” -----

----- **O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto:-**

----- “*O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte **Declaração** relativamente ao seu **Voto Contra na Recomendação n.º 7/68**, submetida a Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 12 de Maio de 2015 e **Rejeitada**, sob a epígrafe Sobre a poda de árvores na Av. Guerra Junqueiro.*-----

-----*O Grupo Municipal do PPD/PSD votou CONTRA a Recomendação acima referida, por considerar inaceitáveis e não verdadeiras numerosas afirmações ínsitas nos Considerandos dessa Recomendação, nomeadamente que a Junta de Freguesia, não cumpriu os devidos requisitos na intervenção que não foi precedida de informação e consulta pública e que a violação dos procedimentos recomendáveis é resultado de uma má reforma administrativa da cidade com a descentralização de competências falhada. Muito pelo contrário o Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, reconhece que a Freguesia do Areeiro cumpriu todos os requisitos técnicos e administrativos prévios à operação de limpeza dos alinhamentos arbóreos nessa importante artéria da Freguesia, preparando um número restrito de árvores em mau estado fitossanitário e que ameaçavam ruína, para abate subsequente em segurança e intervindo sobre ramagens excessivas cujo estado de conservação e perigo de queda sobre pessoas e viaturas era já evidente.*-----

----- *A operação foi resultado de Parecer dimanado de autoridade competente que declarava urgente a intervenção, tendo a Junta distribuído volantes com a informação necessária e específica à população, em todo o edificado e estabelecimentos comerciais. Igualmente enganadora é a afirmação de a Reforma*

Administrativa levada a efeito no início do presente Mandato Autárquico ser má ou ter falhado a respetiva descentralização de competências. -----

----- De facto, é para todos os lisboetas evidente que, não obstante alguma falta de diligência camarária no início do processo de descentralização, a transferência de competências para as Freguesias resultou num enorme avanço no serviço público, com resolução muito mais ágil, expedita e perfeita dos problemas locais. -----

----- Este reconhecimento não impede que o Grupo Municipal do PPD/PSD, concorde com a vantagem de a Câmara Municipal de Lisboa prestar maior apoio técnico às Freguesias, quando as circunstâncias ou complexidade das matérias o aconselhem, como de resto consta da parte deliberativa da Recomendação. -----

----- Lisboa, 12 de maio de 2015.-----

----- Pelo Grupo de Lista do PPD/PSD.-----

----- Os Deputados Sérgio Azevedo e João Magalhães Pereira.”-----

*----- **Recomendação n.º 8/68- Sobre as dificuldades na habitação municipal;***-----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:*-----

----- “O CDS/PP pede que esta Recomendação seja votada por pontos. Os três em separado ou apenas algum em especial? Certo, o ponto 2 em separado. -----

*----- Muito bem, não houve alterações, portanto, é a redação inicial. Vamos pôr à votação a parte deliberativa da Recomendação 8/68, apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre habitação municipal, os pontos 1 e 3. Quem vota contra? Votos contra dos Deputados Independentes e do Partido Socialista e do PNP. Quem, se abstém? Não há abstenções. Votos favoráveis dos restantes Senhores Deputados. Não teve os votos suficientes, portanto, não foram aprovados os pontos 1 e 3. **Rejeitados os pontos 1 e 3.***-----

*----- Vamos pôr à votação o ponto 2. Quem vota contra? Votos contra dos Deputados Independentes e do PS, do PNP e do MPT. Quem se abstém? Abstenções do CDS/PP. Votos favoráveis dos restantes Senhores Deputados. Não teve os votos suficientes. Foi **rejeitado o ponto 2.*** -----

*----- Não teve os votos suficientes, portanto, a **Recomendação n.º 8/68 foi rejeitada.*** -

----- Terminámos a votação dos documentos relacionados com o PAOD da nossa Sessão de hoje. -----

----- Há a indicação dos Senhores Deputados Independentes que irão fazer uma Declaração de Voto, o Senhor Deputado Municipal Miguel Graça solicita que a intervenção que ele fez seja transformada em Declaração de Voto individual sobre esta matéria e o Senhor Deputado Municipal Miguel Laje irá fazer uma Declaração de voto sobre esta matéria, que irá fazer e há ainda uma Declaração de Voto individual da Senhora Deputada Municipal Sandra Paulo (PS).-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Sandra Paulo (PS) não entregou a sua Declaração de Voto)-----

*----- **O Senhor Deputado Manuel Laje, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fez a seguinte Declaração de Voto:***-----

----- “ Manuel Portugal Lage, Deputado Municipal, do Grupo Municipal do Partido Socialista vem apresentar a sua declaração de voto relativo ao seu sentido de voto na recomendação n.º 8/68, apresentada pelo BE, denominada “Sobre as Dificuldades na habitação municipal”, na reunião de 12 de Maio de 2015. -----

----- A recomendação apresentou três pontos deliberativos, tendo o signatário votado contra a totalidade dos pontos. -----

----- Ora, compreendendo que esteja já em curso a revisão dos regulamentos municipais na área da habitação, conforme resultou do debate, não nos chocaria mesmo assim que houvesse um cuidado acrescido, em concreto no contexto do agravamento das condições socioeconómicas da população, o que certamente sucederá e se espera da Vereação;-----

----- De igual modo se compreende e aceita como razoável, até pelas tranquilizadoras palavras transmitidas pela Presidente da Assembleia aos Municípios que a esta casa se dirigem, que não fossem ou não sejam acionadas judicialmente aqueles a quem reconfortamos, desde que de forma comprovada haja uma redução significativa de rendimentos, nem tampouco outra alternativa na cidade ou nos territórios contíguos, o que se crê não suceda, por nem se conhecerem casos. -----

----- Por fim, concordando-se com o princípio mas não com o meio, o da inversão do ónus da prova, competirá sempre a quem ao interessado o recurso ao mecanismo ou figura do reajustamento da renda, pelo que se opta sempre pelo primado do princípio do direito em que quem invoca um direito dele terá de fazer prova.-----

----- Apesar da simpatia gerada, pelos motivos expostos, o voto contra.-----

----- O Deputado Municipal -----

----- Manuel Portugal Lage. ” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:

----- Bom, Senhores Deputados Municipais, terminámos então o PAOD vamos entrar na matéria hoje da Ordem do Dia.” -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Este período de Ordem do Dia é esgotada exclusivamente com a apresentação dos pontos 2 e 3 da proposta 269/CM/2015, que são as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão de 2014 do Município de Lisboa.” -----

----- **Proposta n.º. 269/CM/2015 – Apreciação dos pontos 2 e 3 da parte deliberativa da Proposta 269/2015 – Demonstrações Financeiras e Relatório da Gestão de 2014 do Município de Lisboa, nos termos da proposta, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º. 2 do Artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo I à Lei 75/2013, de 22 de Setembro, do artigo 76º. da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, bem como do previsto ponto 2.7.3 do POCAL (Decreto-lei 54-A/99, de 22 de fevereiro;** -----

----- (A Proposta n.º. 269/CM/2015 está inserida como Anexo XII na presente Ata fazendo dela parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “São apenas os pontos dois e três uma vez que o ponto 1 não é da nossa competência.-----

----- Pedir em primeiro lugar à Câmara Municipal de Lisboa para fazer uma apresentação da proposta, é o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que faz a apresentação e seguir-se-á o Parecer da 1ª. Comissão, que é do Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre a quem eu peço que faça depois uma apreciação resumida, uma vez que já temos bastante tempo consumido da Sessão de hoje, do Parecer que foi distribuído por todos e depois então temos as intervenções.”-----

----- Senhor Vereador, faça o favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** fez a seguinte apresentação:-----

----- “Boa-tarde a todos, a todas e a todos, em primeiro lugar não queria deixar de na primeira ocasião em que me dirijo a todos vós na qualidade de Vereador com os Pelouros das Finanças e dos Recursos Humanos, de agradecer as palavras simpáticas que me foram dirigidas por muitos de vós quando se soube desta responsabilidade que o Senhor Presidente resolveu dar-me.-----

----- Hoje venho aqui para vos apresentar as Contas de 2014 do Município de Lisboa e vou fazê-lo num formato que aliás é coerente com tudo o que temos feito sobre esta matéria e vou apresentar uma primeira parte no fundo informativa que de alguma maneira replicará de forma sumária aquilo que foi o papel neste processo da Direção Municipal de Finanças e, portanto, explicando de forma sumária aquilo que são as contas e depois uma abordagem um pouco mais analítica e mais política sobre as mesmas.-----

----- Em primeiro lugar aquilo que diz respeito à certificação legal de Contas, salientar o trajeto de melhoria continua que as mesmas têm tido relativamente à sua qualidade nomeadamente naquilo que diz respeito à entrega das contas ao Tribunal de Contas dentro do prazo, não foram utilizadas as prorrogações que tinham sido utilizadas em anos anteriores, portanto entregámos religiosamente a 30 de abril e vamos tentar melhorar ainda no próximo ano.-----

----- Emissão da Certificação de Contas no cumprimento estrito da legislação em vigor, ou seja, a legislação em vigor dava a indicação já há alguns anos de que a certificação devia ser feita após a aprovação em Câmara Municipal e foi isso que aconteceu, no entanto fizemos ali uma abordagem em que permitiu que a Câmara Municipal quando votou as Contas tivesse a indicação com a informação necessário do Revisor Oficial de Contas que permitia também de alguma forma dar algum conforto àquilo que era a análise das próprias Contas.-----

----- E como resultado de tudo isto e digamos aqui o aspeto mais importante que eu queria salientar relativamente à Certificação de Contas é que houve uma diminuição acentuada quer quantitativamente quer em termos de materialidade as reservas que o Revisor Oficial de Contas apresentou na sua certificação.-----

----- Passámos de nove reservas em 2013 para 4 reservas em 2014 e como dizia eu há pouco reservas com uma materialidade muito inferior, portanto, muito menos relevantes e muito importantes.-----

----- E com isto começava por dar os parabéns a todos aqueles que na Câmara Municipal de Lisboa se envolveram neste processo, se envolvem neste processo diariamente, que conduz à construção destes documentos que hoje aqui temos em presença e em especial, como é evidente, à equipa da Direção Municipal de Finanças que de forma empenhada, profissional e com muita qualidade nos apresenta estas Contas, evidentemente sob a Direção de Nelson Sousa.-----

----- Entramos diretamente nos números, relativamente à situação económica o que as Contas nos dizem é que o total de proveitos e ganhos em 2014 teve uma diminuição de 1,7%, o total de custos e perdas 2,8% e o resultado líquido do exercício sub cresceu 66,2%, ou seja, teve no ano de 2014, 15,1 milhões de euros.-----

----- Quanto à situação financeira o ativo líquido situava-se a 31 de dezembro em 3 mil e 26 milhões de euros, ou seja, teve uma diminuição de 16,8%, o passivo 1 195 milhões de euros, um decréscimo de 15,8% e os fundos próprios de 1 830 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 17.5.-----

----- Os indicadores que mais relevam do ponto de vista das nossas contas são estes dois, a autonomia financeira que se cifra em 61% e a solvabilidade que se cifra em 153%, são números que nos orgulham do ponto de vista da nossa situação financeira.--

----- A receita cobrada teve a evolução que estes quadros mostram, ela teve um aumento de 55,8 milhões de euros e, portanto, em 2014 arrecadámos de receita 568 milhões de euros.-----

----- Descascando um pouco e abrindo aquilo que é a informação sobre impostos, também aqui há uma evolução, nomeadamente do IMI e do IMT que são muito relevantes e, portanto, não queríamos deixar de mostrar o que é que esta gaveta de impostos significa.-----

----- Quanto aos custos e perdas operacionais houve uma diminuição de 0,9% cifrando-se no ano de 2014 em 493 milhões de euros e o total de custos e perdas teve uma variação de menos 2,8% cifrando-se durante o mês de 2014 em 541 milhões de euros.-----

----- A abordagem anterior é uma abordagem de custos e perdas, é uma abordagem patrimonial, esta abordagem dá-nos uma visão muito mais clara sobre aquilo que são os custos, perdas e proveitos de cada ano em concreto e dá-nos portanto uma visão clara que não está digamos que deturpada por anos em que se efetua um conjunto de pagamentos, como é o caso de 2014, que de alguma maneira davam uma visão errada, o que nós quisemos reforçar, apresentando evidentemente quer as contas segundo a contabilidade patrimonial, quer segundo a orçamental para que todos possam escutiná-las convenientemente, mas não queremos deixar de relevar a importância que tem aqui aliás uma tendência que vai ser seguida e que até àquilo que nos é dado conhecer nas próprias alterações legislativas sobre contabilidade pública e nomeadamente autárquica de, de alguma maneira, dar um relevo especial e importante, muito mais importante àquilo que é a contabilidade patrimonial.-----

----- Segundo a lógica orçamental começámos o ano com um saldo inicial de 27,9 milhões de euros, arrecadámos a receita que está descrita nesta segunda caixa que diz Receitas, no valor de 568 milhões de euros, se deduzirmos as despesas do ano elas totalizam 473 milhões de euros, o que nos dá um saldo disponível que utilizámos para redução da dívida no valor de 111 milhões de euros, essa dívida que foi reduzida a fornecedores em 22 milhões de euros, a bancos em 76 milhões e outras reduções 12 milhões, permitindo-nos ter um saldo final de 11,1 milhões de euros como os documentos comprovam. -----

----- Também é importante referir que estas contas tiveram e têm um grande impacto patrimonial de diferentes operações especiais que todos conhecem e que não são, como são eventos especiais dificilmente serão repetíveis e digamos que afetam de forma muito substancial aquilo que são as contas deste ano e eu enumerava-as só muito rapidamente para dizer que a Braga-Parques teve um impacto muito importante, um aumento no imobilizado de 98 milhões de euros; a EPUL teve um impacto líquido negativo de 16,2 milhões de euros; as provisões com a revisão dos critérios das nossas provisões seguidos quando da valorização dos processos judiciais e consequente alteração das avaliações relativas aos valores de litigação com um impacto global de 221 milhões de euros, apesar de termos constituído novas provisões no valor de 56,7 milhões de euros, ajustamentos do imobilizado, regularização de parte do imobilizado do balanço inicial da Câmara Municipal de Lisboa no momento da implementação do POCAL que se encontrava por identificar, eu recorde que esta problema tinha reflexo na certificação de contas há décadas, ou há pelo menos uma década, há pouco mais de uma década e que digamos que está em fase de, foi dado aqui um passo importantíssimo para resolver esta questão. -----

----- Por outro lado as permutas da SEGAL foram diminuindo, houve uma diminuição de 106 milhões de euros do chamado contrato inominado com impacto no ativo e no passivo decorrente do apuramento, o fecho das malhas, o que de alguma forma nos permite dar uma visão muito mais real daquilo que é o ativo e o passivo da própria Câmara que estava inflacionado por esta via.-----

----- Especialização do IMI, uma novidade, uma novidade que nos foi imposta que faz com que o IMI contabilizado no exercício a que diz respeito, neste caso 106 milhões de euros, o que de alguma forma veio diminuir a nossa receita deste ano porque este IMI é considerado do ano anterior. -----

----- Empresas Municipais, um conjunto diversificado de regularização envolvendo pagamentos de 16 milhões de euros às empresas municipais, contribuindo para a sua própria saúde financeira e para a sua própria sustentabilidade. -----

----- Variação do passivo, muito rapidamente, do passivo total são 2014 mil e 195 milhões de euros, confrontado com 2013 são 1.420 milhões de euros, uma variação negativa, portanto, um decréscimo de 15,8%. -----

----- O passivo exigível exclui provisões, acréscimos e deferimentos, dá-nos uma visão ainda mais concreta ainda retirando uma série de operações contabilísticas, 723,4 milhões de euros em 2014 para 740 milhões de euros em 2013, uma variação negativa de 2,2%. -----

----- Passivo legal exclui do passivo exigível, as permutas e saldos de operações de tesouraria, é o passivo que em termos legais é exigido para prestação de contas da Câmara Municipal, 618 milhões de euros contra 643 em 2013, portanto, uma variação de decréscimo de 3,9%.-----

----- O endividamento legal, queria só chamar a atenção porque as regras em 2014 mudaram e colocaram-nos nesta situação que aqui veem, que se traduz no ponto 3 no limite de receita, dívida total, em 2014 no início era 89.9, se a Lei continuasse como estava seriam 114, ao meio do ano há uma alteração ou durante o ano há uma alteração que nos coloca na situação de termos 18 milhões de euros de margem disponível. No final do ano esses 18 milhões de euros passaram a 23 milhões mas o importante, o mais importante aqui, que vamos refletir um pouco mais à frente, tem a ver com nós além de não termos utilizado esta margem ainda, digamos, a melhorámos porque conseguimos libertar algum endividamento que tínhamos e portanto isso deu-nos ainda muito mais margem.-----

----- Outros equilíbrios legais e o cumprimento de todas as exigências que nos eram impostas, quer pelo Orçamento de Estado quer por outra legislação, o prazo médio de pagamento legal e já vamos ver aqui alguma diferença sobre o que é o legal e o que é o mensal a 31 de dezembro, mas 26 dias e, portanto, penso que é um motivo de orgulho do ponto de vista da nossa execução de 2014 o termos chegado a estes valores.-----

----- O equilíbrio orçamental, outra questão fundamental, outra questão fundamental, as receitas são superiores às despesas, as receitas correntes são superiores às despesas correntes e as receitas correntes brutas cobrem as despesas correntes acrescidas das amortizações a empréstimos de médio a longo prazo. Isto claramente também nos dá uma tranquilidade relativamente ao futuro muito importante.-----

----- Relativamente ao cumprimento da legislação relativa aos pagamentos em atraso, redução do stock de pagamentos em atraso em 20.7 milhões de euros de dezembro de 2011 a dezembro de 2014, sendo que no final de 2014 era 0,6 milhões de euros.-----

----- Cumprimento das metas do Orçamento de Estado quer relativamente e nomeadamente relativamente aos pagamentos em atraso, 80,5% de redução de dezembro de 2014 versus Setembro de 2013, quando o que nos era exigido eram 10%. De junho de 2014 a Setembro de 2013 menos 15,2%, quando o que nos era exigido eram 5%.-----

----- Também uma palavra ainda para as contas das empresas municipais que têm resultados positivos e que portanto nos permitem também desse ponto de vista ter a tranquilidade de ter empresas sustentáveis.-----

----- Agora passava a uma apreciação política da gestão de 2014, eu gosto de fazer esta diferença, há quem não goste e eu respeito, mas para mim há aqui uma diferença que é muito importante de sublinhar, é que todos temos que nos rever naquilo que são as contas de 2014 do ponto de vista técnico, se não nos revirmos devemos apresentar essas dúvidas, esses pontos de discordância para que os possamos corrigir ou para que os possamos identificar como opções técnicas diferentes, mas para o exterior é importante que todos percebam que aquelas contas refletem com clareza, com

exatidão e com rigor tudo aquilo que se passa na Câmara de Lisboa do ponto de vista económico e financeiro, isso é um capital que nós temos que saber salvaguardar, independentemente de toda a discussão política que possamos fazer em cima desses dados, mas para fora tem que ficar claro que sobre esses dados nós não temos dúvidas porque esse é um fator fundamental para que nos possamos relacionar de forma equilibrada e em vantagem competitiva com todos aqueles com quem temos que nos relacionar, qualquer dúvida sobre esta matéria faz mocha naquilo que é a nossa credibilidade e, portanto, quando nós fazemos essa discussão política devemos ter em atenção que não pode, devemos tê-la, podemos e devemos ter opiniões diferentes mas temos que separar claramente essas opiniões diferentes sobre a interpretação dos números, dos próprios números e da forma como se constroem. -----

----- Os resultados obtidos em destaque, eu gostaria de destacar aqui cinco pontos, do ponto de vista da minha análise política da gestão de 2014 e estou tão mais à vontade quando não participei nela, mas confesso que já esperava que ela fosse, que as Contas de 2014 refletissem uma situação interessante do ponto de vista da sustentabilidade da Câmara Municipal, mas estava longe de pensar que viesse encontrar uma situação tão saudável e com a responsabilidade que isso me deixa para quem chega e quer manter aquilo que são os indicadores e a saúde desta Instituição do ponto de vista financeiro. -

----- Redução do passivo total, queria dividir a minha intervenção nestes três pontos muito rapidamente, a redução do passivo total, melhoria da margem disponível legal, forte redução da dívida legal consolidada, mínimo histórico do nível de dívida a fornecedores e de prazo de médio pagamento e resultados positivos, contenção de custos. -----

----- Em primeiro lugar a redução do passivo total, se olharmos para os números os números dizem que em 2013 o nosso passivo total era de 1420 milhões de euros e que no final de 2014 era de 1195 milhões de euros, ou seja, uma redução de 224 milhões de euros, 16%. -----

----- Podemos olhar e evidentemente que quando se olha para o passivo, como para outros números é fundamental percebermos a tendência e há aqui uma tendência clara de redução do passivo se olharmos para o horizonte de 2009 e apesar do impacto significativo dos tais eventos extraordinários EPUL e Braga-Parques que nos permitiriam ter um passivo total de 1116 milhões de euros, ainda assim com estes eventos extraordinários temos um passivo de 1196 milhões de euros, portanto, um passivo que sublinha a tendência de redução do passivo total do Município de Lisboa. -

----- Se alargarmos o horizonte com que olhamos para o passivo também é claro que o passivo do Município de Lisboa desde 2013 até 2009 cresceu sistematicamente e cresceu sistematicamente até 2009 porque em 2009 foi o ano do reconhecimento de provisões para processos judiciais que evidentemente só foi feito em 2009 porque digamos que há um período para que esse impacto se exerça nas Contas e se reflita nas Contas e esse passivo veio das gestões antes desta maioria e foi esse passivo que fez este pico no nosso passivo e que de seguida conseguimos de forma consistente fazê-lo descer ao longo dos anos com uma pequena variação aqui em 2013, mas o que interessa aqui sublinhar é que de facto a trajetória é uma trajetória descendente, é uma

trajetória de redução do passivo e isso dá-nos credibilidade perante todos aqueles que se relacionam connosco. -----

----- Melhorar a margem disponível legal, como eu disse houve aqui um impacto na margem disponível legal entre a Lei anterior e a Lei atual, nós não só não esgotámos essa margem como ainda, porque reduzimos dívida conseguimos melhorá-la e, portanto, no final de 2014 nós tínhamos 42,8 milhões de euros, conseguimos melhorá-la e, portanto, no final de 2014 nós tínhamos 42,8 milhões de euros de margem disponível de endividamento. -----

----- Forte redução da dívida legal consolidada, se excluirmos a Braga-Parques a nossa dívida passou em 2013 de 642 milhões de euros para 521 milhões de euros, ou seja, menos 121 milhões de euros, com Braga-Parques evidentemente que é menos acentuada essa redução porque o impacto deste evento extraordinário é significativo. --

----- Outro fator fundamental, que é um fator que aliás foi referido na Comissão de Finanças desta Assembleia com um exemplo que me ficou gravado porque eu não tinha tanta memória assim, acompanhei mas não com a proximidade suficiente para me recordar que esta assembleia vivia algum do impacto do facto de estarmos a pagar em 2006 a 324 dias, nomeadamente com a presença de muitos daqueles que, nomeadamente das PME, de pequenos e médios empresários que vinham aqui reclamar as dívidas que a Câmara Municipal tinha, hoje não vivemos felizmente uma situação idêntica nem parecida nem que tenha nada a ver, pelo contrário, há cada vez mais fornecedores a quererem trabalhar connosco porque sabem que nós agora pagamos a tempo e horas, pagamos num prazo muitíssimo reduzido e esse prazo permite-nos ter relação de confiança que depois nos possibilita escolher os melhores fornecedores, os melhores preços e por essa via reduzir um conjunto de custos que até agora eram mais elevados. -----

----- Mas dizia eu que quer relativamente à dívida a fornecedores quer relativamente ao prazo médio de pagamento os números não deixam dúvidas relativamente a estes quatro dias, estamos a falar de prazo médio de pagamento relativo ao mês de dezembro, refletido a 31 de dezembro de 2014 e por isso também aí a tendência, a média anual foram os tais 26 dias, mas o mês de dezembro tem um impacto muito interessante do ponto de vista daquilo que é a projeção para o exterior do nosso novo momento, da nossa capacidade de pagar no mais curto espaço de tempo, política aliás que eu me vou empenhar pessoalmente, eu não sei se conseguirei mantê-la mas vou-me empenhar em mantê-la a níveis que sejam suficientemente atrativos para aquilo que são os nossos fornecedores continuarem a terem o mesmo respeito, a mesma credibilidade por esta organização. -----

----- Para terminar a contenção de custos, há alguns dados que são muito claros, desde logo os custos totais diminuiram 2,8%, os custos operacionais diminuiram 0,9%, se tirarmos daqui as provisões e as amortizações 16,6 milhões de euros de contenção de custos. -----

----- Os custos com pessoal, evidentemente, decorrente da Reforma Administrativa diminuiram 9,2%, com os custos com fornecimento externo diminuiram 10,3 milhões de euros, 8,6%, por via do controlo da despesa e do esforço de todos aqueles que

trabalham na Câmara Municipal têm feito para que isto aconteça, esforço esse que vai ter que ser incentivado e vamos continuar este caminho para continuar a fazer mais e melhor mas com os melhores custos e com custos o mais reduzidos possível e de forma o mais eficiente possível. -----

----- Dispenso-me de detalhar, obviamente que tudo aquilo que eu disse até agora teve também um impacto evidente nos custos financeiros que foram reduzidos 23,8%, questão que foi muito aliás falada por várias pessoas que se pronunciaram sobre esta matéria e que evidentemente beneficiámos daquilo que é o rating da República, evidentemente que sim, evidentemente que o rating da República beneficiou das novas políticas do BCE, que andámos todos a reclamar durante anos, durante meses e meses e portanto, só assim foi possível também, mas isso não explica tudo Senhores Deputados, isso não explica tudo! É que de facto só participando nas negociações com os bancos, como nós temos participado nos últimos dias, eu tive esse privilégio de chagar e ter esse dossier em cima da mesa, grande parte dele já desenvolvido pelo Senhor Presidente, anterior Vereador das Finanças e muito bem conduzido, porque quando cheguei o que me passou a mensagem foi que têm que dizer aos fornecedores, neste caso aos bancos que nós queremos o melhor spread que eles praticam em Portugal e é essa a política que neste momento nós estamos em condições de conseguir. Porquê? Porque temos de facto este tipo, tivemos todo este trajeto que foi aqui descrito que tem a ver com uma credibilidade junto dos fornecedores, nomeadamente da banca, da qual nos podemos orgulhar e que depois tem reflexos evidentemente nos custos. -----

----- Para terminar, relativamente aos proveitos, evidentemente que houve aqui um conjunto de proveitos que de alguma forma podem alguns deles até estarem comprometidos, nomeadamente o que tem a ver com, eu espero que não sinceramente, com o IMT, mas falaremos sobre isso mais adiante. -----

----- De qualquer forma está aqui espelhado que de facto a receita, os impostos e taxas tiveram um incremento de 18,7%, mas não à conta de algumas das taxas que foram criadas, evidentemente algumas nem estavam criadas na altura, mas é claro aqui esse impacto, o IMT e o IMI tiveram aqui um papel decisivo e eu recordava, eu recordava, para terminar, que de facto há aqui um papel muito importante, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tomaram e todos os Partidos de uma forma bastante consensual tomaram uma decisão que tem a ver com a devolução de 2,5% à cidade do IRS que se traduziu em uma devolução à cidade de 31,6 milhões de euros, portanto o Município de Lisboa contribuiu de forma decisiva para desagrarar, com esta política, para desagrarar aquilo que é o impacto de um conjunto de impostos e daquilo que é a situação do país e de aquilo que foi feito ao longo dos últimos anos do ponto de vista dos impostos sobre os cidadãos deste país. -----

----- Eu não queria terminar sem vos dizer que é um ponto de partida de partida que de facto me traz muita responsabilidade este ponto de partida porque eu diria que haveria uma grande unanimidade sobre ele se ele for analisado exclusivamente à luz das contas do Município, se nós fizermos uma análise destas contas olhando

exclusivamente para a lógica municipal, todos, diria eu, sem exceção nos orgulharíamos, nos devemos orgulhar destas contas e do trajeto que foi seguido.-----

----- Evidentemente que podemos dizer que se podia fazer melhor, com certeza, mas o trajeto que aqui está é um trajeto de muita importância e um trajeto que temos que consolidar e que temos que aprofundar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Vamos passar a palavra aos Senhores Deputados Municipais, eu vou pedir ao senhor Deputado Municipal Hugo Xambre, como Relator do Parecer da 1ª. Comissão que nos faça aqui uma apresentação sucinta do Parecer, uma vez que já é do conhecimento de todos, não é necessário estar a lê-lo na íntegra.”-----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão está inserido como Anexo XI na presente Ata fazendo dela parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Senhora Presidente, de forma rápida, aquilo que a proposta ao fim e ao cabo faz, para além de aprovar o Relatório e as Contas da Câmara Municipal de Lisboa é aprovar também a aplicação do resultado líquido do exercício de cerca de 15 milhões de euros nas Contas da Câmara Municipal de Lisboa e aquilo que o Parecer ao fim e ao cabo faz, depois daquilo que foi a discussão tida em Comissão é apreciar, eu não vou repetir os números que há pouco foram aqui ditos é apreciar aquilo que é o Relatório de Gestão mostrando a fazendo aqui algum tipo de uma explicação sobre os grandes números da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente sobre o ativo líquido Municipal e sobre o passivo total, falando de vários tipos de passivo, do passivo legal, do passivo de terceiros, falando sobre a margem de endividamento disponível legal e também explicando o conjunto de alterações que houve do ponto de vista legal que altera isto, falando sobre a Receita Total e da Despesa Total, mostrando alguns rácios.-----

----- A nível de Recursos Humanos também mostrando aquilo que foi a evolução que a Câmara Municipal teve no último ano na parte também de proveitos operacionais e resultados extraordinários, ao fim e ao cabo mostra o conjunto de resultados, refere ainda também o Parecer do Revisor Oficial de Contas que passou de 9 reservas em 2013 para 4 reservas no relatório de 2014, o que também permitiu fazer a revisão do ativo líquido e depois procede à própria descrição daquilo que foi a audição tida com o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, na altura também o Diretor Municipal de Finanças também teve a oportunidade de também explicar e o conjunto de dúvidas que também foram colocadas, em resumo, a nível da Comissão pelos vários Deputados Municipais e a resposta sumária que teve.-----

----- Há algo muito positivo que eu acho que esse tipo de pareceres quando se referem às Contas tem sempre e que acho que é algo que tem que ser também realçado, é o conjunto de forças políticas que dão sempre aqui o seu contributo, que eu acho que no ponto de vista de Parecer enriquece bastante o Parecer porque não só tem aquilo que é a análise proposta como tem aquilo que é a visão que as várias forças políticas têm

sobre o mesmo e conclui-se que a proposta está em condições de ser discutida e votada em Plenário. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. Agora sim vamos entrar nas intervenções.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS/PP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos convidados. -----

----- O Relatório e Contas de 2014, pelo menos aquele que me chegou, a versão que me chegou em primeiro lugar tinha uma sugestiva capa do imenso valor para a cidade do turismo. -----

----- Esta Câmara, com a ideia fixa das taxas sobre turistas quer diminuir a atratividade desta nossa fantástica Lisboa, nada o justifica e as contas que acabámos agora de ver na versão apresentada pela Câmara assim o confirmam! Lisboa não aguenta tanta taxa, agora temos a notícia de mais taxas sobre os táxis, sobre o acesso às zonas de chegadas e partidas do Aeroporto de Lisboa! -----

----- Sobre isto o Governo já se manifestou contra e da Câmara de Lisboa e do PS ainda nada se ouviu! -----

----- Senhora Presidente, parece haver um sindicato para destruir o turismo de Lisboa! Não nos esqueçamos que o Aeroporto de Lisboa e aqui uma responsabilidade especial de Lisboa, o Aeroporto de Lisboa representa mais de 50% dos passageiros de toda a rede de Aeroportos Nacionais, incluindo mesmo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. -----

----- Um Aeroporto em Lisboa vale mais do que 9 Aeroportos Nacionais e acrescento aos aeroportos, ao aeroporto de Lisboa, que o Porto de Lisboa recebeu, dados julgo que de ontem ou anteontem, meio milhão de turistas que gastaram em média 180 ou 185 euros, o valor duplo do ano anterior, são cerca de 100 milhões que a Câmara e o comércio de Lisboa beneficiam com esta situação. -----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, este Relatório e contas de 2014 são da responsabilidade do atual Executivo a que também está associado o Senhor Doutor António Costa, que pretende ser Primeiro-Ministro de Portugal, Deus queira que tal desejo não se confirme e que os eleitores sigam o exemplo de Deus! -----

----- Na nota de abertura é destacado que o passivo total do Município desceu 224,5 milhões de euros em 2014 e que ainda seria melhor sem os casos Braga-Parques e a liquidação da EPUL, como se tudo isto fosse alheio ao Município gerido pelo Partido Socialista e seus companheiros, sob a batuta de António Costa e agora do Presidente Fernando Medina. -----

----- No entanto nada é referido sobre as reservas ocultas da EPUL o acréscimo de 56 milhões de euros nos impostos e taxas, este aumento de receita foi fortemente

impulsionado por medidas governamentais como por exemplo os Vistos Gold que dinamizaram o mercado imobiliário sobretudo na cidade capital de Lisboa. -----

----- Também no IMI o aumento de receita foi de 7,6 milhões de euros sobretudo devido a fatores como perdão fiscal em finais de 2013, alteração do estatuto de benefícios fiscais, contrapartida de terrenos do Centro Cultural de Belém, tudo medidas governamentais em que a Câmara foi simplesmente alheia.-----

----- Estas medidas governamentais totalizaram uma ajuda do Governo de 67 milhões de euros, para não voltar a falar nos terrenos do Aeroporto, que é matéria há muito discutida na Câmara e nesta Assembleia. -----

----- Também não referem um pequeno detalhe, a dívida a terceiros de médio prazo diretamente associada à economia da cidade de Lisboa, à economia local do Concelho de Lisboa aumentou 100 milhões de euros, ou seja, mais 17%. -----

----- Também não vale a pena continuar com os quatro dias de prazo médio de pagamentos pois é propaganda ou má gestão, os vinte e seis dias é bom e esperamos que se continuem a verificar conforme compromisso do Senhor Presidente.-----

----- É também necessário afirmar que até 2013 as Contas eram apresentadas segundo a ótica orçamental, agora com o novo Presidente segue um novo método, um método patrimonial que lhe é muito mais favorável. -----

----- Esta alteração não permite as comparações de quadros apresentados por falta de consistência contabilística, aliás, os quadros que aqui nos foram revelados pelo Senhor Vereador das Finanças não têm em conta esta falta de consistência com a modificação do modo de contabilização, esta diferença de critérios estabelece uma diferença de 300 milhões de euros na despesa, não se podem comparar alhos com bugalhos e não é uma alusão na nota introdutória que elimina esta circunstância, esta mudança de critério não é de todo uma escolha inocente!-----

----- De facto constatamos que a Câmara diminui a capacidade financeira, o que será revelado nos próximos Orçamentos e denúncia ou contrário do que faz crer uma gestão pouco prudente, repito, uma gestão pouco prudente dos compromissos futuros que são exatamente os compromissos futuros que há que evitar, foram eles que nos levaram à situação humilhante de protetorado com um cogoverno e um problema excecional, isto obviamente depois de um Governo Socialista que desprezou exatamente os compromissos de anos futuros. -----

----- Na sua escala o exemplo está dado em Lisboa com taxas e taxinhas, alheios à realidade, sem capacidade para compreender e muito menos modificar a economia da cidade quanto mais a do país!-----

----- A Câmara de Lisboa está a aprender com o Governo a necessidade de garantir equilíbrios financeiros sustentados, só que faz essa aprendizagem sem qualquer convicção! Lamento que o Partido Socialista que sustenta esta maioria não o reconheça e procure afirmar políticas que põem em causa o deficit, a dívida, os compromissos internacionais e sobretudo o caminho trilhado até aqui com o imenso sacrifício de todos os portugueses! Lisboa e os lisboetas não estão melhores como pretende esta arma de arremesso em que a Câmara transformou os documentos de prestação de contas de 2014. Disse, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PPD/PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Segunda Secretária, Senhor Primeiro Secretário, Senhora Segunda Secretária, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Deputados Municipais.-----

----- No que respeita á proposta 269/2015, para o Relatório de Gestão de 2014, demonstração de resultados e sua aplicação há desde logo que dizer que a organização que a Câmara Municipal deu no último ano aos seus resultados e ao orçamento, pela definição de eixos e objetivos escolhidos eles próprios de uma forma totalmente arbitrária cuide uma análise comparativa aprofundada com os exercícios anteriores e evidentemente a avaliação devida do desempenho camarário, resulta esta avaliação que se terá que reportar ao início do ciclo de gestão camarária marcado pelas eleições intercalares de 2007 e que culmina com a presente proposta.-----

----- Este desempenho foi acompanhado de facto por uma autopromoção sistemática, como aliás há pouco se constatou na apresentação inicial tão criativa que veio aqui aos Senhores Deputados Municipais e que aliás diga-se de passagem que não é absolutamente igual àquela que foi apresentada em sede de Comissão e inerentemente a essa mesma autopromoção sistemática, o culto reverente do autor político principal, que é a apresentação da proposta feita pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo novo Vereador de Finanças e o Diretor Municipal demonstra que ainda subsistem.-----

----- E o mais extraordinário é a alegação de que a Câmara paga aos seus fornecedores, eu vou repetir um facto que já aqui foi referido, mas é necessário fazê-lo, que são os seus credores a um prazo de quatro dias e tal desde dezembro do ano transato, não nos sendo porém informado se tal recordista desempenho continua a ocorrer no ano em curso.-----

----- Essa alegação significaria, vejam bem Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, que ao receber a competente fatura a Câmara aparentemente sem grandes preocupações de conferência faz transitar uma ordem de pagamento para a tesouraria num absoluto sprint burocrático e impressionante retirando-se o credor muito satisfeito, já abonado aos quatro dias do que lhe era devido e dando graças aos céus pelos fados que lhe trouxeram tão eficiente autarquia! Haja pudor, haja uma certa compostura e olhemos para assuntos tão importantes de uma forma mais reservada e mais ponderada!-----

----- Pensemos por exemplo no que nos dizem os Revisores Oficiais de Contas em 2012 “Quanto à alteração da classificação da dívida a fornecedores de conta corrente e fornecedores de imobilizado para outros credores, mudando-lhe o nome mas não alterando a dívida, que não deveria portanto ter sido reclassificada e pelo contrário recomendando a transferência para a conta de origem”, Manobras, manobras, manobras!-----

----- Mais ainda sublinham os ROC que essa manobra diminui o prazo médio de pagamento apurado pela anterior Direção Geral das Autarquias Locais sem que efetivamente tenha existido qualquer pagamento! Manobras, manobras!-----

----- O próprio Tribunal de Contas já tinha anteriormente verberado esses mecanismos como indiciadores da prática de atos passíveis de responsabilidade sancionatória, mas enfim, vamos ao fulcro da questão que tem a ver com o desempenho real da Câmara no período em análise. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara costuma dizer que o assunto do Memorando de Entendimento subscrito entre o Governo e o Município de Lisboa e referente a terrenos no Aeroporto de Lisboa em que a Câmara deteria direito de propriedade é um assunto mal resolvido por nós, entendendo por “nós o Partido Social Democrata, mas quero descansar o Senhor Presidente, temos o assunto perfeitamente resolvido, os 270 milhões de euros foram obrigatoriamente reservados a pagamentos aos credores da Câmara, reduzindo assim drasticamente a sua dívida e o serviço dessa parte da dívida, porque a dívida tem o serviço da dívida, esse serviço a que a Câmara deixou de estar obrigada por tal via, foi alocada a redução do IMI para os mínimos legais, fazendo assim muito justamente beneficiar os moradores de Lisboa dessa relevante transferência e, portanto, essa redução é uma redução eterna e incorrente de dourar esse mesmo sistema.-----

----- Agora o que não se pode é escamotear este facto fazendo tábua rasa da ocorrência e deixar de considerar esse evento como causa direta e absoluta da redução da dívida camarária entre 2007 e 2014, são os números que o demonstram, não vale a pena dizer o contrário! -----

----- Entre 2007 e 2014 o balanço do passivo é claro ao definir o montante de redução de dívidas a terceiros a médio e a longo prazo, de 100.3 milhões de euros e dívidas a terceiros a curto prazo de 141.7 milhões de euros, num total de dívidas a terceiros de 242 milhões de euros, atenção, estou a falar de diferenças de 2007 para 2014. -----

----- Devemos portanto extrair a insofismável conclusão que a não ter ocorrido o evento do Memorando de Entendimento a gestão camarária neste período teria provocado um sério agravamento das dívidas a terceiros de quase 30 milhões de euros, um desempenho sofrível, Senhora Presidente, para dizer o mínimo. -----

----- Não se alegue agora como já foi feito com os eventos de dissolução da EPUL e do acordo quanto ao Parque Mayer e Feira Popular, foram ocorrências causadas e promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa da forma que o entendeu, da forma que quis e na forma e no momento que quis fazê-lo, não são causas, não podem ser olhadas como causas, são as consequências da sua gestão. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Magalhães Pereira Carla Madeira (PEV)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais. -----

----- O Executivo Municipal apresenta-nos, através da proposta nº 269/2015, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2014, sendo que o orçamento inicial aprovado foi de 728,1 milhões de euros tendo, com as alterações e revisão orçamentais, atingido o valor de 818,9 milhões de euros. A nível de execução registam-se 651,1 milhões de euros do lado da receita e de 640 milhões de despesa. ----

----- Analisando os documentos que nos foram distribuídos, há um conjunto de aspetos que suscitam algumas considerações e reservas que passamos a elencar: -----

----- A receita fiscal em Lisboa teve um aumento de 29%, o que quer dizer que subiu 70,7 milhões em relação ao ano anterior. Deste valor, houve uma subida de quase 53 milhões no IMT. Também houve um aumento – de quase 7 milhões - das receitas que provêm da atividade, o que nos remete para um aumento da carga fiscal sobre os municípios.-----

----- É certo que em 2014 saíram mais de 1100 trabalhadores para as freguesias, mas os custos com pessoal desceram mais de 11 milhões de 2013 para 2014 e a aquisição de serviços teve um aumento de 36%, cerca de 35 milhões de euros, o que nos mostra a aposta na externalização e uma clara diminuição da capacidade da Câmara de fazer face às suas obrigações.-----

----- Estamos perante uma sucessiva redução do número de trabalhadores (falamos de mais de 20% em apenas quatro anos). Quer isto dizer que no final de 2010 havia mais de 10.100 trabalhadores e agora há cerca de 7700. Estes números são bem demonstrativos da política de recursos humanos que tem sido desenvolvida e para a qual temos alertado ao longo dos últimos anos. Não contando com os trabalhadores que transitaram para as freguesias, temos uma redução de mais de 1200 trabalhadores.

----- O Executivo pode voltar a falar na admissão de novos trabalhadores, mas isso não vai abrandar esta constante redução, que afeta a qualidade do serviço prestado, principalmente em áreas como a higiene e limpeza e a manutenção de jardins e espaços públicos.-----

----- Podemos ver a política seguida pelo PS olhando com alguma atenção para as taxas de execução, havendo um conjunto de áreas, extremamente importantes, cuja execução se situou abaixo dos 50% e até dos 40%, como por exemplo o eixo do Direito à Habitação (36,3%), Cidade Reabilitada e Reabilitada (38,5%), Cidade Ecológica (24,7%), Cidade Acessível para Todos (38,8%), Espaço Público Amigável (41,5%), e podíamos continuar a dar mais alguns exemplos. -----

----- Sabemos que um dos anseios do Executivo era mostrar que as contas estavam bem e que isso se devia a uma gestão rigorosa. No entanto, foram algumas medidas negociadas com o Governo, e prejudiciais para a cidade, que permitiram um encaixe financeiro que veio equilibrar as contas do município, e nem foi tanto como querem fazer crer.-----

----- Sobre as receitas obtidas em hastas públicas de alienação de ativos imobiliários, como é óbvio não nos podemos rever nem concordar com esta política como, por exemplo, com a venda do quartel do Colombo, que terá impactos negativos na cidade.

----- O Grupo Municipal do PEV gostaria ainda de questionar o executivo sobre o programa de creches B-a-bá.-----

----- Apesar de, no relatório de gestão, as creches apresentarem uma taxa de execução de 99,4%, a verdade é que das onze creches que o programa previa, três ainda estão por abrir, apesar de as obras estarem concluídas há vários meses, e as que abriram encontram-se em dificuldades para pagar subsídios de férias aos funcionários. -----

----- As três creches que se encontram por abrir localizam-se nas freguesias de Santa Clara, Benfica e Ajuda, sendo que os equipamentos em causa têm capacidade para mais de 200 crianças.-----

----- Segundo informações avançadas pela autarquia, estariam a aguardar licença por parte da Segurança Social, no entanto, a entidade que vai gerir a creche da freguesia de Santa Clara, afirma que se encontra "a aguardar respostas relativamente à comparticipação financeira, fundamental para garantir o funcionamento e a sustentabilidade deste equipamento social".-----

----- “Os Verdes” pretendem saber porque razão as três creches ainda não estão a funcionar, qual o nível de comparticipação da autarquia para as referidas creches em funcionamento que se encontram em dificuldades, e para as que ainda não estão a funcionar.-----

----- Sobre a Certificação Legal de Contas e apesar de estarem regularizadas algumas das reservas dos Revisores, mantêm-se algumas das reservas:-----

----- Refere-se a falta de respostas aos pedidos de confirmação externas de saldos de conta a receber e a pagar, referindo que há valores confirmados por terceiros que não são concordantes com as contas do Município.-----

----- Os Revisores Oficiais de Contas referem também que não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras de 2014 e a Certificação Legal da Associação Parque da Junqueira.-----

----- Há também dúvidas sobre obras e empreitadas que se encontram em análise para posterior débito a terceiros ou eventual regularização.-----

----- E está ainda dependente de decisão judicial a questão do Parque Mayer e dos terrenos da Feira Popular, uma vez que a Sociedade Parque Mayer entrou como nova ação, requerendo uma indemnização ao município.-----

----- Dizer ainda que torna-se difícil fazer uma análise comparada, porque os eixos e objetivos de 2014, apresentados nestes documentos, são diferentes dos do ano anterior. Era bom percebermos a razão para isto ser apresentado com estas alterações.-----

----- Por fim, estes documentos demonstram a atividade da Câmara no ano de 2014 o que nos levanta naturalmente algumas reservas e objeções pois não nos revemos neste projeto nem consideramos que seja este o projeto que a cidade precisa.-----

----- Mais do que números e contas, estes documentos refletem políticas e prioridades que, para “Os Verdes” estão completamente desajustadas do que a cidade precisa e reclama.-----

----- Estes documentos refletem naturalmente a opção política deste executivo e queríamos terminar referindo um estudo divulgado pela OCDE, que nos permite concluir que muito do que devia ter sido feito, não foi feito e que por muita propaganda e estratagemas que a Câmara invente, a realidade é que Lisboa continua uma cidade envelhecida e sem dar resposta a um conjunto de problemas.-----

----- Este estudo indica que em 2014, 24% da população que habita na cidade, tem mais de 65 anos. Até agora, o Executivo não tem conseguido tornar Lisboa na cidade que prometeu. Por exemplo, não basta reabilitar se depois os jovens não se conseguem fixar na cidade.-----

----- Os documentos que integram a proposta que agora discutimos, dizem-nos precisamente que as opções do Executivo não resolveram os problemas da Câmara, da cidade e das pessoas. E os mais grave nem é isto estar refletido nestes documentos, mas sim ser sentido pelas pessoas no dia-a-dia.-----

----- É caso então para perguntar: o que está a falhar? Será que a CML deixou de ter como seu objetivo fazer de Lisboa uma cidade mais atrativa? Ou simplesmente não o está a conseguir, porque isso nunca passou de mera promessa eleitoral?-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Eu começaria esta minha intervenção por manifestar alguma estranheza com a apresentação que o Senhor Vereador João Saraiva aqui fez, que do meu ponto de vista foi excessivamente técnico e pouco política, aliás eu já tinha tido ocasião de assistir, e bem, na Comissão de Finanças, quando foram apresentadas as Contas, realmente esperávamos agora um bocadinho mais de uma perspetiva política que falhou infelizmente.-----

----- Da apreciação do Relatório da Gestão e Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa vou colocar algumas notas políticas sobre estes documentos a partir dos indicadores que o Executivo apresentou e que em nosso entender mostram aspetos bastante negativos particularmente no que se refere às taxas de execução.-----

----- Tendo em conta que o orçamento inicial aprovado foi de 728,1 milhões de euros, tendo com as alterações e revisão orçamentais atingido o valor final de 818,9 milhões de euros, incluindo os 27,9 mil milhões de saldo de gerência, a execução foi de 651,1 milhões de euros do lado da receita e de 640 milhões do lado da despesa.-----

----- A receita fiscal subiu 70,7 milhões de euros face a 2013 com realce para a subida de 52,7 milhões do IMT, o que representa mais de 75%.-----

----- As receitas provenientes da atividade também subiram de 93,4 milhões para 110 milhões de euros, o que pressupõe um aumento na carga que incidiu sobre os municípios.-----

----- A análise da decomposição de despesa também nos mostra o sentido da política da Câmara Municipal, designadamente a aposta na externalização, uma vez que os custos com pessoal desceram de 227,9 milhões de euros em 2013 para 216,5 em 2014, enquanto que os custos com a aquisição de serviços aumentou mais 36%.-----

----- Como seria de esperar as transferências para as freguesias subiram muito significativamente enquanto as transferências para as instituições sem fins lucrativos continuaram a tendência de descida que se regista desde há vários anos, passando de 14,6 milhões em 2013 para 13,4 milhões em 2014.-----

----- De qualquer modo eu gostaria de acentuar ainda a propósito da Reforma Administrativa, que as juntas de freguesia já estão a sentir o peso de todas estas matérias e aponta-se por exemplo como uma das maiores fragilidades, têm sido referidas aliás nas análises dos Relatórios de Monitorização como uma das maiores fragilidades o facto de só haver um eleito a tempo inteiro, ou seja, o Presidente da

Junta, com responsabilidades a tempo inteiro em cada freguesia e é evidente que este quadro tem que ser alterado, mas não vemos nenhum passo da Câmara nem do Governo para resolver este problema que vai ter efeitos extremamente nocivos na cidade de Lisboa.-----

----- A orientação seguida por esta maioria relativamente aos recursos humanos da Câmara é demonstrativa do tipo de política desenvolvida, com efeito verifica-se uma contínua redução do número de trabalhadores, 24% em apenas quatro anos, passando para os números atuais de 7722.-----

----- Em 2014 registou-se a transição de 1121 trabalhadores para as freguesias, pelo que mesmo sem estas saídas descem em 1263 o número de trabalhadores. O Relatório fala numa série de concursos para a admissão de novos trabalhadores, mas isso nem sequer atenua esta constante redução que naturalmente afeta a qualidade do serviço prestado abrangendo no essencial áreas que têm que ver com a manutenção e intervenção nos espaços públicos. Obviamente que aqui não nos esquecemos e já temos referido várias vezes que também se encontram a impossibilidade, que é do Governo, de abrir concursos públicos.-----

----- O Plano Anual de Atividades teve uma taxa de execução de 61,2%, correspondente a um volume de pagamentos de 254,6 milhões de euros, já aqui foram referidas numa intervenção anterior a análise às taxas de execução dos diferentes itens que permitem aferir que as prioridades da política seguida por esta Câmara e essa fique patente na análise dos níveis de execução de cada área, verificando-se níveis de execução abaixo dos 50%, designadamente em várias áreas, como já foi aqui referido, como Cidade de Bairros, Cidade Segura, Direito à Habitação, etc..-----

----- Fica também patente que nos âmbitos mais relevantes para a cidade, os valores alcançados são quase indigentes limitando o serviço público em quantidade e qualidade, por exemplo na ação social, que se tornou numa das principais prioridades da cidade, fruto também com o aumento da pobreza e a rutura e desequilíbrios internos das famílias, fruto da política de direita do atual Governo PSD/CDS também se ficou aquém do exigível.-----

----- Se tivesse sido valorizada a prestação do serviço público por certo outras receitas e outros financiamentos tinham sido obtidos, foi na intervenção pública onde se verificaram as quebras mais acentuadas e os efeitos foram mais visíveis, como sendo a higiene e limpeza já referidos.-----

----- A procura do equilíbrio financeiro a todo o custo, como objetivo em si mesmo, põe em causa os interesses dos munícipes e quando estes são desprezados passa para segundo plano, pensamos nós, o equilíbrio das Contas, saliente-se que as Contas são um instrumento, um meio para atingir um fim que são os Planos de Atividades e as políticas que a Câmara se propõe a realizar.-----

----- Para concluir, relativamente à certificação legal de contas, embora o parecer dos Revisores Oficiais de Contas seja positivo não deixam de ser apresentadas algumas reservas e aqui também não entendemos muito bem, obviamente que há uma redução do número de reservas, são apenas quatro as reservas que os ROC apresentam, mas eu

penso que estas quatro reservas são importantes para nos podermos debruçar inteiramente e com alguma atenção sobre elas. -----

----- Por exemplo não é importante que não foram recebidas respostas aos pedidos de saldos de contas a receber no total de 45,4 milhões de euros, não é importante pensarmos e fazermos uma reflexão sobre porque é que não foram disponibilizadas as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 e a correspondente certificação legal? Portanto, são aspetos verdadeiramente importantes que embora sejam só quatro reservas devem merecer realmente a nossa atenção. -----

----- Por estas razões o PCP obviamente irá votar contra a proposta 269/CM/2015. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** fez a seguinte intervenção: --

----- “Obrigada Senhora Presidente. Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Senhor Presidente. -----

----- Em análise está hoje a proposta 269/2015 que aprova submeter à Assembleia o Relatório de Gestão e de Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa 2014.----

----- A execução anual do total da receita do Município de Lisboa em 2014 ficou-se pelos 79,51% da receita orçamentada para o mesmo período, o que se deve sobretudo a uma execução de apenas 49,25% das receitas de capital. -----

----- Se o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda se regozija na medida em que esta baixa execução se possa dever a uma menor arrecadação de receita proveniente da alienação de imóveis, política que temos contestado, não deixamos de exprimir a nossa preocupação pela política pouco rigorosa de orçamentação levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, aliás, é de sublinhar que esta taxa de execução anual da receita local determina a continuar a tendência em 2015 ao mecanismo de alerta precoce previsto no Artigo 56 n.º 3 da Lei 73/2013.-----

----- Houve um conjunto de operações que tiveram um enorme impacto no registo das Contas da Câmara Municipal de Lisboa, entre as quais a devolução ou a reversão dos terrenos da Feira Popular, resultado do acordo com a Bragaparques e da integração de EPUL na sequência da sua dissolução, como já foi referido.-----

----- A taxa anual de execução do Plano Plurianual de Investimento em 2014 ficou aquém do orçamentado, quedando-se pela taxa anual de 41,3%, tendo notoriamente baixa quanto à média as seguintes taxas de execução parciais: em primeiro lugar a Cidade Reabilitada e Reabitada, eixo D1, taxa anual de execução de 30,2; Cidade Ecológica, uma taxa de 24,7; Cultura e Criatividade a taxa anual de 35,4%.-----

----- Estas são áreas sensíveis às quais o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda é muito sensível e atento lamentando a sua execução em níveis ainda inferiores há já baixa taxa de execução anual registada em 2014 ao nível do Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Por outro lado houve um crescimento de receitas de 55 milhões, fruto de aumento de impostos e também de rendimentos provenientes de alienações de património e da regularização de Empresas Municipais, este aumento de receitas proveniente da política de alienação que tem sido seguida também merece uma reflexão sobre as

escolhas que se fazem, as políticas que se fazem para a cidade e as suas sequências e também sobre o aumento da carga fiscal. -----

----- Assinala-se que o Município de Lisboa suportou em 2014 de juros um total de aproximadamente 7 mil milhões de euros, dos quais cerca de 3 milhões de euros relativos a juros de empréstimos bancários e cerca de 4 milhões relativos a outros juros, citando. Importa saber que juros são estes contabilizados na rubrica “outros juros”, a que montantes de capital em dívida respeitam e qual a taxa de juro aplicável. -

----- A renegociação dos montantes em dívida, bem como as taxas de juro poderá ser importante para o Município. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda salienta ainda as reservas expressas pelo Auditor Externo cuja superação poderia dar uma mais segura da situação financeira do Município. -----

----- A verificação do cumprimento das regras de equilíbrio orçamental previstas no Artigo 40 da Lei 73/2013 que estipula a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações das médias de empréstimo a médio e a longo prazo, considerando-se nos termos do mesmo Artigo como amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos e, portanto, importaria assim que os valores das amortizações médias que foram aqui referidas estivessem indicadas para melhor controlo da legalidade da execução orçamental, o que não se verifica, tornando-se assim difícil avaliar em tempo útil da legalidade da execução orçamental de 2014, ou seja, apesar de ser dito que existe este cumprimento não é explicitado como é que ele é efetivado. -----

----- É ainda lamentável que a caracterização da entidade, página 124 das Demonstrações Financeiras, faça referencia a legislação revogada sendo outro o quadro legislativo aplicável, mais parecendo uma operação de *copy past* do que documentos de anos anteriores. -----

----- Por fim o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda gostaria de fazer uma ressalva para um assunto de extrema importância já tantas outras vezes referida por nós. Se é verdade que os gastos com aquisição de serviços subiram ao mesmo tempo denota-se um aumento da precaridade laboral, fruto também da transferência de pessoal para as freguesias, já muitas respostas e comentários foram feitos relativos a este assunto por parte do Executivo mas continuaremos a referi-la até que deixem de existir situações de precaridade e por consequência também não haja o facto do serviço público estar a ser prejudicado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Reunimos hoje nesta Assembleia para debater a proposta n.º 269/2015 que visa aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes a 2014 nos termos dos pontos 2 e 3 da parte deliberativa da proposta e sobre a qual o Partido da Terra pretende fazer algumas considerações. -----

----- Da análise do documento, que mereceu a nossa melhor atenção, começaríamos por destacar positivamente a redução do passivo total do Município em 224,5 milhões de euros. -----

----- De referir que seguindo declarações do Senhor Presidente esta diminuição deveu-se à forte contenção de custos com a rubrica de pessoal, menos 20,6 milhões de euros e com os fornecimentos externos diminuíram 10,3 milhões, que ainda poderia ter sido mais significativa se o Município não tivesse absorvido a EPUL e pago 101 milhões à Bragaparkes pelos terrenos da Feira Popular. -----

----- Senhor Presidente, os encargos decorrentes da extinção da EPUL e do processo da Bragaparkes não podem estar constantemente a servir de desculpa para justificar um aumento da dívida, até porque o Executivo foi alertado para esse facto. -----

----- De salientar que a alienação de ativos não estratégicos, o negócio com os terrenos do Aeroporto e do centro Cultural de Belém permitiram à autarquia um bom encaixe financeiro para reduzir a sua dívida global, pelo que o discurso da EPUL e da Bragaparkes começa a ficar gasto. Porém apraz-nos saber que o Executivo que mandou liquidar a EPUL assume o erro desta mesma extinção. -----

----- Os fatores que mais contribuíram para a redução da dívida foram evidentemente a contenção nos custos, menos 2,8% que espelham a externalização dos serviços e a subida na receita, no que concerne aos proveitos operacionais 1,2%, em particular o IMT, o IMI e a Derrama. Só o IMT por si permitiu à Câmara arrecadar 51 milhões de euros do total de 55,9 milhões obtidos em impostos e taxas, O IMI ajudou a este aumento com um acréscimo de 7.6 milhões, um pouco mais do que os 4,4 milhões recebidos pela autarquia com o imposto sobre as empresas. -----

----- O aumento de receita associado ao IMT não pode ser dissociado da dinâmica criada pela política de Vistos Dourados assumida pelo atual Governo e da consolidação da cidade de Lisboa como um destino turístico, a conjugação destes dois fatores levou muitos investidores a escolherem a capital para compra de habitação própria ou para investimento na área do turismo, em especial na área hoteleira, porém e por factos desconhecidos existe uma desaceleração do investimento ligado a este fenómeno onde o mercado imobiliário está longe do seu apogeu e o IMT tem os dias contados até ao final de 2018, em sua substituição prevê-se a introdução de um selo fiscal que irá reduzir a carga fiscal dos municípios em metade, estimando-se uma perda de receita em 230 milhões de euros. -----

----- Este imposto representa cerca de 20% da receita anual do Município pelo que para além da taxa de desembarque aeroportuária que resultou no cheque da ANA e de outras taxas já aprovadas gostaríamos de saber que diligências está o Executivo a preparar para fazer face a esta previsível quebra de receita, visto que daqui a sete meses se inicia este processo. -----

----- O Partido da Terra apenas tem pena que para além do IMT também não se extinga o IMI, imposto que consideramos verdadeiramente injusto pois os portugueses e em particular os lisboetas estão altamente sobrecarregados com impostos. -----

----- Todavia nem tudo é negativo já que o Município optou por continuar com a diminuição da taxa de participação variável no IRS de 5 para 2,5%. -----

----- Senhor Presidente, o Partido da Terra está bastante apreensivo em relação à contenção de custos e particularmente no que diz respeito ao pessoal, menos 20,6 milhões pelos seguintes motivos. No final de 2014 o efetivo municipal, ou seja, o número de trabalhadores ao serviço, excluindo os contratos de prestação de serviços, era constituído por 7 mil 722 trabalhadores, número que representa um decréscimo de 14,8% face ao ano de 2013, esta quebra é bastante acentuada e é sobretudo justificada pela transição de 1121 trabalhadores para as juntas de freguesia no âmbito da Reforma Administrativa.-----

----- A faixa etária média para o efetivo municipal situa-se entre os 50 e os 54 anos de idade, na sua maioria do sexo masculino que tem uma menor esperança de vida quando comparados com o sexo feminino. A antiguidade dos trabalhadores da Câmara é superior a 20 anos, distribuindo-se maioritariamente nas categorias de Assistentes Operacionais e Técnicos Superiores.-----

----- Com o congelamento dos concursos para admissão de funcionários para a Função Pública e o aproximar da idade da reforma a Câmara vai perdendo trabalhadores em categorias fulcrais para o bom desenvolvimento da autarquia e consecutivamente da cidade.-----

----- Paralelamente a esta erosão do efetivo de trabalhadores municipais assistimos a um aumento da contratação de recibos verdes, a um aumento na ordem dos 30%, fruto de uma reorganização administrativa mal acautelada, sabia-se de antemão das dificuldades de admissão de novos funcionários públicos, da inexistência de recursos humanos suficiente nas freguesias para precaver as novas competências e da impossibilidade da Câmara obrigar os seus trabalhadores a essa mudança, esperamos que o Executivo cumpra a posição manifestada na última reunião de forma a regularizar essas situações com a maior brevidade possível.-----

----- Relativamente à redução da dívida a fornecedores o Senhor Presidente afirmou que se atingiu um mínimo histórico e que está, e cito: “que se quedou em 5,9 milhões de euros o que representa uma dívida técnica de 0 e isso reflete uma situação de pronto pagamento a quatro dias”, fim de citação. Contudo a perspetiva do Partido da Terra essa dívida é apenas a curto prazo dado que a dívida a terceiros de médio e longo prazo na rubrica ou nos credores, ou melhor, dívida às empresas aumentou cerca de 100 milhões de euros.-----

----- Caros colegas, apesar de ter havido um acréscimo nas receitas comparativamente aos anos transatos continuam a verificar-se taxas do Plano de Atividades relativamente baixas, inferiores a 50%.-----

----- O eixo A1 de Cidade de Bairros teve uma taxa de execução de 31,1% com a anunciada pretensão de candidatar os bairros municipais da cidade às paisagens urbanas históricas da UNESCO, não se compreende como é que a recuperação dos quarteirões destes bairros e do próprio comércio local não atinjam uma taxa de 50%, se bem que sabemos que a candidatura é só em 2018.-----

----- Também o eixo A3 - Cidade Segura, um dos eixos mais importantes para a estabilidade e segurança dos residentes e de quem visita a cidade obteve uma taxa de

execução de 40,6%, tendo a rubrica Reequipar e Modernizar a Proteção Civil, RSB, ficado pelos 27,5%.-----

----- Esperamos que o senhor Presidente cumpra com a palavra de apresentar com brevidade uma programação sólida sobre a reorganização dos dispositivo de socorro da cidade, pois o que temos visto até agora é pouco ou nada.-----

----- No eixo B – Lisboa Empreendedora a taxa de execução é de 46,8%, onde o programa Cultura Empreendedora atingiu os 97,7%, pelo que reconhecemos o mérito de Lisboa de ter sido distinguida como Cidade Europeia Empreendedora, nos últimos anos a cidade de Lisboa não conseguiu ficar aparte do forte impacto da crise económica, traduzido em fenómenos mais intensos de pobreza, desemprego, desequilíbrios financeiros arriscados e excessivos endividamentos.-----

----- Nesse sentido e sendo o Partido da Terra um Partido de índole humanista, consideramos inquietante e deveras preocupante a taxa de execução de 36,3% na rubrica C1 – Direito à Habitação, do eixo C- Lisboa Inclusiva e a taxa de 38,5% do eixo D – Lisboa Sustentável, rubrica Cidade Reabilitada e Reabitada.-----

----- Quando ainda se está a viver num clima de precaridade e pobreza, na primeira rubrica a promoção do Arrendamento Acessível assenta em valores de 23,2%, com taxas de execução desta natureza não me admira que no período do dia dedicado ao público nas Sessões desta Assembleia sejam na sua maioria relacionados com questões de arrendamento e habitação.-----

----- Aludindo ao facto de a rubrica de habitação ter sido considerada pelo atual Presidente na sua tomada de posse um eixo prioritário, aconselhamos o mesmo a cumprir com a sua palavra deverá apostar em investir mais neste setor.-----

----- O curioso é que dos cinco eixos que compõem as Grandes Opções do Plano 2015/2018 apenas um único eixo, eixo E – Lisboa Global, apresenta nas suas rubricas taxas de execução superiores a 80%, excecionando a Cidade da Cultura e da Criatividade com 56,5%, mas se a execução do Plano de Atividades é fraca o Plano Plurianual de Investimentos não é melhor, de um total de uma dotação de 166 milhões de euros o Executivo apenas executou 41%, o que equivale a 68 milhões.-----

----- Ao nível dos Objetivos destacamos mais uma vez a fraca execução do Orçamento Participativo, em dezembro de 2014 o Partido da Terra apresentou uma Recomendação aprovada por maioria recomendando ao Executivo que publicasse na Plataforma do Orçamento Participativo uma monitorização de execução dos projetos aprovados, melhorando assim a transparência e aperfeiçoando o processo. Compreende-se que não publique pois a execução tem sido, apenas tem contribuído para a descredibilização deste instrumento.-----

----- Em relação às quatro Empresas Municipais averigua-se que a EMEL e a EGEAC são as que mais contribuem para o aumento da receita do Município obtendo um resultado líquido de 953 e 634 milhões de euros respetivamente, todavia importa ressaltar que as Empresas Municipais foram criadas com o intuito de prestar um serviço público à população pelo que o seu objetivo não se deve central apenas na obtenção de resultados sustentáveis descurando o seu propósito inicial.-----

----- A GEBALIS e a SRU apresentam um valor líquido de 392 e 1 milhão de euros, valor substancialmente mais baixo que as outras duas empresas, no entanto importa salientar que devido à conjuntura económica que teve repercussões nos agregados familiares é natural que a GEBALIS tenha uma redução de 3 milhões de euros de vido ao incumprimento do pagamento de rendas com maior incidência em bairros sociais. ---

----- Por fim não podemos terminar esta intervenção sem fazer referência ao Revisor Oficial de Contas que entende que se deve salientar a regularização efetuada no exercício de 2014 referente a ativos imobilizados e não identificados no montante de 748,6 milhões de euros, que se mantinham registados nas Contas desde o ano de 2000, em termos gerais apenas revela quatro reservas, entendendo que excetuando-as os documentos em apreciação não estão em conformidade com os princípios contabilísticos constante do POCAL. Em suma embora o resultado líquido de 15 milhões de euros seja numa primeira leitura positivo a verdade é que só é conseguido à custa dos resultados extraordinários, onde se incluem os polémicos ganhos em mobilizações no valor de 35,3 milhões de euros com especial destaque para a alienação do Quartel do Colombo à Espírito Santo Saúde. -----

----- Infelizmente a alienação do património municipal tem sido uma constante neste Executivo que nos faz questionar o que irá este Executivo fazer quando mais nada existir para alienar. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados Municipais. -----

----- A primeira nota que o Grupo Municipal do Partido Socialista quer deixar é o reconhecimento ao Senhor Vereador que tem o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva, ao Senhor Diretor Municipal de Finanças, às suas equipas técnicas que sempre se mostraram disponíveis para todas as informações necessárias, o envio dos vários documentos e a forma como apresentaram as Contas não só a nível de Comissão como também a nível de Plenário, com bastante informação no Relatório de Gestão que analisa a performance financeira da Câmara Municipal de Lisboa não só do ponto de vista global mas também numa ótica patrimonial como também de uma ótica orçamental, muitas páginas, é verdade que o Relatório de gestão é extenso, mas aquilo que é um facto é que está lá tudo e está feita uma análise pelas várias óticas, não se pode dizer que apenas se faz por uma ótica porque de facto o Relatório de Gestão está muito completo e tem todo o tipo de informação. -----

----- Não vou repetir os números que há pouco já foram aqui apresentados, os números são muito claros e mostram de uma forma evidente que o Município de Lisboa tem contas equilibradas, que o ano de 2014 foi um ano em que se efetuou bastantes pagamentos extraordinários de dívidas com vários anos, que foi um ano em que a Câmara Municipal de Lisboa registou na sus contabilidade operações como a da Bragaparkes e parte da integração de EPUL, operações que aumentaram o passivo e mesmo assim consegue baixar o seu passivo total em menos 225 milhões de euros, consegue zerar um saldo primário disponível de 122 milhões de euros, que é utilizado mais uma vez para redução de dívida, ou seja, uma redução de dívida de 11,2 milhões

de euros, conseguindo também baixar a dívida a fornecedores e já vou ter oportunidade de falar desse ponto em particular e consegue continuar a investir na cidade de Lisboa com mais 18,2 milhões de euros e no PIPARU, com obras por toda a cidade de Lisboa, com a continuação da aposta no Programa escola Nova, investimentos realizados de 8,1 milhões de euros com a reabilitação em património disperso de mais 3,6 milhões de euros, com a reabilitação de equipamentos culturais no valor de 2,7 milhões de euros, com obras importantes e também significativas para a cidade de Lisboa como a requalificação da Ribeira das Naus de 2 milhões de euros.--

----- E se formos fazer uma análise pelos eixos da Câmara Municipal de Lisboa temos uma execução de investimentos por exemplo no eixo A de Lisboa Mais Próxima 154 milhões de euros, ou no eixo C de Lisboa Inclusiva de 39,8 milhões de euros, só para citar estes exemplos.-----

----- Obviamente que o Partido Socialista tem a convicção que se tem que continuar a investir naquilo que é a cidade, tem que se continuar a resolver problemas de décadas como por exemplo o Plano de Saneamento, a resolver problemas que todos nós como autarcas falamos, mas só se consegue continuar pois as Contas da Câmara Municipal de Lisboa são positivas, pois as Contas da Câmara Municipal de Lisboa estão também equilibradas e a prova disso mesmo é a análise que podemos fazer aos rácios de equilíbrios.-----

----- Estes rácios a partir do momento que relacionam ao nível de resultados mostram de forma muito clara a realidade das Contas a nível do balanço, das contas de fornecedores, das Contas também a terceiros e olhando para esses rácios salta à vista que grande parte deles tiveram em mais de um ano uma evolução positiva estando de acordo com o conjunto de valores de referência, não só o rácio de equilíbrio como há pouco foi aqui falado, com um valor de 108%, como também a margem de dívida legal que mais uma vez também subiu, mas prefiro falar de um outro tipo de indicador que eu acho que é muito importante, que mais uma ano conseguiu ter um desempenho positivo, que é o próprio endividamento bancário líquido período, que é negativo pelo quarto ano consecutivo, isto é, a Câmara Municipal de Lisboa efetuou obras com receitas próprias, não aumentou a dívida da Câmara Municipal de Lisboa e ainda pagou dívidas que vinhas detrás com os rácios de equilíbrios orçamentais, o que também é um facto positivo que em outros municípios é realçado e que pare que nesta Assembleia poucos lhe ligam.-----

----- E consegue-se esta performance financeira ao mesmo tempo que se devolve à cidade receitas legalmente previstas para a cidade, como por exemplo a nível de IRS com o valor mínimo de 2,5%, com o IMI na taxa mínima e com várias isenções de Derrama, de apoio às PME e ao comércio local, que sempre foi uma aposta estratégica de Lisboa e que é uma diferença muito clara quando se quer também comparar a governação de Lisboa com a governação do país, com aquilo que é a diferença de governação do Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa e a governação do PSD e do CDS a nível do Governo.-----

----- E há um facto, não uma simples opinião, não é um diz que diz, um facto que é também comprovável, que é o valor mínimo da dívida a fornecedores que em 31 de

dezembro era 5,9 milhões de euros, com prazo médio de pagamentos do ano de 26 dias, para não falar dos 4 dias, que isso irrita muitas pessoas, e que aquilo que o Partido Socialista gosta de realçar é que este facto mostra o respeito que a Câmara Municipal de Lisboa tem com o tecido económico daquilo que é a cidade de Lisboa, mostra que estimula economicamente a cidade e sendo também Lisboa a capital do país obviamente também tem influência não só ao nível da cidade de Lisboa, como da área de Lisboa e até mesmo a nível do país. -----

----- Mostra que a Câmara Municipal de Lisboa respeita os postos de trabalho dos fornecedores que fornecem o Município e marca uma diferença positiva e o ponto que eu não percebo de haver tanta preocupação da parte da oposição em relação e este facto é o facto de as Contas da Câmara Municipal de Lisboa por estarem melhores têm servido para que um grupo de fornecedores queira participar nos concursos públicos, que são feitos sem medo de depois estarem vários minutos à espera daquilo que a Câmara no passado devia e que não pagava, que houve empresas que no passado faliem enquanto esperavam que a Câmara Municipal de Lisboa pudesse pagar aquilo que era a dívida que tinha e que também obviamente que os preços que a Câmara pagava eram também superiores, é uma diferença muito grande entre aquilo que há poucos anos havia na Câmara Municipal de Lisboa, que atualmente existe, que estamos muito melhores, independentemente daquilo que é o ponto de vista que as várias forças políticas também podem ter, acho que é inequívoco! Só quem está há muito pouco tempo neste Órgão é que pode ter a noção que sempre foi assim com essa calma em relação aos fornecedores não terem, há fornecedores que aproveitam o período do público para virem cá reclamar à Câmara Municipal de Lisboa direitos que tinham. -----

----- Uma referência que o Grupo Municipal Socialista também quer fazer em relação às várias empresas municipais que o Município tem, todas elas têm resultados positivos com o equilíbrio dos capitais próprios, que há poucos anos não havia quando as empresas estavam tecnicamente falidas, com capitais próprios completamente desequilibrados, que foi um trabalho que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa se propôs fazer, que tinha que ser uma meta da Câmara Municipal de Lisboa que está a ter excelentes resultados pois atualmente a Câmara Municipal de Lisboa não pede às várias empresas municipais aquilo que elas não podem fazer com as receitas que têm e quando as várias empresas municipais lançam obra têm um contrato ou programa e ao mesmo tempo a Câmara Municipal de Lisboa teve o cuidado de fazer as transferências de valores de forma a fazer reforço de capitais próprios a equilibrar as várias empresas municipais de forma a poder consolidar corretamente essas contas naquilo que é a realidade financeira do Município. -----

----- Uma outra nota de relevo é a Certificação Legal de Contas com o menor número de reservas legais de sempre, quatro reservas do ROC em 2014, quando em 2013 tínhamos tido nove, com a indicação da conclusão do inventário da Câmara Municipal de Lisboa, que foi um aspeto pedido por todas as forças políticas durante anos. Eu próprio também referi este próprio aspeto em outras intervenções nesse tipo de debates que tivemos em outros anos e que agora como também está feito, poucos

realçam, mas que é um feito que o Partido Socialista gostava de poder realçar, o que também permitiu atualizar o ativo líquido da Câmara Municipal de Lisboa em menos 748 milhões de euros, mas agora temos valores mais realistas, dando também como última sugestão que deve haver também um regulamento de inventário de forma a poder comparar a evolução do ativo líquido ao longo dos vários anos devido ao conjunto de amortizações. -----

----- No entanto temos vários partidos que continuam a usar uma série de falácias para tentar esconder aquilo que é óbvio, que é a excelente performance que o Município de Lisboa tem com as suas contas e tenta-se esconder a realidade que é um facto que a Câmara Municipal de Lisboa baixou o passivo, que tem resolvido problemas da cidade que tem resolvido, alguns deles de antes de 2007 e que são resolvidos agora e que são resolvidos por este Executivo do Partido Socialista, com os movimentos de cidadãos como o Movimento de Cidadãos Por Lisboa, Por Lisboa é muita gente, visto que este Executivo Municipal tem sabido ter um forte apoio daquilo que é a sociedade civil, tem-se aberto a todos aqueles que podem acrescentar valor ao projeto autárquico e é por isso mesmo que temos algumas vezes falácias, como não perceber que mesmo que queiram tirar o valor do Memorando de Entendimento feito pela Câmara Municipal de Lisboa com o Governo, para não referir também que é uma prova da boa capacidade de gestão da Câmara Municipal porque na altura conseguiu-se resolver um problema de décadas que Lisboa tinha, mas mesmo retirando esses valores, colocando os outros problemas do passado que foram também resolvidos, a dívida legal da Câmara Municipal de Lisboa também desceu mesmo sem ter esse fator tão indicador, como também desceu o passivo, são factos que eu acho que são muito claros e que incomodam do ponto de vista daquilo que é a análise porque faz com que aquilo que é uma própria narrativa que querem passar das contas da Câmara Municipal de Lisboa não tenha nenhuma base factual e numérica para poder ter. -----

----- Como também não tem nenhuma outra base quando se quer fazer, quando se quer discutir a lógica de apresentação das contas, se é patrimonial ou se não, porque não só do ponto de vista do relatório de gestão, está lá tudo, como há pouco eu disse, basta ir à página 77, eu até tive o cuidado de colocar aqui a partir de que página se faz uma análise ótica relativa ao orçamental, para alguns que se queixavam disso, como também foi sempre apresentado um documento que eu acho que é muito importante quando se faz a análise financeira de qualquer entidade, que é o mapa de fluxos de caixa que ao fim e ao cabo aquilo que faz é uma síntese de uma ligação entre a parte da contabilidade orçamental baseada nos fluxos de caixa com a contabilidade patrimonial assente no princípio dos acréscimos retratando os saldos iniciais e finais e como tal sempre foi feito esse tipo de ligação e há pouco quando foi feita a apresentação por parte do Senhor Vereador foi muito claro aquilo que foi também indicado. -----

----- Uma nota final que gostava de poder dar, uma sugestão para o futuro, para uma maior transparência ainda das Contas da Câmara Municipal de Lisboa que é que considero que, já tive a oportunidade de em outros fóruns também de poder dizer isso, que gradualmente se deve também dentro da Câmara Municipal de Lisboa usar uma

lógica de contabilidade de custos, uma contabilidade também analítica para se perceber a própria forma como também se distribui o investimento por rubricas em cada projeto e em cada área para que por vezes quando se discute alguns casos em concreto se possa também ter uma análise a esse nível, apesar de que não tenho dúvidas nenhuma que vai ter o mesmo problema, que depois vão dizer um dia que a Câmara Municipal de Lisboa tiver isso, que a performance é muito boa e que deve-se voltar ao conjunto das lógicas antigas porque obviamente que quanto mais se conseguir se ver os números atuais se consegue também chegar a esse tipo de lógica. --

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Vereador, sem dúvida nenhuma que estes resultados, independentemente do ponto de vista, por muito que se consiga também inventar factos, inventar conceitos, inventar números, são também excelentes e aqui o grande desafio que se tem é manter a fasquia também elevada, é continuar também com valores de prazo médio de pagamentos como aquele que temos é continuar a controlar a dívida a baixar o serviço de dívida e ter cada vez mais verbas disponíveis para investir na cidade e resolver os problemas que a cidade tem, que a sua população tem, que é a missão da Câmara Municipal de Lisboa, mas só é possível fazê-lo com as Contas equilibradas e é o que toda a oposição sabe que é verdade e por isso mesmo não consegue assumir. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, a intervenção da Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto é a última da primeira ronda. Temos dois Deputados Municipais inscritos para a segunda ronda, depois terei que perguntar à Câmara Municipal se quer falar no fim da segunda ronda ou agora já no final da primeira ronda?-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Cara Senhora Presidente, Caros Senhores Secretários, Caro Senhor Presidente da Câmara Municipal e Caros Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais e Caro público presente. -----

----- Analisamos nesta sessão o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras bem como a aplicação de resultados do Município de Lisboa durante o exercício de 2014.

----- No geral verifica-se a consolidação das Contas do Município num exercício difícil entre a gestão do corrente e a gestão do imprevisto, a Câmara Municipal de Lisboa conseguiu alcançar um resultado líquido positivo no exercício em causa mesmo considerando a difícil conjuntura nacional e claramente em contraciclo.-----

----- Verificam-se os impactos nos ativos do Município que se salda numa diminuição de 16,8% face a 2013, mas por outro lado também uma diminuição no passivo total em 15,8% face a 2013, não é de descurar desta análise o impacto das Contas do Município de processos de grande monta e já aqui referidos anteriormente como a extinção da EPUL ou o processo da Bragaparques. -----

----- De sublinhar positivamente também o esforço envidado pelo Município na diminuição da dívida a terceiros e na diminuição do prazo de pagamento a fornecedores num esforço que louvamos de realizar estes pagamentos num prazo médio de 26 dias, um prazo claramente abaixo do praticado em outros tempos nesta casa e em outros executivos como certamente todos teremos na memória. -----

----- Por último, o conjunto de Deputados Independentes consideram positiva a trajetória seguida pelo Município no equilibrar das suas Contas num progressivo exercício de melhoria, neste sentido salientei a proposta realizada em sede de 1ª. Comissão de aplicação de instrumentos de contabilidade analítica às Contas do Município. -----

----- Acreditamos que a cidade e os lisboetas que conhecem e sentem no seu dia-a-dia os benefícios de uma cidade cujas Contas estão em ordem e que inspiram confiança numa cidade melhor para viver, trabalhar e visitar. Obrigada” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal. -----

----- Informa-me a Câmara que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva irá responder no final desta primeira ronda e o Senhor Presidente da Câmara falará no final da segunda ronda. -----

----- Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde novamente a todos. -----

----- Eu começava por fazer três precisões técnicas, uma tem a ver com a questão da apresentação custos/proveitos, portanto contabilidade patrimonial verso despesa/receitas, contabilidade orçamental. Bem, isto é um problema de conceitos e é um problema que de facto merecia uma abordagem que precisa de alguma técnica, quer dizer, é difícil falar disto sem alguma técnica, mas eu vou tentar ilustrar para que todos percebamos de que é que estamos a falar. -----

----- Penso que todos já alguma vez tomaram contacto com uma lógica da contabilidade que tem a ver com a especialização do exercício e o facto de nós estarmos a fazer uma abordagem orçamental e portanto muito de tesouraria, é muito aquela comparação da mercearia à antiga em que a contabilidade era um bocadinho abre a fecha a gaveta, tira e põe dinheiro, ora nós estamos a tentar sair daí, aliás não somos só nós, isto é algo que vem em termos legislativos de há alguns anos das autarquias para a lógica da especialização do exercício com custos e proveitos e, portanto, tentando dar uma perceção de que aquilo que é custo de um ano é diferente daquilo que é pago num ano porque há transições, porque em situações como aquela em que a Câmara Municipal de Lisboa viveu, o Município de Lisboa, é um momento excepcional, conseguiu mobilizar recursos para pagar uma série de dívidas que tinha em atraso e isso se nós contabilizássemos era um pouco como nós termos uma situação qualquer de pagamento de energia elétrica nas nossas casas, termos 100 euros num ano para pagar mas 50 vinham de trás, portanto, fazia 150 para pagar e nós

tínhamos dinheiro para pagar os 150 e depois dizíamos que tínhamos um custo de energia no ano de 150, não, não, tínhamos de 100 porque os 50 vinham de trás!-----
----- E é um pouco aqui a mesma coisa que nós estamos aqui a tratar e, portanto, é uma questão técnica, mas evidentemente que não é verdade que o exercício orçamental, que a abordagem orçamental não esteja naquele relatório, no nosso relatório. Quem quiser fazer análise segundo a ótica orçamental tem todos os instrumentos no relatório para o fazer, portanto, eu agradeço que não digam que não foi possível comparar, aliás nós fizemos algumas comparações e isso está no relatório e quem quisesse fazer mais podia pegar nos dados e fazer mais. -----
----- Evidentemente que há um caminho aqui a seguir que também é um caminho que vai ser imparável, Senhores Deputados Municipais, é que a Câmara Municipal de Lisboa, como todas as Câmaras do país vão passar a uma abordagem patrimonial porque a Lei evidentemente, em nome da transparência das Contas a isso obriga e vai obrigar nos próximos tempos.-----
----- Bem, dito isto, Eventos Especiais, é evidente que quando estamos a analisar um exercício orçamental temos que ver aquilo que é especial, quer não é corrente, que não é algo que acontece todos os anos. Era a mesma coisa que se nós tivéssemos uma doença qualquer e tivéssemos um conjunto de custos com essa doença e digamos que analisássemos as contas de um determinado ano da nossa família como se essa doença fosse um evento repetível ao longo dos anos e daqui estamos a falar de um conjunto de doenças que vinham para trás e gangrenavam isto e, portanto, nós precisamos de fazer evidentemente a análise e fazendo a análise com essas doenças expurgando as doenças, para percebermos de que é que estamos a falar. -----
----- Da mesma maneira que se nós temos um conjunto de situações litigiosas, comparando por exemplo com a nossa vida familiar na lógica da herança, que não podemos tratar as receitas de algumas situações ou os proveitos de algumas situações que são excecionais como se pudessem acontecer todos os anos, evidentemente que não, portanto, temos que ter esta situação dos Eventos Especiais, tem que ser evidentemente tratado em conjunto e depois separada para podermos ter uma análise correta desta situação. -----
----- Mas eu tenho algumas más notícias nomeadamente para dar ao Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira, porque eu aconselhava-lhe, aliás a todos de uma forma geral, mas só porque o Senhor Deputado Magalhães Pereira se tem referido mais a isto e até tentou de alguma forma brincar com o assunto, tem a ver com os prazos médios de pagamentos. Eu aconselhava-lhe uma ida ao site da DGAL, que é para não estarmos a falar de coisas tão subjetivas, mas eu digo-lhe que há lá uma série de Municípios, aliás eu tenho uma péssima notícia para lhe dar, não somos os melhores! Ainda temos um esforço para fazer para sermos os melhores sobre esta matéria porque há quem senha um dia! Dois dias, e certamente está a dizer que estes Municípios são Municípios que são irresponsáveis certamente! Quatro dias, o Porto, que aliás há vários anos a esta parte e, portanto, com gestões PSD, teve vários, dois dias, quatro dias, três dias, seis dias! Tudo uma cambada de irresponsáveis portanto, não é? -----

----- É evidente que isto tem uma fórmula que é preciso conhecer para discutir esta matéria, é evidente que isto tem uma fórmula, é evidente que não podemos tomar à letra o nome do indicador, temos que ir ver como é que o indicador se calcula e, portanto, eu peço-lhe que faça esse exercício que assim da próxima vez vamos conseguir conversar um pouco melhor com base em factos. -----

----- A outra matéria também muito interessante que eu aconselho vivamente a consulta tem a ver com a dívida a fornecedores. Em 31 de dezembro, eventualmente com a incapacidade que este Município, nomeadamente este Executivo, teria de manter a performance apresentada nestas Contas, pois não tenho mais um péssima notícia para lhe dar. Em 31 de dezembro de 2014 os tais 5,9 milhões de euros, isto são números na DGAL, não fomos nós, quer dizer, nós prestámos contas à DGAL, não são números que nós inventámos!-----

----- Em 31 de março de 2015, 4,3 milhões de euros, melhorámos! Senhor Deputado, melhorámos!-----

----- Em 30 de abril de 2015, são 3,9, continuamos a melhorar Senhor Deputado! Portanto, é mais uma péssima notícia que tenho para dar ou desculpem-me a brincadeira mas de facto não há outra maneira de abordar este assunto porque de facto tanta vez insistem nas mesmas questões que o melhor era irem consultar fontes fidedignas se considerarem que estas não são, que é para tentarmos desmistificarmos aqui algumas coisas.-----

----- Mas eu sobre esta discussão de facto queria terminar só para dizer isto, foram criticadas a criação de taxas, foi criticada a alienação de património, dos impostos tudo o que vier de bom não somos nós é a Assembleia da República e o Governo! Os acordos com os fornecedores eventualmente são coisas que não são para fazer mas, quer dizer, a Lei já agora, que também foi outra questão que foi aqui levantada, a Lei 82-B/2014 no seu Artigo 89 permite acordos de pagamento nas autarquias, a Lei 83-C/2013 já permitia no seu Artigo 86º. permitia acordos de pagamento nas autarquias, portanto, não estamos também a inventar nada, mais, isto é um instrumento de gestão quer os Senhores queiram ou quer não e se é melhor ter acordos de pagamento com fornecedores do que ter fornecedores aqui aos gritos na Assembleia Municipal que não se lhe paga!-----

----- Portanto dizia eu, e só para terminar, que os impostos não temos nada a ver com isso, os acordos de pagamento somos eventualmente não os podemos fazer porque não são legítimos; vendas de bens e serviços se calhar também não podemos; reivindicar os nossos direitos, que seja com o Governo Central através do acordo do Aeroporto, que era uma aspiração legítima deste Município de há muitos anos e aproveitar a situação gerindo bem os recursos deste Município, confrontando quem tem esse poder e fazendo uma boa negociação não é bom! Então o que é que é bom em termos de receita para o Município de Lisboa? Como é que os Senhores fariam? É que isto é preciso perguntar, porque eventualmente tínhamos que fechar as portas porque não temos nenhuma legitimidade em nenhum tipo de receita! Tudo é mau! ----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Vamos então dar início à segunda ronda e temos dois Senhores Deputados Municipais inscritos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Estamos aqui hoje para debater e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão de 2014 da Câmara, o que o PSD constata mais uma vez é que estamos perante um balanço que é tudo menos positivo, seja qual for o ângulo. -----

----- Vejamos, dívida do Município, eu sei que o PS não gosta que se fale nisso mas nunca é demais repeti-lo, que ao contrário do que foi afirmado pelo Senhor Doutor António Costa, a dívida do Município teria aumentado não fosse os 269 milhões de euros que deram entrada no cofre da Câmara, eu sei que é aborrecido, os sei que os Senhores querem esquecer isso, mas a verdade é que entraram! A verdade é que entraram!-----

----- As dívidas aos fornecedores, já aqui foi abordada de modo exemplar pelo Senhor Deputado Magalhães Pereira, mas eu quero lembrar que o Senhor Doutor António Costa renegociou a dívida aumentando a rubrica para “outros credores, o que aliás já tinha feito em 2007 e 2008 e que mereceu várias reservas por parte do Tribunal de Contas. A Câmara insistiu em 2012 e em 2014 voltou a fazê-lo.

----- Impostos, eu sei que também os incomoda, mas a verdade é que a subida de impostos representaram 55,9 milhões de euros em relação a 2013, uma subida de 18,7%.-----

----- Receitas sobre IMT, uma acréscimo de 51 milhões de euros e o Imposto Municipal Sobre Imóveis 7,6 milhões de euros.-----

----- Mas há aqui outra falácia que não nos podemos esquecer e que é repetida vezes sem conta pela Câmara, a de que a liquidação da EPUL foi nociva para as Contas de Lisboa. Esta afirmação é feita com base na diferença entre o ativo e o passivo que há de ter expressão definitiva no Relatório Final de Liquidação que ainda não foi discutido em Comissão de Liquidatários e que não foi, que eu saiba, sequer agendada.-

----- Bom, o que a Câmara tem desesperadamente tentado ocultar é que os terrenos que passaram para a sua posse em janeiro de 2015 transitaram pelo seu valor contabilístico, isto é, pelo valor que a EPUL pagou por eles há data da aquisição.-----

----- Com efeito no Relatório de Contas da EPUL de 2012 e que a Câmara aprovou apresentava no seu ponto 7.7 uma avaliação que revelava uma diferença de 152 milhões de euros entre o valor comercial e o valor contabilístico dos ativos, esta avaliação que foi feita para a AML, que continua a ser avaliadora na Câmara para as hastas públicas.-----

----- Bom, esta disparidade faz com que a Câmara possa valorizar ativos não por mérito próprio nem por gestão exemplar mas apenas porque os recebeu por valores muito inferiores àqueles que vão ser a sua hasta pública.-----

----- Esta diferença de 152 milhões de euros, repito, e que a Câmara tenta esconder muda completamente o impacto que a liquidação da EPUL tem e terá nas Contas da Câmara.-----

----- Senhor Vereador, na pura lógica de herança, esta foi uma boa herança! Senão vejamos dois exemplos que aliás vão amanhã à Câmara para hasta pública: prédio da Rua Damasceno Monteiro, que era da EPUL, que foi avaliado pela Prime Yield em 6,5 milhões de euros em 2012. Passou para a Câmara pelo valor contabilístico de 528 mil euros, o valor da hasta pública é de 1,7 milhões de euros, significa que o terreno se for vendido pela sua base em hasta pública a Câmara vai arrecadar 1,2 milhões de euros de mais-valias. -----

----- Outro exemplo que também vai a hasta pública, os terrenos da Embaixada no Restelo, é um conjunto de sete terrenos que foram avaliados pelo valor global dos sete por 23,6 milhões de euros. O valor contabilístico destes sete terrenos é de 2,154 milhões de euros, pois a Câmara em hasta pública só por dois destes cinco lotes vai levá-lo por 4 milhões de euros, o que significa que a Câmara ao fazer uma hasta pública de dois destes cinco lotes vai fazer aí uma mais-valia de 1,8 milhões de euros.-----

----- Concluimos que mesmo deflacionados pela Câmara os valores destas hastas públicas são muito superiores aos valores contabilísticos e vão sempre trazer mais-valias para a Câmara.-----

----- Eu tenho a certeza absoluta de que a Câmara há de apresentar, a Câmara e a máquina de propaganda da Câmara hão de apresentar isto como uma operação de sucesso, como o resultado de uma genial gestão, mas não são, não são! A verdade é que como todos sabemos não é por se repetir muitas vezes o chavão que isto se torna realidade! Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** fez a seguinte intervenção: ----

----- “Boa-tarde a todos, Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Ao contrário de todos os oradores que me precederam falarei de improviso, portanto, não tenho uma intervenção propriamente tão sistematizada quanto isso, desculpo-me por esse facto. -----

----- Naturalmente que não poderia começar esta intervenção por deixar de felicitar a Câmara Municipal e felicitar todo o Executivo pelas demonstrações e pelos resultados que aqui hoje nos traz, eles são bem o espelho e são bem a demonstração clara de uma gestão exigente, de uma gestão séria e das opções políticas adequadas que foram tomadas pelo Executivo Socialista. Em meu nome e em nome do PS naturalmente os meus parabéns. -----

----- Na preparação desta discussão tive oportunidade de ler aquilo que foi a discussão em sede de Câmara Municipal e não pude deixar de reparar em três ou quatro argumentos que foram esgrimidos e referidos pela oposição e que, enfim, alguns deles

até posteriormente já repetidos aqui na sessão de hoje e queria sucintamente referir-me a eles.-----

----- Em primeiro lugar ainda e mais uma vez e penso que falaremos disto até ao fim do mandato e porventura em futuros mandatos, a questão dos terrenos do Aeroporto e a questão da incomodidade que isto causa de facto no PSD e nos partidos da direita, dizem eles que já têm este assunto resolvido mas as intervenções deles provam aqui até à exaustão que está longe de estar resolvida esta questão, Senhora Presidente, e para além de sublinhar aquilo que o Doutor Fernando Medina tem várias vezes referido, mesmo sem os terrenos do Aeroporto verifica-se uma forte e significativa melhoria da situação financeira do Município, aquilo que eu de facto chego a concluir das palavras dos Deputados do PSD e dos Dirigentes do PSD é que preferiam que não tivessem defendido o interesse municipal, preferiam que todos os anteriores Presidentes não tivessem persistido na reclamação daquilo que era justo para a autarquia e colocando assim à frente dos interesses da Câmara Municipal os interesses eleitorais do PSD e da direita! É lamentável Senhora Presidente, mas é assim! -----

----- Tive a oportunidade, Senhora Presidente, de constatar também na discussão de Câmara uma crítica que é feita, neste caso pelo CDS, à excessiva dependência do Município das Receitas Extraordinárias. Dizia o Senhor Vereador do CDS, que presumo é também Deputado na Assembleia da República, muito preocupado de facto com essa dependência das Receitas Extraordinárias. Senhor Deputado, Senhor Vereador, apresente na Assembleia da República uma proposta de Lei que altere a Lei das Finanças Locais que é vossa e que nomeadamente vem retirar à Câmara Municipal de Lisboa 130 milhões de euros de receitas ordinárias e nós estaremos consigo e nós votaremos, Senhor Deputado, essa maioria. -----

----- Outra crítica que foi também referida e que foi também feita na discussão em sede de Câmara foi a questão do falhanço, mais uma vez o falhanço do Executivo na obtenção de receitas extraordinárias e mais extraordinário ainda é que esta crítica foi feita por alguém que era então Vereador da Câmara Municipal quando aí sim se verificavam verdadeiros fiascos e verdadeiros falhanços na obtenção de receitas extraordinárias.-----

----- Senhora Presidente da Assembleia, a verdade é que este ano, o ano que findou, o ano de 2014, foi um ano de um grande êxito no que diz respeito a vendas extraordinárias e só não está ainda mais espelhado nas Contas de 2014 porque como bem explicou o Senhor Vereador e o Senhor Presidente da Câmara parte dessas receitas só estão contabilizadas em 2015, de qualquer forma foi um êxito, foi um grande êxito deste Executivo, Senhora Presidente. -----

----- Ainda a propósito dos argumentos invocados em discussão de Câmara e novamente aqui trazidos para o Plenário da Assembleia, a questão de que o Executivo terá recebido ativos subavaliados, a grande preocupação com os brilharetes e com as manobras de propaganda que o Executivo fará com esse facto. -----

----- Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, eu dir-lhe-ia que é preferível daqui a muitos anos, e espero que daqui a muitos anos, quando o PSD retomar os destinos, se algum dia retomar os destinos da autarquia que receba ativos subavaliados

do que recebam dívida não registada e dívida escondida como nós recebemos aos magotes, Senhora Deputada!-----

----- Senhora Presidente da Assembleia, uma referência também para a questão dos prazos médios de pagamento e para, enfim, a estonteante explicação do Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira, enfim, quatro dias, vinte e dois dias e a referir as manobras e a referir o tacticismo e a referir tudo aquilo que a Câmara tem feito de propaganda em torno desta matéria. Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira deixe-me que lhe diga uma coisa, estivemos os dois nesta Assembleia Municipal do mandato de 2005 a 2009, na altura a dívida a fornecedores era de 400 milhões de euros e o prazo de pagamento eram 330 dias e nunca o Senhor Deputado veio a este palanque falar desta matéria!-----

----- Uma última referência Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, sobre a preocupação no caso do PSD imagine-se sob a existência de muitos recibos verdes na Câmara Municipal, estão muito preocupados presume-se com a precaridade existente na Câmara Municipal, eu dir-lhe-ia Senhor Presidente ou então recordava apenas que quando nós chegámos ao poder, quando nós chegámos à Presidência da Câmara Municipal existiam porventura mais de mil trabalhadores precários e que a grande maioria deles integrado nos quadros e a situação foi resolvida por esta equipa, por isso não recebemos lições de ninguém, Senhora Presidente, em matéria de resolução de problemas de precaridade.-----

----- E diria mais, Senhora Presidente, muito gostaria eu de olhar para a realidade do país, que por vistos a estes Senhores tanta satisfação e tanta alegria traz e ver a mesma situação de precaridade que vejo na Câmara Municipal, ficaria muito contente Senhora Presidente, infelizmente a realidade é bem diferente e bem diferente para pior, como os Senhores Deputados Municipais bem sabem!-----

-----Concluiria Senhora Presidente para dizer que tivemos oportunidade de ouvir hoje, enfim, um conjunto de argumentos pobres, de argumentos pouco imaginativos, eles que referiam a nossa imaginação, os vossos são de facto pouco imaginativos e não conseguem efetivamente iludir o essencial, o essencial é que as Contas e as Finanças da Câmara Municipal de Lisboa estão de boa saúde e de facto quem não está exatamente de boa saúde e quem não está em boa forma é a oposição a esta Câmara Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal.-----

----- Senhores Deputados Municipais terminámos as intervenções dos Senhores Deputados inscritos, penso que o Senhor Presidente da Câmara quer encerrar o debate e tem a palavra para isso.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Quero em primeiro lugar, saudar o Vereador das Finanças, saudar o Senhor Diretor Municipal das Finanças, o Senhor Diretor Municipal do Património e todas as equipas, das finanças e do património, saudar também aqui, todas as administrações, todos os membros da administração, todas as empresas municipais.-----

----- Estes são os bons resultados para a Câmara Municipal de Lisboa, e estes são os bons resultados para a Cidade de Lisboa. E são bons resultados, para a Câmara e para a Cidade, em primeiro lugar, porque nós fizemos aquilo que é mais importante; reduzimos o prazo de pagamento para uma situação de praticamente pronto pagamento. Numa situação em que a nossa economia se depara com problemas de liquidez às empresas, que as empresas se deparam com problema de atrasos de pagamento, conseguir pagar a pronto aos fornecedores é porventura, o melhor contributo que nós podemos dar para a economia e para o emprego na cidade, porque nós não somos um cliente qualquer, nós somos os principais clientes na Cidade de Lisboa, somos uma instituição pública de referência e aquilo que nós fazemos tem impacto na economia da cidade, e tem impacto sob a forma como as instituições públicas são olhadas. E isto, que foi conseguido este ano não deve ser subvalorizado. Uma entidade que consegue pagar a pronto pagamento e que consegue manter esta política com segurança, é uma entidade que dá confiança aos fornecedores, dá confiança à economia da cidade e consegue, e é capaz de conseguir melhores condições nos contratos que o município tem de fazer. -----

----- Em segundo lugar, estes são bons resultados porque conseguem uma redução importante da dívida global da Câmara Municipal e um aumento da margem para investimento. E conseguimos fazer isto apesar de três eventos que falamos durante várias vezes, no ano de 2014, que foram a mudança da Lei das Finanças Locais, que alterou radicalmente, os limites de endividamento para a Câmara de Lisboa, diminuindo drasticamente as possibilidades de investimento, mas a necessidade que tivemos, em simultâneo, de lidar com dois eventos que alteraram o perímetro e o valor das contas da Câmara Municipal de Lisboa; a assunção da dívida da Bragaparc e a integração da EPUL. -----

----- Contornamos estas três dificuldades com sucesso, e a Câmara Municipal de Lisboa que teve um ano difícil e exigente no ano 2014, chegou ao fim do ano de 2014, com mais capacidade de endividamento do que aquela que tinha, e com menos dívida daquela que tinha, apesar das limitações e das mudanças que foram colocadas. -

----- Em terceiro lugar, as contas de 2014, mostram que nós temos empresas municipais sólidas. Todas as empresas municipais apresentaram resultados positivos, nenhuma empresa municipal se encontra em situação de endividamento e a acumular endividamento, resolvemos durante o ano de 2014, os casos mais complicados ao nível do financiamento das empresas municipais, nomeadamente na reestruturação da dívida da GEBALIS que subsistia, há vários anos, e também com a recuperação de uma margem importante na EGEAC. E por isso, nós temos empresas municipais sólidas, com contas sólidas, sem dívida, e com modelos de financiamento sustentáveis. -----

----- E temos, por último, em quarto lugar, temos melhores contas, maior qualidade nas contas do Município de Lisboa. E a prova disso mesmo é a diminuição das reservas da certificação legal de contas, que foram conseguidas, neste exercício, mas também o facto de irmos cumprindo exigentes requisitos legais, como várias vezes foram aqui colocados, nomeadamente, ao nível do inventário. -----

----- Mas perante estes resultados, é talvez bom fazermos este exercício no fim deste debate, sobre o que diz a oposição, e o que pensa a oposição sobre estes resultados. E a verdade, é que o PSD, sobre estas contas, verdadeiramente, não sabe o que é que há de dizer. O PSD verdadeiramente, não tem muito a dizer sobre estas contas e verdadeiramente, não encontrou uma linha de argumento sobre estas contas. Falam em manobras, falam em mudanças de critérios, falam assim, algo de uma ciência oculta. Mas, verdadeiramente, eu acho que eles nem entenderam bem os números porque o problema do PSD é que não percebeu bem o que aconteceu.-----

----- Começa por dizer o PSD, o seguinte: senão tivesse sido o aeroporto, a dívida da Câmara Municipal de Lisboa tinha aumentado.-----

----- Senhores Deputados, esqueçam tudo, esqueçam a Bragaparkes, os eventos extraordinários, esqueçam tudo, comparem só o indicador legal, dívida, em 2007, dívida em 2014. E a dívida, em 2014, é muito inferior à dívida em 2007, e é muito inferior para além dos patamares do aeroporto.-----

----- Quando os Senhores Deputados dizem que se a dívida...oh Senhor Deputado, o problema do debate orçamental é mesmo este, é que o PSD ainda, não percebeu as contas da Câmara. A dívida da Câmara Municipal de Lisboa diminuiu para além da diminuição dos valores do aeroporto. É comparar os valores da dívida absoluta que constam dos relatórios.-----

----- Mas dias depois, e este é talvez o exercício mais interessante porque às vezes há Senhores Deputados, ou Senhores Vereadores, que dizem que afinal se calhar diminuiu a dívida, mas se calhar diminuiu um pouquinho sem ser o aeroporto. Pois, eu proponho-vos a prova definitiva dos mandatos António Costa, porque no fundo é disso que os Senhores Deputados estão a tratar. Os Senhores Deputados o que estão mesmo a tratar, é de tentar escrever a herança dos mandatos António Costa na Câmara de Lisboa. A herança dos mandatos de António Costa na Câmara de Lisboa, eu dou-lhe um número que é simples, se os Senhores se tiverem um pouco de atenção para ouvirem e para depois pensarem para podermos rebater no exercício de 2015, os números porque sei que aqui voltaremos, eu gostava de lhe dar os números. É o seguinte: dívida legal da Câmara Municipal de Lisboa com tudo incluído, dívida segundo os critérios da lei, 2007, novecentos e cinquenta e cinco milhões. 2014, já com tudo, Bragaparkes, EPUL, sem aeroporto, com tudo, seiscentos e oitenta e um milhões. Diminuiu trezentos e trinta e sete milhões. Muito acima daquilo que foi o aeroporto.-----

----- Mas agora eu proponho ao Senhor Deputado, outro exercício, descontemos os efeitos extraordinários. Os Senhores Deputados conviveram sempre mal com a questão do aeroporto, já se percebe, acham, aliás que foi um privilégio dos correligionários maus, aliás, do Governo, que beneficiaram o Dr. António Costa, ainda não perceberam que primeiro, uma parte do mérito se deve aos sucessivos executivos da Câmara Municipal que foram capazes de preservar o património da Câmara, mas também que tudo se deveu a um estado de necessidade do Governo que quis fazer uma privatização nos termos em que quis fazer, mas retirando essa parte da história, que é bastante mais isenta, eu proponho aos Senhores Deputados a

comparação do seguinte; comparemos aquilo que é a dívida da Câmara Municipal de Lisboa, tirando o que foram os grandes eventos extraordinários que aconteceram nos últimos anos. Por isso, no fundo, tentemos o seguinte exercício, os anos de António Costa foram bons, ou foram maus, para a redução da dívida da Câmara de Lisboa? Como é que isto funcionou? Mas vamos tirar os grandes eventos. E se nós retirarmos o aeroporto, imagine que não tinha havido aeroporto, imagine que o seu Governo não lhe tinha feito a maldade de ter comprado o aeroporto à Câmara de Lisboa, mas imagine, também, que este executivo não tinha que ter lidado com a maldade que foi a gestão do processo da Bragaparkes, nem que foi o crédito assumido da EPUL, assumamos isso, assumamos isso. Se assumirmos isso, o saldo líquido da redução da dívida da Câmara de Lisboa, entre 2007-2014, é de duzentos e setenta e três milhões de euros. -----

----- O que é que isto significa? Significa uma coisa muito simples, quer contando unicamente, o indicador legal com todas as operações, com tudo cá metido dentro, o que quer que seja a conta, o critério de dívida legal, quer um critério, talvez, politicamente mais sólido, mais interessante porque desconta os grandes efeitos extraordinários, o que o Senhor Deputado é chegado a levar à conclusão é o seguinte, é que nos mandatos de António Costa reduziu-se fortemente, a dívida da Câmara Municipal de Lisboa, e tirando os eventos extraordinários, reduziu ainda mais do que o efeito do negócio do aeroporto. E isto pode dizer-se em Lisboa, o que os Senhores não podem dizer da governação do país. -----

----- O segundo aspeto que o PSD ressalva pela voz da Deputada Margarida Saavedra, é um aspeto muito interessante, que me faz uma acusação, aliás, faz uma acusação ao executivo como nunca tinha visto, e que é a seguinte, se bem ouvi a crítica do PSD sobre o aspeto da EPUL, é uma crítica muito interessante, porque a Deputada Margarida Saavedra na prática, o que está a acusar o executivo é de termos piorado as contas de 2014, da Câmara de Lisboa, porque o que a Senhora Deputada diz é que os ativos da EPUL foram incorporados a um preço muito menor do que deviam, e se tivessem sido incorporados ao preço que deviam, as contas, no fundo, até eram melhores. Senhora Deputada, não compreendo, vai-me desculpar. Nunca tinha visto alguém criticar-me por apresentar as contas pior do que aquilo que podíamos ter apresentado, peço desculpa, não é uma crítica que eu possa aceitar. Não o fizemos. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Desculpe lá, mas também não me vou prejudicar assim. -----

----- O que eu gostava de lhe dizer, é que as contas da EPUL foram integradas exatamente, como a lei determina que sejam integradas. -----

----- Senhora Deputada, se me aguardar, eu vou explicar e vou assumir aqui, um compromisso consigo. -----

----- As contas da EPUL, o património da EPUL, eu percebo que a Senhora Deputada, por questões pessoais, não concorde com o processo de extinção da EPUL, eu percebo isso, aceito isso, aliás, não respeito isso na íntegra. O que não posso aceitar é que faça uma crítica que a integração não foi feita nas condições legais, porque foi. E menos ainda, que ela foi usada para melhorar as contas porque dela só resulta que as contas

sejam piores do que aquilo que poderiam ser se seguíssemos o critério da Senhora Deputada. Se valorizássemos os bens da EPUL, tal como a Senhora Deputada diz, as contas da Câmara de 2014, seriam muito melhores do que são hoje. E porque é que elas não são? E porque é que estão valorizadas desta forma? Porque a integração se faz pelo valor contabilístico que estava registado na EPUL. E os bens que são passados, são passados ao valor contabilístico.-----

----- Diz, agora, a Senhora Deputada: “o Senhor Vereador das Finanças tem um espírito maquiavélico que faz esta integração porque, no fundo, o que ele está a jogar é nos resultados extraordinários no brilharete que ele vai apresentar quando vender o património”. Senhora Deputada, eu garanto-lhe uma coisa, eu nunca utilizei o critério da diferença de valor, entre o valor contabilístico e o valor da venda do bem, nunca o usei porque esse critério, com franqueza lhe diria, seria uma grande desonestidade política e intelectual, utilizá-lo como critério para qualquer coisa. Porque quem conheça, obviamente, uma parte importante do património da Câmara está valorizado a valor de custo, a valor contabilístico, que não tem relevância com o valor material das coisas. A Senhora Deputada nunca me ouviu, nesta casa, em todos os orçamentos que aqui defendi, todas as prestações de contas que aqui defendi, nunca me ouviu vir aqui falar e dizer assim: “a Câmara teve resultados contabilísticos extraordinários, verdadeiramente, fantásticos”. Nunca ouviu. Olhe, se quer que lhe diga, nem sei qual é que é o valor, não sei qual é a diferença de valor contabilístico para o valor real porque isso, simplesmente, não é um indicador que tenha relevância para a boa saúde da Câmara. E peço, aliás, o seguinte: registe em ata estas minhas palavras aqui, e de cada vez que discutirmos o valor das alienações e os resultados da Câmara, tenha sempre estas minhas declarações, nunca me verá ouvir-me utilizar a diferença entre o valor contabilístico e o valor de resultados porque não tem qualquer sentido do ponto de vista da análise dos resultados da Câmara Municipal de Lisboa. ---

----- Mas a dificuldade da oposição vem, de facto, do lado do CDS-PP. E o CDS tem algo interessante, não diz que as contas estão mal, também não chega a esse ponto, verdade seja dita e justiça seja feita, mas tem, de facto, uma linha interessante em que diz: “elas mal não estão, mas elas estão boas é pelo mérito do Governo.”-----

----- Nós, aliás, até é uma pena esta sessão não ter mais tempo e mais perguntas porque isto iria acabar com o Senhor Deputado a explicar que isto afinal é mérito, mas não do Governo, é só da parte boa do Governo, e como alguns dizem, da parte do principal partido da oposição dentro do Governo. Mas isso é um problema de tempo em que não tivemos tempo para ouvir, mas iríamos lá chegar. -----

----- Senhor Deputado, dizer que o IMT é mérito do Governo, dizer que o CCB é mérito do Governo é notável. O CCB vem do acordo de regularização, era um terreno da Câmara Municipal de Lisboa, registado como tal, não havia equívoco sobre isso, uma regularização do ano de 2012, e se o Senhor Deputado quiser dizer, é só dizer mal do Governo, é como é que só pagou no exercício de 2014, algo que assinou em 2012, e que devia de ter pago à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mas já que quer fazer, e pedir messas ao Governo sobre a avaliação do Governo, eu tenho aqui algumas “para a troca”. É que convinha, talvez, o Senhor Deputado ver

o que aconteceu com o Fundo de Apoio Municipal que o seu partido, os seus correligionários aprovaram na Assembleia da Republica e que também não ouvi aqui o Senhor Deputado criticar, é que só este ano para as contas da Câmara foram 2,7 milhões a menos. Seguimos para a ADSE, a mudança dos valores da ADSE, só nas contas deste ano, foram 1,2 milhões a menos. Se quiser ir ao SNS, à contribuição da Câmara para o SNS devem ter sido cerca de 2 milhões a menos. E se quiser ir à cláusula de travão que foi utilizada e colocada nas transferências de IRS que a Câmara de Lisboa recebeu a menos, foram cerca de 8 milhões a menos. Ora, no global foram menos quinze milhões. E se o Senhor Deputado quiser fazer a conta do crédito do Governo, recomendo-lhe que coloque estes valores em cima. E recomendo-lhe mais, é que se junte a nós e comece a fazer campanha contra uma lei aprovada pelos seus correligionários que votaram a favor de uma lei que está em vigor que diz que a partir do próximo ano iríamos ter a extinção gradual do IMT, e que significará a receita a menos de cento e vinte milhões de euros para a Câmara Municipal de Lisboa, menos 20% do orçamento municipal, sem qualquer contrapartida para os municípios. E se o Senhor Deputado está preocupado com as ações do Governo sobre as contas do município, então digo-lhe que tem mesmo aqui o sítio onde deve concentrar a sua energia. Junte-se a nós contra uma lei que o seu Governo aprovou. -----

----- O PCP faço-lhe justiça de ter critica mais centradas, não sobre aspetos verdadeiramente, injustos em matéria de análise das contas, mas aproveita para repetir aquilo que tem sido a sua apreciação sobre o executivo, e que diz que tudo o que acabamos de fazer acaba por conduzir a uma deterioração do serviço público e a uma tentativa e vontade de externalização dos serviços. Mas, não é verdade, Senhora Deputada. -----

----- A diminuição dos custos de pessoal tem no seu fundamental a ver com uma opção política na qual divergimos, isso é notório, e que tem a ver com a transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia são entidades do Estado, são entidades públicas. Não se trata de uma externalização de serviços. Trata-se de uma passagem, de uma descentralização para entidades da administração pública, e é isso que explica a diminuição das despesas com o pessoal. Aliás, Senhora Deputada, não era preciso nada de extraordinário para dizer, para constatar, que no quadro legal que nós temos ao dispor, a Câmara Municipal, verdadeiramente, não tem grande margem de intervenção relativamente aos custos com o pessoal, não tem na diminuição desses custos e, por isso, não viria daqui nenhuma opção fundamental. Mas se vieram, porque vieram, ainda não com expressão nas contas de 2014, mas já haverá com as contas de 2015, vem precisamente, o contrário daquilo que a Senhora Deputada diz, é que vem com a opção do município pela valorização do serviço público, porque em 2015 teremos as admissões resultantes do concurso, e dos concursos, que foram propostos pela Câmara e aprovados por esta Assembleia, relativamente à admissão de cem cantoneiros de uma escola de cinquenta bombeiros e de cerca de vinte e cinco profissionais por outras categorias adicionais, mais os cem novos assistentes operacionais que eu anunciei, e que sairão desse concurso, para reforçar os quadros camarários operacionais. E, por isso, o que a Senhora Deputada

verá é nas contas de 2015, uma não diminuição das contas com a despesa do pessoal porque nós utilizamos a margem que temos para reforçar o serviço público, e porque é que o fazemos? Fazemos porque acreditamos no serviço público, mas fazemos por uma outra razão antes disso, é que nós temos contas que nos permitem fazer essa escolha e essa opção, é porque nós gerimos bem e temos as contas com a solidez eficiente e que podemos ter as opções de contratação de recursos. -----

----- Diz, depois, a Senhora Deputada; “aumentaram a despesa com aquisições de bens e serviços”. Não, não aumentaram. Diminuíram. As despesas com aquisições de bens e serviços diminuíram 8,6%. Em rigor não significa que a Câmara tenha gasto menos 8,6%. O que aconteceu é que dentro desta diminuição de cerca de dez milhões de euros, o que aconteceu é que uma parte resultou dos contratos de fornecimentos de bens e serviços externos que transitaram para as Juntas. E outra parte resultou sim, de eficiência da Câmara Municipal de Lisboa. Não direi que o ganho é todo da Câmara, de eficiência da Câmara porque não é. Uma parte, resulta da transferência para as Juntas de Freguesia, e temos que tratar as contas com rigor. Agora, não aumentou. Diminui a despesa com fornecimentos e serviços externos. O que aumentou, Senhora Deputada, foram os pagamentos das rubricas em fornecimentos e serviços externos. E voltamos à questão que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva tentou, e muito bem, explicar, é que nós não podemos confundir os números quando olhamos para aquilo que se passa na nossa contabilidade. Uma coisa é o custo que nós temos, quanto é que a Câmara gastou num determinado ano, com um determinado exercício e isso é-nos dado por uma contabilidade patrimonial. A segunda questão é quanto é que a Câmara pagou. E o que acontece é que num ano uma Câmara Municipal como a nossa, realiza um esforço muito significativo a reduzir a dívida, é óbvio que o volume de pagamentos aumenta. Mas nós não podemos confundir aumento de pagamentos com o aumento da despesa. Despesa orçamental, sim para efeitos contabilísticos, mas não significa que tenha gasto mais na prestação dos bens e serviços, não. Nós gastamos mais a pagar os bens e serviços. -----

----- E, já agora, permitam os Senhores Deputados do PSD também com simpatia e cordialidade, mas digo o seguinte: na mesma folhinha que guardaram relativamente à avaliação das verbas das diferenças dos valores contabilísticos para o valor das vendas das alienações, eu sugeria se permitem que guardem, um outro valor. Se tudo correr como é normal a despesa da Câmara Municipal de Lisboa em contabilidade orçamental que o Senhor Deputado Magalhães Pereira tanto preza, tanto quis ver e tanto elevou a grande referencial de credibilidade e orientação das contas, o Senhor Deputado, para o ano, quando vir as contas não tenha nenhum choque e sente-se antes, sente-se antes numa cadeira porque a despesa vai cair a pique. Mas deixe-me já dizer-lhe para pôr isso numa folhinha, se alguém vier evocar que isto é um grande crédito porque nós diminuimos e tornamos a Câmara muito mais eficiente, eu posso já dizer-lhe, não é. É pura e simplesmente, o efeito contabilístico porque nós como aumentamos muito os pagamentos este ano, a despesa orçamental aumenta neste ano. Se formos bem-sucedidos a manter um prazo muito curto de pagamentos, e se mantivermos isto durante todo o ano, é normal que a despesa orçamental do ano

diminua muito, não significa que gastemos menos, significa que pagaremos menos. Mas se o Senhor Deputado quiser registar a título de simpatia este meu alerta verá que a despesa orçamental no ano de 2015, vai da mesma forma que o aumento da despesa orçamental, em 2014, não representou um aumento da despesa efetiva, representou, sim, mais pagamentos, a diminuição da despesa orçamental, em 2015, não irá traduzir nenhuma redução de custos, ela irá acontecer e veremos a parte que se separar, mas na sua dimensão não é uma redução de custos, é simplesmente o facto de nós já não conseguirmos reduzir mais o prazo de pagamentos.-----

----- Ainda sobre as questões colocadas pelos Senhores Deputados à nossa esquerda, quero responder à Senhora Deputado do partido Ecologista “Os Verdes”, relativamente às creches, eu não aceito que haja qualquer pronunciamento sobre as dificuldades das operações das creches que não seja os vários partidos juntarem-se à Câmara Municipal para exigir ao Estado o tratamento igual para Lisboa do que acontece em todo o país.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa financiou a construção das creches e na generalidade das creches não teve qualquer apoio de nenhum programa com subvenção estatal ao contrário do que aconteceu na generalidade das regiões do país, e em todas as regiões do país, e em todas as instituições, o que vigora é um modelo de apoio único de financiamento através da segurança social com base no escalonamento e das necessidades sociais, são comparticipadas as mensalidades das famílias.-----

----- O que nós hoje pedimos é que seja aplicada em Lisboa aquilo que é aplicado em todo o país, e que seja aplicado às creches de Lisboa aquilo que é aplicado em todo o país.-----

----- O que nós temos dito, com toda a clareza no diálogo que temos feito com a Segurança Social é que percebemos as dificuldades do país e percebemos as dificuldades que o Ministério tem na gestão orçamental, seria uma ilusão dizer que não percebemos, mas também, não aceitar que por causa disso sejam transferidos esses custos para dentro do orçamento da Câmara para daqui a meia dúzia de anos a Câmara, pura e simplesmente, se substituiu ao Estado numa situação totalmente excecional de sermos nós a financiar aquilo que é da responsabilidade total e absoluta da Administração Central.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, já vai longa a minha intervenção.-----

----- Gostava de sintetizar nesta prestação de contas que tivemos bons resultados, conseguimos algo que parecia muito difícil no início do mandato, e durante o ano de 2014, quero renovar os meus agradecimentos a todas as equipas da Direção municipal de Finanças, da Direção do Património, também a todos os colegas de vereação. Não foi um ano fácil, e estes são resultados de equipa. E também da Senhora Presidente da Assembleia Municipal que teve um papel muito importante para que a Câmara se pudesse sustentar durante este ano. Mas creio que devo terminar com uma palavra sobre o futuro e sobre os desafios que nos esperam. E os desafios que nos esperam são três:------

----- Em primeiro lugar, lutar pelo equilíbrio corrente das contas da Câmara Municipal de Lisboa. Nós conseguimos vencer um desafio exigente que foi o desafio da redução

dos impostos, da reforma administrativa e de um contexto geral da redução da receita estrutural da Câmara. Nós conseguimos vencê-lo. Mas esta é uma vitória incompleta, é uma vitória do ano de 2014, e nós temos que batalhar pela manutenção do equilíbrio estrutural da Câmara de Lisboa. Isto passa, em primeiro lugar, por mantermos uma atitude atenta, vigilante de contenção relativamente à evolução da despesa relativamente à nossa receita, mas passa imprescindivelmente, por uma luta relativamente à revisão do regime do IMT. O regime do IMT não está feito para um conjunto pequeno de municípios do país, no qual se encontra Lisboa, está o Porto, está mais um ou dois municípios da Área Metropolitana, estão vários municípios do Algarve, onde não estão a generalidade dos municípios do país. Estes municípios estão numa situação única e é a situação que mesmo com as taxas de IMI no máximo, o que seria socialmente, indesejável, mesmo com as taxas no máximo, em Lisboa não se cobraria metade da queda da receita do IMT. Isto não acontece em mais nenhum outro município. Isto é finanças reais, equilíbrio real.-----

----- Senhor Deputado, vai ser substituída a proposta que existe por parte do Governo, que o Senhor Deputado suporta, vai ser substituída por um imposto nacional e não municipal, não sei se se apercebeu deste pormenor? Se não se apercebeu, aconselho-o que se aperceba deste pequeno pormenor. -----

----- Primeiro ponto que considero imprescindível manter a concentração sobre o equilíbrio estrutural da Câmara Municipal de Lisboa, porque este equilíbrio entre receitas e despesas correntes é absolutamente, vital para a nossa situação financeira. ---

----- Em segundo lugar, devemos prosseguir com um plano, com uma gestão ativa do património e um programa de alienações que seja consistente com os objetivos de ajudar a cidade e acelerar a recuperação da cidade, seja na reabilitação urbana, seja na urbanização de zonas que podem, e devem, ser urbanizadas a bem da cidade, mas também, não só servirá para reduzir a dívida da Câmara, mas também aumentar a capacidade de investimento. Esta linha estratégica que foi uma prioridade do passado pela emergência dos casos extraordinários Bragaparkes e EPUL, mantêm-se por via dessas necessidades, mas prolonga-se pela via da necessidade de redução do serviço da dívida e pela via do aumento da capacidade de investimento. E funda-se em algo de extrema importância, é que devemos aproveitar as condições que o mercado, hoje, está a propiciar a nível financeiro para acelerarmos o desenvolvimento da cidade através da reabilitação urbana e através da urbanização de zonas ainda não urbanizadas.-----

----- E, por último, um desafio da maior importância que é continuar a prosseguir o prazo de pagamentos que hoje, conseguimos atingir. O feito que foi conseguido em Lisboa, nos últimos anos, é de facto, um feito da maior importância para a economia da cidade. Coloca-nos numa posição única no apoio à economia, no apoio às empresas, no apoio às pequenas empresas, no apoio aos fornecedores, no apoio de todos aqueles que dialogam com a Câmara, põe-nos numa posição de imagem única também pela qualidade, a solidez que a Câmara Municipal de Lisboa transmite a todos com quem se relaciona, e é um ativo da maior importância que nós temos que lutar por preservar nos próximos anos. -----

----- São estas as linhas de orientação que nós extraímos nas contas de 2014, não só a satisfação com os resultados atingidos, mas também uma consciência muito clara dos desafios que temos pelo futuro. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra pediu a palavra para um pedido de esclarecimento. -----

----- Senhores Deputados Municipais, eu peço para não abandonarem a sala porque teremos que votar as Contas, pedia que evidentemente nos mantivéssemos mais uns minutos para votar as Contas.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Senhor Presidente, uma correção e um esclarecimento, em primeiro lugar eu não defendo a camisola da EPUL porque eu sou da Câmara. Eu entrei por concurso público na Câmara e fui para a EPUL para defender os interesses da Câmara e foi isso realmente que eu fiz e estou muito satisfeita porque efetivamente verifico que a Câmara em vez de ter prejuízo com a extinção da EPUL poderá ter benefícios! -----

----- Eu só queria um esclarecimento, eu sei que a contabilidade é essa. Duas perguntas: é ou não é verdade que existe uma disparidade de valores entre o valor contabilístico e a avaliação feita pela Aneel? -----

----- Segunda pergunta: é ou não é verdade que a médio prazo isso resulta em benefício da Câmara? -----

----- Oh Senhor Presidente é tão simples e é isso que eu quero, é isso que queremos, porque é que os Senhores não assumem isso? É simplicíssimo. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, primeira questão, “a integração da EPUL na Câmara, foi um exercício altamente, lucrativo para a Câmara Municipal de Lisboa”, não sei onde é que foi tirar essa ideia, nem de que números. Porque, a verdade, é que a Câmara Municipal de Lisboa está a assumir prejuízos da EPUL de há largos anos a esta parte. E se a Senhora Deputada quiser olhar para o último ano, e para o exercício de 2014, podemos fazer a conta, mas era bom que olhasse para todos os anos. Porque, aliás, não me esqueço, que o próprio PSD foi crítico de uma opção que se revelou de uma enorme necessidade que foi do pagamento, através da Câmara Municipal de Lisboa no exercício de 2013, de uma verba de vinte milhões de euros diretamente das contas da EPUL. Se a Senhora Deputada quiser fazer as contas de todos os prejuízos que foram assumidos pela Câmara relativamente à EPUL, eu estarei disposto para fazer esse debate, e até virei cá fazê-lo com todo o gosto. Não foi essa a apreciação que eu fiz e que faço aqui, digo é que a extinção da EPUL se tornou numa absoluta necessidade por uma razão muito simples, porque uma empresa que não tem um modelo financeiro sustentável, uma empresa que não gera receitas para pagar as despesas que tem, que não tem modelo de negócio, e que se vê confrontada com o facto de ter que

gerir um serviço de uma dívida de um empréstimo que foi criado e negociado em condições de isenção de capital e de juros, e que a primeira prestação se colocou dez anos depois, com dez milhões a pronto para uma empresa que não tinha receitas para o pagar, Senhora Deputada, não havia outro caminho responsável que não a extinção da empresa. -----

----- Segunda questão, pergunta-me a Senhora Deputada; “mas, qual é o valor do património do ativo que transita para a EPUL?”. Bom, eu espero que ele seja muito, e espero que seja o maior possível, e espero, aliás, que a Câmara o aliene, o que deve ser alienado, e que o faça pelo melhor valor. E, por isso, não percebo a crítica. Dizer por que valor é que eles foram registados nas contas da EPUL, é muito simples, foram registados pelos valores contabilísticos que tinham no balanço das contas da EPUL. “Se eu espero que em todos eles, os valores de venda sejam superiores aos valores contabilísticos?” Claro que sim, claro que espero. Mas se me perguntar se dou alguma importância a esse critério, eu respondo que esse critério não tem nenhuma relevância do ponto de vista material. Nas contas de uma empresa privada, se nós fossemos acionistas, ou gestores, de uma empresa privada, ou melhor, se fossemos administradores de uma empresa e se tivéssemos que mostrar resultados muito elevados aos nossos acionistas para dizer que a empresa teve resultados brilhantes, faz sentido aquilo que a Senhora Deputada diz, que é uma empresa que aumenta os resultados extraordinários, a sua conta de resultados para mostrar que esses resultados são extraordinários. Ora, eu nunca falei dos resultados extraordinários do ponto de vista contabilístico da Câmara não tem nenhuma relevância material, porque é como a Senhora Deputada diz, um bem pode estar registado por dez e ser vendido por cem, e por cento e cinquenta, não mudou nada, e até ser vendido, registado por dez e ser vendido por cem, até pode ser um mau negócio, porque, se calhar, ele pode valer cento e cinquenta. A diferença do valor contabilístico para o valor real, para uma Câmara como Lisboa, não tem nenhuma relevância. Aliás, a Senhora Deputada faz alguma ideia por quanto está registado o Terreiro do Paço nas contas de Lisboa? É que o Terreiro do Paço tem um valor contabilístico. Qual é a relevância do valor contabilístico do Terreiro do Paço? Qual é a relevância do valor contabilístico da Ribeira das Naus? Não tem nenhum. Não tem nenhum porque, simplesmente, não interessa. Porque é um bem de domínio público nós não vamos vender. E mesmo os bens que são de venda, com franqueza, o valor contabilístico releva relativamente, pouco. -----

----- Não é correta a afirmação que a extinção da EPUL tenha sido um grande negócio, e que a EPUL tivesse uma empresa robusta, pujante, a dar bons resultados, não é verdade. -----

----- Não é verdade que a extinção da EPUL seja boa para a Câmara Municipal de Lisboa do ponto de vista financeiro. Não, não foi. -----

----- É verdade, sim senhor, que pode haver diferença dos valores de venda face aos valores contabilísticos que o património entrou, é totalmente verdade. Porque os bens foram entrados e admitidos ao valor contabilístico como manda a lei e como já consta

dos balanços da EPUL muito antes da decisão da extinção, não foi feita qualquer alteração. -----

----- É verdade que uma alienação pode gerar, na rubrica contabilística de resultados extraordinários, mudança. -----

----- Em quinto lugar, essa informação não tem qualquer relevo para a gestão da Câmara, nem para a boa saúde da Câmara, nem do ponto de vista político isso não significa nada, porque, aliás, como nos ouviu aqui, a Senhora Deputada nunca me ouviu aqui falar do nosso programa de alienações, que fizemos 90% de alienações, nunca vim aqui dizer qual é o valor, a diferença do valor contabilístico dessas alienações para os noventa milhões, não faço a menor ideia porque, simplesmente, não tem mesmo interesse nenhum. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Terminadas as intervenções vamos pôr à votação a proposta n.º 269/2015. Senhores Deputados, volto a lembrar que são três pontos na proposta e o primeiro ponto não é da nossa competência e, portanto, o que temos apenas que aprovar são os pontos 2 e 3 nas suas duas alíneas, que têm a ver com a aplicação do resultado líquido de exercício. -----

----- Pergunto se é necessário mais algum esclarecimento? Não vejo pedidos de palavra e vou pôr à votação em bloco os **Pontos 2 e 3 da Proposta 269/CM/2015**. Quem vota contra? Votos contra do CDS/PP, do PSD, do PCP, do PEV e do Bloco de Esquerda. Quem se abstém? Abstencões do PAN e do MPT. Votos favoráveis do PS, PNP e 5 Independentes. **A proposta 269/CM/2015 foi aprovada por maioria.** -----

----- A sessão está encerrada. -----

----- Senhores Deputados Municipais, de hoje a oito dias, de hoje a uma semana temos sessão às 3 horas, hora normal, com Petições e às 18H 30m teremos o Debate Temático das Migrações. Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----